

AUDITORIA OPERACIONAL NA FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS (Procedimentos)



Departamento
de Fiscalização
de Insumos Agrícolas

Secretaria de
Defesa Agropecuária

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária

**Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos
Agrícolas**

(Procedimentos)

Brasília - 2011

© 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.
Tiragem
2ª edição. Ano 2011

Elaboração, distribuição, informação:
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo A
CEPE: 70043-900 Brasília - DF
Tels.: 61 3218 2728
Fax: 61 3224 56 47
www.agricultura.gov.br
e-Mail: dfia.sda@agricultura.gov.br
Central de Relacionamento: 0800-7041995
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas

Girabis Evangelista Ramos
Equipe de Fiscais Federais Agropecuários participantes do GT de Auditoria
Agwagner Dutra Alarcão - DFIA
André Luiz Rabello Vallim - SFA/Santa Catarina
Hermando Ferreira de Noronha - Serviço de Acompanhamento e Avaliação/DFIA
José Guilherme Tollstadius Leal – SDA
Júlio Sérgio de Brito – Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins/DFIA
Henrique Luis de Campos Guimarães – SFA/Sergipe
Luiz Paulo da Silva Falcão – SFA/Rio de Janeiro
Márcio Arruda Queiroz – SFA/Goiás
Maria Aldenir Mota de Brito – SFA/Amazonas

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
Auditoria operacional na fiscalização de insumos agrícolas : procedimentos /
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa
Agropecuária. – Brasília : MAPA/ACS, 2011.
217 p.

ISBN 978-85-7991-047-0

1. Auditoria. 2. Informação agrícola. I. Secretaria de Defesa Agropecuária. II. Título.

AGRIS C30
CDU 657.6

SUMÁRIO

I	FUNDAMENTOS E ATITUDES DE PRECAUÇÃO DA AUDITORIA.....	19
1	BASE TEÓRICA	19
2	OBJETIVOS DA AUDITORIA.....	20
3	PRESSUPOSTOS DA AUDITORIA.....	20
4.	ATITUDES DE PRECAUÇÃO NA AUDITORIA	20
4.1	RESPALDO PARA A EXECUÇÃO	21
4.2	EQUIPE COM PERFIL ADEQUADO	22
4.3	EQUIPE DIVERSIFICADA	22
4.4	TEMPO DE EXECUÇÃO ADEQUADO.....	22
4.5	EXECUÇÃO FUNDAMENTADA	23
4.5.1	<i>Trabalhar com Amostras</i>	<i>23</i>
4.5.2	<i>Medir os Resultados.....</i>	<i>23</i>
4.5.3	<i>Definir os Elementos das Amostras ao Acaso.....</i>	<i>23</i>
II	EXECUÇÃO DA AUDITORIA.....	24
1.	PREPARAÇÃO PARA A AUDITORIA	24
1.1	CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE.....	25
1.2	NOTIFICAÇÃO DA AUDITORIA	27
1.3	REALIZAÇÃO DA PRÉ-AUDITORIA	29
1.3.1	<i>Nivelamento da Equipe</i>	<i>29</i>
1.3.2	<i>Organização dos Dados</i>	<i>31</i>
1.3.3	<i>Elaboração do Plano de Auditoria</i>	<i>43</i>
2	EXECUÇÃO DA AUDITORIA.....	44
2.1	INSTALAÇÃO DA AUDITORIA	44
2.1.1	<i>Apresentação as Autoridades.....</i>	<i>44</i>
2.1.2	<i>Instalação da Equipe.....</i>	<i>47</i>
2.2	EXAME DOS ELEMENTOS AMOSTRADOS	47
2.2.1	<i>Instrumentos de Coleta de Dados</i>	<i>49</i>
2.2.1.1	<i>Formulário de Coleta de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional</i>	<i>51</i>
2.2.1.1	<i>Formulário de Coleta de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional (continuação)</i>	<i>52</i>

2.2.1.2	Formulário de Coleta de Dados e de Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização/PI	53
2.2.1.3	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes	54
2.2.2	<i>Instrumentos de Tabulação de Dados</i>	55
2.2.2.1	Formulário de Tabulação de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional	56
2.2.2.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre os Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes	57
2.2.3	<i>Instrumentos de Cálculo dos Índices de Conformidade</i>	58
2.2.3.1	Formulário de Cálculo de Índice de Adequação do Ambiente Institucional	60
2.2.3.1	Formulário de Cálculo de Índice de Adequação do Ambiente Institucional (Continuação)	61
2.2.3.2	Formulário de Cálculo dos Índices de Conformidade de Processos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes	62
2.2.4	<i>Instrumentos de Análise da Adequação</i>	65
2.2.4.1	Formulário de Análise da Adequação do Ambiente Institucional	68
2.2.4.2	Formulário de Análise do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização	69
2.2.4.3	Formulário de Análise da Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes	70
2.3	ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	71
III	EMPREGO DE PAPÉIS DE TRABALHO NA AUDITORIA	72
1	PROCEDIMENTOS DE EXAME DA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL	73
1.1	FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS SOBRE A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL	75
1.2	FORMULÁRIO DE TABULAÇÃO DE DADOS SOBRE A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL	76
1.3	FORMULÁRIO DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL	77
1.4	FORMULÁRIOS DE ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL	79
2	PROCEDIMENTOS DE EXAME DO DESEMPENHO	80
	OPERACIONAL NA EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS	80
2.1.1	<i>Formulários de Coleta de Dados e Cálculos do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Agrotóxico e Afins</i>	83
2.1.2	<i>Formulário de Análise do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Agrotóxico e Afins</i>	84
2.2.1	<i>Formulário de Coleta de Dados e Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes</i>	85
2.2.2	<i>Formulário de Análise do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes</i>	86
2.3.1	<i>Formulário de Coleta de Dados e Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Sementes e Mudas</i>	87
2.3.2	<i>Formulário de Análise de Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Semente e Mudas</i>	88
3	PT 3 – PROCEDIMENTOS DE EXAME DA CONFORMIDADE DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO	90
3.1	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DO REGISTRO DE ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE FERTILIZANTES	90
3.1.1	<i>Formulário de Coleta de Dados Sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes</i>	92
3.1.2	<i>Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes</i>	93
3.1.3	<i>Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes</i>	94
3.1.4	<i>Formulário de Análise de Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes</i>	96
3.2	PROCEDIMENTOS DE EXAME DA CONFORMIDADE DO REGISTRO DE FERTILIZANTES	97

3.2.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Registro de Fertilizantes.....	98
3.2.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Registro de Fertilizantes.....	99
3.2.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade do Registro de Fertilizantes	100
3.2.4	Formulário de Análise da Conformidade do Registro de Fertilizantes	102
3.3	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO	103
3.3.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração.....	104
3.3.2	Formulário de Tabulação de Dados Sobre os Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração	105
3.3.3	de Índices de Conformidade de Processos Administrativos de Apuração de Infração	106
3.3.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos Administrativos de Apuração de Infração	108
3.4	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE AGENTES NO RENASEM	109
3.4.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM.....	110
3.4.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM.....	111
3.4.3	Formulário de Cálculo dos Índices de Conformidade de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM.....	112
3.4.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM	114
3.5	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DO CREDENCIAMENTO DE AGENTES NO RENASEM.....	115
3.5.1	Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM	116
3.5.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM.....	117
3.5.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade dos Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM	118
3.5.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM	120
3.6	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES NO RENASEM	121
3.6.1	Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Entidades no RENASEM	122
3.6.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Entidades no RENASEM	123
3.6.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade do Credenciamento de Entidades no RENASEM	124
3.6.4	Formulário de Análise da Conformidade do Credenciamento de Entidade no RENASEM	127
3.7	PROCEDIMENTOS DE EXAME DA CONFORMIDADE DA CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES.....	128
3.7.1	Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Certificação de Sementes	129
3.7.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Certificação de Sementes	130
3.7.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade da Certificação de Sementes	131
3.7.4	Formulário de Análise da Conformidade de Processos de Certificação de Sementes	133
3.8	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO SEMENTES E MUDAS.....	134
3.8.1	Formulário de Coleta de Dados sobre os Procedimentos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudas.....	135
3.8.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudas	136
3.8.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Autorização de Exportação de Sementes e Mudas.....	137
3.8.4	Formulário de Análise de Conformidade dos Processos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudas.....	139
3.9	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS	140
3.9.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas	141
3.9.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas (continuação)	142
3.9.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas (continuação).....	144
3.9.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas.....	145

3.9.3..	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudras (Continuação).....	146
3.9.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudras.....	148
3.10	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DA LAVRATURA DE DOCUMENTOS USADO NA FISCALIZAÇÃO.....	149
3.10.1	Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade da Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização	150
3.10.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre os Procedimentos de Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização	151
3.10.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade da Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização	152
3.10.4	Formulário de Análise de Conformidade da Lavratura de Documentos Fiscais	154
3.11	Procedimentos de Exame de Conformidade da Inscrição de Campos de Sementes, Viveiros e Áreas de Produção de Sementes.....	155
3.11.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Inscrição Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes	156
3.11.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Inscrição Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes	157
3.11.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade da Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes.....	158
3.11.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes	160
3.12	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DO LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES	161
3.12.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes	162
3.12.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes	163
3.12.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes.....	164
3.12.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes.....	166
3.13	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DO LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO DE AGROTÓXICOS.....	167
3.13.1	Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade de Procedimentos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos.....	168
3.13.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade do Licenciamento de Importação de Agrotóxicos e Afins.....	169
3.13.3	Formulário de Cálculo de Índice de Conformidade do Licenciamento de Importação de Agrotóxicos	170
3.13.4	Formulário de Análise de Conformidade de Processos do Licenciamento de Importação de Agrotóxicos	172
3.14	PROCEDIMENTOS DE EXAME DE CONFORMIDADE DO CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE AGROTÓXICO	173
3.14.1	Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos	174
3.14.2	Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos.....	175
3.14.3	Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade do Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos.....	176
3.14.4	Formulário de Análise de Conformidade do Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos.....	178
IV	RELATÓRIO DE AUDITORIA	179
V	INSTRUMENTOS LEGAIS	183
VI	INSTRUÇÕES DE USO PAPÉIS DE TRABALHO – PT.....	187
VII	RELATÓRIO DE AUDITORIA - UM EXEMPLO.....	209
VIII	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	223

PREFÁCIO

Esta edição é uma versão revisada do Manual de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas elaborado pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas no ano de 2008 e disponibilizado na Intranet no ano de 2009. Nele foram introduzidas algumas modificações na forma de apresentação e alguns capítulos tiveram seus conteúdos alterados pela inserção de Papéis de Trabalho junto ao texto.

A incorporação, nesta versão, de sugestões obtidas de Fiscais Federais Agropecuários participantes de cursos de capacitação constituiu a maior razão da sua reedição. A versão anterior foi utilizada como texto básico nesses cursos e, em decorrência, surgiram críticas, sugestões e recomendações de melhoria.

O enriquecimento ocorreu pela inclusão, junto ao texto, dos modelos de Papéis de Trabalho e do acréscimo de dois Capítulos, um, com instruções sobre o manuseio desses papéis e outro com um Relatório de “Auditoria Simulada”, elaborado por um dos Grupo de Trabalho do curso de Auditoria, promovido pelo DFIA, para Fiscais Federais Agropecuários.

A contribuição de Fiscais Federais Agropecuários na construção e no aperfeiçoamento deste instrumento de Auditoria, seja pela participação em trabalhos de campo ou pela livre manifestação, com certeza, será fonte de novas idéias e a base para agregação de futuras melhorias do seu conteúdo.

APRESENTAÇÃO

“As melhores organizações do futuro serão aquelas que descobrirão como despertar o empenho e a capacidade de aprender das pessoas em todos os níveis da organização” (SENGE, M. PETER)”.

Os fundamentos da auditoria estão no fato de que a interação entre auditado e auditor representa uma excelente oportunidade de aprendizado para ambos e isto contribui para o crescimento institucional.

É com essa expectativa que o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA dá o primeiro passo no sentido de desenvolver um plano de auditoria.

Este documento é composto de oito capítulos que tratam dos diversos aspectos da execução da auditoria de forma objetiva e direcionada a situação particular da fiscalização de insumos agrícolas.

O capítulo I procura mostrar quais são as bases do aprendizado necessário ao exercício da atividade de auditoria mostrando quais são os objetivos e os instrumentos de respaldo à sua realização. O capítulo II trata da execução e destaca os aspectos do preparo e da execução em si e apresenta os instrumentos empregados. O capítulo III trata, em detalhe, do emprego dos papéis de trabalho usados na coleta, tabulação, cálculo e análise dos dados relativos ao auditado. Os capítulos IV e VII tratam especificamente de relatório de auditoria, nos aspectos de modelo e espelho. O capítulo VI trata de instruções sobre o manuseio dos papéis de trabalho e o capítulo V mostra os instrumentos que respaldam a execução das auditorias.

Este material incorpora melhorias na versão usada, em caráter de teste no ano de 2008, em auditoria realizada no Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, em Minas Gerais. A partir desse teste e da sua revisão ele foi editado e disponibilizado na página do MAPA no endereço: <http://agronet.agricultura.gov.br/>.

O aperfeiçoamento deste material será contínuo e sempre respaldado por ganhos de aprendizado dos executores de auditorias e pela agregação de sugestões recebidas de outros órgãos com os quais o DFIA mantém parceria na execução da fiscalização.

O Departamento está convicto de que a aplicação das idéias contidas neste documento representa uma etapa decisiva no aperfeiçoamento dos processos de trabalho e conseqüentemente na melhoria dos serviços que presta aos produtores rurais e à sociedade quando desenvolve esforços de salvaguarda da qualidades dos insumos agrícolas.

INTRODUÇÃO

Este documento trata da auditoria de natureza operacional nos seus aspectos teóricos, normativos e executivos aplicáveis ao exame do desempenho operacional dos Serviços de Fiscalização Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no segmento da fiscalização de insumos agrícolas.

Nele são abordados fundamentos da auditoria em seus aspectos teóricos, objetivos e pressupostos. Trata da Base Legal e dos instrumentos de comunicação que formalizam a auditoria e do instrumental utilizado na sua execução de campo.

A ênfase, contudo, é dada aos aspectos operacionais da auditoria. São abordados inicialmente as atitudes de precaução do promotor e do órgão auditado quanto a respaldo, conhecimento, dimensionamento de equipes e critérios de medição de avaliação de conformidade. São detalhados os procedimentos preparatórios como identificação do universo, definição de amostra e ilustrados os procedimentos de execução.

A maior parte do material é constituída de instrumentos de exame da conformidade do ambiente institucional e de Eventos inerentes à fiscalização, com a abordagem dos procedimentos de execução pelo FFA-auditor, envolvendo a coleta de dados, as técnicas de tratamento desses dados, a interpretação dos resultados e a elaboração do relatório de auditoria.

Todo esse material estará disponível, para cópia e uso, no endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/>, opção Manuais.

I FUNDAMENTOS E ATITUDES DE PRECAUÇÃO DA AUDITORIA

1 Base Teórica

Auditoria é um procedimento de avaliação de desempenho realizada com independência, com o propósito de manter o órgão executor atento aos requisitos de qualidade. Ela compreende o exame da estrutura do órgão executor, dos processos de trabalho, dos métodos de controle, dos meios de operação e do exame do uso dos recursos.

Os seus propósitos, sob a ótica do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, são de auxiliar os gestores na realização de uma administração mais eficiente e de amparar os servidores, notadamente os Fiscais Federais Agropecuários, na reavaliação de procedimentos inerentes a execução da fiscalização.

A Auditoria se divide nas modalidades auditoria de desempenho operacional e de avaliação de programa.

O objetivo da auditoria de desempenho operacional é examinar a ação governamental quanto aos aspectos da

economicidade, eficiência e eficácia, enquanto a avaliação de programa busca examinar a efetividade dos programas e projetos governamentais (TCU, 2000). A Auditoria de que trata este manual é a auditoria de desempenho operacional.

A construção dos indicadores de economicidade, eficiência e eficácia, de que trata a auditoria de desempenho operacional, pressupõe a existência de Plano de Trabalho institucional, com metas físicas e financeiras definidas assim como de métodos de execução. Pressupõe ainda a existência de sistemas de controle que permitam monitoramento da execução.

Assim são essenciais a um plano de auditoria:

- 1° - A existência de Plano de Trabalho institucionalizado.
- 2° - Plano de Trabalho formulado com base em dados e informações sobre o universo de atuação.
- 3° - Execução com referência no Plano de Trabalho definido.
- 4° - Registros dos procedimentos e dos resultados da fiscalização em sistemas de controle.

2 Objetivos da Auditoria

A Auditoria tem como objetivo examinar o desempenho operacional dos Serviços de Fiscalização Agropecuária Superintendências Federais de Agricultura relativo a fiscalização da produção, do comércio e do uso de insumos agrícolas.

As condições para a realização do exame do desempenho operacional dessas unidades serão criadas com a edição deste Material que constitui a base para a capacitação de Fiscais Federais Agropecuários em Auditoria Operacional e o guia para esses fiscais na execução de campo.

3 Pressupostos da Auditoria

A auditoria constitui uma ferramenta valiosa no processo de gestão institucional. Tem como propósitos medir o desempenho operacional e a partir dele examinar os procedimentos de execução, as circunstâncias em que ocorreu e construir um cenário de soluções.

4. Atitudes de Precaução na Auditoria

A auditoria operacional é um procedimento de avaliação de desempenho realizada com propósito de manter o órgão executor atento aos requisitos de qualidade. O conhecimento dos fatos, entretanto, é adquirido pelo contato direto da Equipe de Auditoria

São pressupostos para a sua realização de auditorias:

Respaldo Gerencial: empenho das áreas técnicas e determinação do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas na realização de auditoria.

Equipes Capacitadas: Fiscais Federais Agropecuários qualificados para examinar o desempenho, identificar entraves e apresentar alternativas de solução.

Postura Gerencial: equipes de auditoria com perfil compatível e postura de gestoras dos serviços de fiscalização;

Plano de Trabalho Instituído: procedimentos de auditoria respaldados pelo conjunto de instrumentos de planejamento e normas pertinentes.

Sistemas de Controle: existência de registro de dados sobre a execução, compreendendo esforços, custos e resultados.

com servidores da unidade auditada e pela verificação de documentos e de sistemas de controle da execução, mantidos pelo auditado.

O desenvolvimento de um plano de auditoria para gerar bons resultados é preciso ser executado com fundamentos sólidos

que dê a tranquilidade e segurança tanto para o auditor como para o auditado. Esses fundamentos são relacionados e descritos a seguir.

4.1 Respaldo para a Execução

O respaldo institucional é o primeiro dos fundamentos para a realização de auditorias. Ela precisa estar amparada por instrumentos que regulem a atuação do órgão auditor e das pessoas que executam a Auditoria. Outros instrumentos de

Instrumentos de Respaldo à Auditoria

caráter operacional asseguram as condições técnicas que a equipe de auditoria precisa para a realização dos trabalhos com tranquilidade necessária. Esses instrumentos tratam de assegurar o acesso a informações, a segurança quanto aos procedimentos de execução, o espaço físico e a logística operacional (Instalações, equipamentos). São esses instrumentos que estabelecem os limites para o bom entendimento das partes envolvidas, o auditor e o auditado.

Instrumentos	Responsável	Fundamentos
Regimento Interno. Art. 20 Seção IV da Portaria nº 45 de 22/03/2007		Estabelece como competência do DFIA a realização de auditoria técnico fiscal e operacional na fiscalização de insumos agrícolas
Portarias SDA nº 46, de 13/02/2009	SDA	Institui a auditoria técnica fiscal e operacional no âmbito das atividades de fiscalização de insumos e serviços agrícolas.
Portaria SDA nº 271, de 30 de julho de 2009	SDA	Estabelece os procedimentos de auditoria técnica fiscal e operacional das atividades de fiscalização de insumos agrícolas, instituída pela Portaria nº 46, de 13/02/2009.
Termo de Constituição da Equipe de Auditoria	SDA	Designa a equipe mediante indicação do Diretor do DFIA
Termo de Notificação da Auditoria	DFIA	Dá ciência as autoridades da unidade a auditar da sua realização informando período de realização

4.2 Equipe com Perfil Adequado

Os integrantes de Equipes de Auditoria precisam saber o porquê e como fazer uma auditoria. O conhecimento é adquirido, num primeiro momento, pela participação de Fiscais Federais Agropecuários em curso de capacitação promovidos pelo DFIA. Num segundo momento, os conhecimentos serão aprimorados com a experiência de execução de auditorias e leitura de material sobre o tema.

O perfil necessário à execução de auditorias é: Competência técnica, confidencialidade, imparcialidade, comprometimento, correção de conduta, responsabilidade,

equilíbrio emocional, o que se concretiza ao se constituir as equipes.

4.3 Equipe Diversificada

A Equipe deve ser definida em função da diversidade de áreas a serem examinadas, portanto, da extensão da Auditoria a ser realizada. Assim, nos casos das auditorias com a cobertura de apenas uma área técnica de fiscalização a equipe poderá ter um número reduzido de FFA-audidores, mas se for abrangente e precisar cobrir as três áreas técnicas a equipe terá que ser ampliada. A composição e o tamanho de uma equipe de auditoria irão variar, ainda, de acordo com o volume de trabalho que a

Superintendência Federal de Agricultura, objeto da auditoria, realiza. A Auditoria preconizada pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas é a sistemática, portanto, prevê a cobertura de todas as atividades de fiscalização executadas.

Considerando a situação atual em que as atividades da competência do DFIA são as de fiscalização de agrotóxicos seus componentes e afins; fiscalização de fertilizante, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e de fiscalização de sementes e mudas e que essa cobertura precisa, eventualmente da participação de especialistas de outras áreas do MAPA, definem-se como limites das equipes:

Mínimo - 3 integrantes

Máximo - 10 integrantes

4.4 Tempo de Execução Adequado

O tempo de execução vai depender da dimensão dos trabalhos a serem realizados e do tamanho da Equipe. Considerando as três atividades de fiscalização existentes atualmente, o tamanho das Superintendências Federais de Agricultura onde são executadas e o volume de trabalho realizado em cada delas, o tempo de referência limite, considerando a pré-auditoria, é:

Mínimo - 10 dias

Máximo - 20 dias

4.5 Execução Fundamentada

A auditoria é realizada numa unidade executora de fiscalização de insumos agrícolas pelo exame de informações obtidas de pessoas, documentos ou base de dados sobre os trabalhos executados. Para se definir o número desses elementos (pessoas, documentos ou dados) passíveis de análise, é preciso ponderar a precisão que se quer, os custos de execução, os riscos e, a partir daí, definir o tamanho de amostras, para fins de exame de conformidade. Além disso, é preciso que a retirada de elementos do universo para análise seja feita com imparcialidade.

4.5.1 Trabalhar com Amostras

São freqüentes os casos em que a equipe de auditoria se depara com um elevado número de ocorrências de um dado Evento sobre o qual propõe realizar o exame de conformidade.

Nesse caso, a medida recomendável é que se trabalhe com amostras desses Eventos, seja em razão dos custos ou do tempo que se gasta para a sua realização. Uma amostra consiste do número de elementos do universo que se define como capaz de representá-lo. Esse número é definido com base em critério técnico e os elementos para exame precisam ser retirados desse universo ao acaso.

4.5.2 Medir os Resultados

Os resultados esperados de uma auditoria são: a medida da conformidade dos processos de execução; os motivos das inconformidades identificadas e as recomendações de medidas corretivas e preventivas. Conformidade é uma medida da qualidade de um dado Evento relativo à fiscalização de insumos agrícolas. A mensuração é feita atribuindo-se valores aos conceitos dos diferentes procedimentos de execução do Evento, seguido da sua ponderação. Para essa ponderação foi estabelecido, por convenção, que o total de procedimentos de um Evento tem valor 100 e que os procedimentos, individualmente, têm valores percentuais correspondentes à sua importância/risco para o sucesso do Evento.

4.5.3 Definir os Elementos das Amostras ao Acaso

Os elementos que compõem uma amostra têm de ser retirados do universo ao acaso e isto só fica assegurado com a utilização de técnicas de sorteio. Um critério prático é dividir o tamanho do universo pelo tamanho da amostra. Deste procedimento resulta o intervalo de retirada de elementos do universo, a partir de um primeiro elemento retirado ao acaso. Existem várias alternativas que asseguram a casualidade, não importa qual usar, mas é imprescindível o seu uso.

II EXECUÇÃO DA AUDITORIA

A auditoria é uma das competências do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas. A sua execução está amparada pela Portaria nº 46, de maio de 2009. É também uma proposta de gestão do Departamento que tem a convicção de que a auditoria operacional, ou auditoria interna, realizada de forma sistemática tende assegurar melhor qualidade aos serviços prestados à sociedade. Auditorias para apurar denúncia ou mesmo por determinação de instância superior, com certeza ocorrerão, mas de forma esporádica.

Por uma questão meramente didática, optou-se por tratar os procedimentos de execução da auditoria em dois segmentos. O primeiro segmento, denominado de Preparo para a Auditoria,

trata de como a equipe deve proceder antes do contato direto com órgão a auditar, e o segundo segmento denominado de Execução da Auditoria no Local, trata dos trabalhos realizados junto ao órgão a auditar.

1. Preparação para a Auditoria

Este segmento consiste das tarefas de Constituição da Equipe, da Notificação da Auditoria ao órgão a auditar. Ao final dessa fase a equipe terá realizado a Pré-auditoria com explicitação, em detalhe, do plano da auditoria a ser realizada no local.

As sub tarefas desse segmento da auditoria são especificadas e descritas a seguir.

1 Preparo para a Auditoria	1.1 Constituição da Equipe	1.1.1 Indicação da Equipe
		1.1.2 Designação da Equipe
	1.2 Notificação ao serviço de fiscalização de insumos agrícolas	
	1.3 Realização da Pré-Auditoria	1.3.1 Nivelamento da Equipe
		1.3.2 Organização de Dados
		1.3.3 Elaboração do Plano de Auditoria

1.1 Constituição da Equipe

A constituição da equipe de auditoria é um procedimento que consiste da seleção, pelo DFIA, de Fiscais Federais Agropecuários que tenham participado de curso de capacitação em auditoria e da solicitação ao Secretário da SDA para que os designe. Esse procedimento é regulado pela Portaria SDA nº 46, de 13 de fevereiro de 2009, conforme expresso em seu art. 2º.

Ao diretor do DFIA cabe cuidar para que sejam envolvidos FFA isentos de interesse em relação ao órgão a ser auditado e de recrutar aqueles que tenham maior disponibilidade de tempo para colaborar para que se execute as Boas Práticas de Auditoria.

O instrumento usado para a execução dessa tarefa é o TERMO DE CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA, que constitui expediente a ser encaminhado pelo diretor do DFIA ao Secretário de Defesa Agropecuária.

O modelo desse expediente é mostrado a seguir e está disponível na **Intranet**, podendo ser acessado via as opções: Manuais/ Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas/Anexos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas



TERMO DE CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA Nº _____

Ao Sr Secretário da SDA

O Diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA solicita a V.Sa a designação da Equipe de Auditoria abaixo indicada para realizar Auditoria Operacional no serviço de fiscalização de insumos agrícolas da SFA __, no período de __ a __ de _____ de __, de acordo com o que estabelece o Art. 2º da Portaria nº 46, de 13 de fevereiro de 2009.

Os trabalhos compreenderão o exame das condições operacionais e dos processos inerentes à fiscalização de insumos agrícolas realizadas nos exercícios de _____ a _____ e serão desenvolvidos em Brasília, no DFIA/SDA, no período de __ a __ e no Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas da SFA __ no período de __ a __.

O Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas será responsável pelos procedimentos necessários ao deslocamento e estada dos integrantes da Equipe.

Equipe de auditoria

Servidores indicados		
Servidor	Cargo	Lotação

Brasília, ____/_____/____

Diretor do DFIA

De Acordo, designação autorizada

Brasília, ____/_____/____

Secretário da SDA

1.2 Notificação da Auditoria

Consiste do envio de expediente ao Superintendente Federal de Agricultura numa Unidade da Federação pelo diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas dando conta de que o serviço de fiscalização de insumos agrícolas daquela Superintendência será auditado. Nesse expediente são mencionados o período da auditoria, as áreas que serão auditadas e a necessidade de apoio logístico à equipe de auditoria.

O modelo de expediente usado é o TERMO DE NOTIFICAÇÃO DA AUDITORIA, mostrado a seguir e disponibilizado na **Intranet** em Manuais/Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas/Anexos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas



TERMO DE NOTIFICAÇÃO DA AUDITORIA Nº _____

Ao Superintendente da SFA _____

Notificamos a Vossa Senhoria que o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA realizará auditoria junto ao serviço de fiscalização de insumos agrícolas dessa Superintendência no período de ____/____/____ a ____/____/____.

A auditoria é uma das competências regimentais do departamento e uma das medidas do plano de gestão das ações de fiscalização de insumos agrícolas.

A equipe de auditoria realizará o seu trabalho examinando os diferentes aspectos dos serviços de sua responsabilidade, relativos à fiscalização de insumos agrícolas no período de ____ a ____

Solicitamos especial atenção no sentido de que seja dado à equipe de auditoria todo o apoio logístico necessário a realização dos trabalhos, tais como, a disponibilização de espaço físico, mobiliário, equipamentos, documentos, informações e justificativas.

Atenciosamente

C/c ao Chefe do SEFAG/SIFIA/SISFIV e DT

Brasília, ____/____/____

Diretor do DFIA

1.3 Realização da Pré-Auditoria

A pré auditoria consiste da realização de tarefas preparatórias para a auditoria no local. Ela inicia quando a equipe se reúne e toma conhecimento do foco da auditoria, por meio de relato do Diretor do DFIA. Prossegue com a discussão para nivelamento de entendimentos e distribuição de responsabilidades. É nesta fase, mediante a assinatura do TERMO DE ABERTURA, que a auditoria é formalizada.

Encerrada a fase de entendimento e formalização os integrantes da equipe iniciam a auditoria propriamente dita. Em contato com as coordenações técnicas do DFIA e acesso aos sistemas de informação disponíveis realizam a coleta de dados sobre o auditado. Consultam os Planos Operativos, o SIPLAN, o SIOR, o SICAR, o RENASEM, o AGROFIT, os relatórios anuais, o

1.3 Realização da Pré-Auditoria

1.3.1 Nivelamento da Equipe

Consiste de uma exposição, à equipe pelo Diretor do DFIA, das razões que motivaram a auditoria e de discussão para nivelamento quanto aos procedimentos de execução. Esta fase encerra-se com a lavratura, pelo coordenador da equipe, do TERMO DE ABERTURA DA AUDITORIA.

Relatórios de Gestão, enfim, verificam todas as fontes possíveis de informações sobre o órgão a auditar.

É com esse trabalho inicial que a equipe forma uma idéia aproximada do volume de trabalho que irá realizar junto à unidade a ser auditada. Desse trabalho surgem, quase sempre, os números sobre o universo de “Eventos” a serem examinados no local e calculam-se as respectivas amostras. O conjunto desses dados permite a elaboração do plano da auditoria.

As sub tarefas relativas a esse segmento da auditoria são especificadas e descritas a seguir.

1.3.1 Nivelamento da Equipe

1.3.2 Organização de Dados

1.3.3 Elaboração do Plano de Auditoria

Nesta fase as tarefas ficam definidas, os trabalhos e o material a ser usado na Pré-Auditoria são distribuídos e inicia-se a auditoria.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas



TERMO DE ABERTURA DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

Eu, _____, Coordenador da Equipe de Auditoria, constituída por intermédio do TERMO DE CONSTITUIÇÃO nº ____/____, de ____ de _____ de _____, declaro abertos os trabalhos da Auditoria Operacional no serviço de fiscalização de insumos agrícolas da SFA _____.

A equipe de auditoria é composta dos servidores abaixo relacionados e será assinada pelos presentes neste ato de abertura.

Servidor	Lotação

Brasília, DF ____ de _____ de _____
Coordenador da Equipe de Auditoria

1.3.2 Organização dos Dados

A organização de dados consiste da preparação de tabelas e do registro de dados sobre os “Eventos” objetos da auditoria. Esse procedimento consiste de consulta a Tabela 1, mostrada a seguir, onde constam os Eventos da Fiscalização de Insumos Agrícolas passíveis de serem auditados. Feito isso, realizam-se checagens com as coordenações técnicas para a complementação das informações.

Conhecidos os “Eventos” que serão auditados iniciam-se as pesquisas para o conhecimento do universo relativo a cada um deles. Neste caso, as bases de dados serão os sistemas de controle mantidos pelo MAPA, a exemplo dos sistemas existentes citados a seguir.

- Sistemas de Controle do Desempenho Operacional - Planos Operativos.
- Sistemas de Controle de Processos - SIPE, SICAR, RENASEM, AGROFIT, SISCOMEX e folha de pessoal.
- Sistema de Acompanhamento – Relatório de execução de Planos Operativos, SIOR e SIPLAN.
- Relatórios de Gestão

Obtidos os dados relativos aos universos realizam-se os cálculos das amostras e forma-se as primeiras idéias sobre o tamanho da auditoria que será realizada.

Tabela 1 - Eventos Passíveis de Auditoria

Eventos Passíveis de Auditoria - Citação	Universo	Amostra
1 - Adequação do Ambiente Institucional: (Servidores)		
2 - Desempenho na Execução da Atividade de Fiscalização – Planos Operativos		
3 - Processos e Documento usados na Fiscalização tos (Nº.)		
3.1 - Registros de Estabelecimentos Produtores de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes		
3.2 Registros de Fertilizante mineral misto, Fertilizante mineral simples, Fertilizante foliar, Fertilizante orgânico, Corretivo, Inoculante		
3.3 - Processos Administrativos de Apuração de Infração		
3.4 - Inscrições de Agentes no RENASEM - Produtor, Beneficiador, Armazenador, Reembalador e Comerciante		
3.5 - Credenciamento de Agentes no RENASEM - Responsável técnico e Amostrador...		
3.6 – Credenciamento de Entidades no RENASEM - Certificador, Laboratório, Laboratório oficial		
3.7 - Certificação de Sementes e Mudanças		
3.8 – Autorização de Exportação de Sementes e mudas		
3.9 - Autorização de Importação de Sementes e Mudanças		
3.10 - Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização (Exemplos) Termo de Inspeção/Fiscalização; Auto de Infração; Termo de Coleta de Amostra; Termo de Apreensão; Termo de Embargo; Boletins Oficiais de Análise e Ré-análise de Sementes e Mudanças; Certificado de Análise Fiscal e Pericial; Termo de Liberação; Termo de Intimação; Guia de Remessa de Amostra.		
3.11 - Inscrições de Campos de Sementes, Viveiros, e Áreas de Produção de Sementes		
3.12 - Licenciamento de Importação de Fertilizantes		
3.13 – Licenciamento de Importação de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins		
3.14 - Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos		

As amostras relativas a um dado “Evento” devem ser calculadas considerando a correspondência entre o Evento e Papel de Trabalho, exceção feita para o PT 10 – Lavratura de Documentos Fiscais, para o qual usa-se o mesmo formulário para o exame de todos os documentos usados na fiscalização.

Por exemplo, o Evento, “Procedimentos de Registro de Agentes no RENASEM” corresponde ao Papel de Trabalho o PT 3.5, usado para examinar o credenciamento de: Certificador da

Produção Própria, Amostrador e Responsável Técnico. No caso, o tamanho da amostra pode ser definido para total dos Agentes e subdividido proporcionalmente entre as três subcategorias. Caso haja motivo que justifique o exame de algum desses agentes a equipe de auditoria definirá amostras em separado para ele.

A tabela a seguir contém os parâmetros de cálculos de amostras em função do tamanho do universo desses Eventos

Referência para o Cálculo do Tamanho de Amostras

Tamanho do Universo (Nº de Elementos do Eventos(*))	Tamanho da Mínima Amostra (Nº de Elementos)
10 ou menos	Todos
11 a 100	10
101 a 500	15
501 ou mais	20

Os intervalos do universo e os tamanhos das amostras foram estabelecidos por convenção.

1.3.3 Elaboração do Plano de Auditoria

Consiste da explicitação de todos os procedimentos de execução dos trabalhos junto ao serviço de fiscalização de insumos

agrícolas. Compreende da definição do que fazer, o quanto e quando fazer, já que nas fases anteriores foram definidos os eventos a serem examinados, os tamanhos das amostras e os procedimentos que serão utilizados para retirada dos elementos a

serem analisados. O plano elaborado conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- A especificação das tarefas.
- Definição do cronograma de execução.
- Organização do material de trabalho.

2 Execução da Auditoria

A equipe de auditoria deve participar de todas as suas fases, entretanto, em algumas situações podem ser dispensadas as presenças de alguns dos seus integrantes na fase da Pré-

Auditoria. Nesses casos torna-se imprescindível que a equipe de auditoria se reúna para o nivelamento dos seus integrantes sobre a pré-auditoria e sobre o plano de auditoria, antes da apresentação ao Superintendente e ao Chefe do serviço de fiscalização de insumos agrícolas.

As tarefas que integram a execução da auditoria são relacionadas a seguir.

2.Execução da Auditoria	2.1 Instalação da Auditoria	2.1.1 Apresentação as Autoridades
		2.1.2 Instalação da Equipe
	2.2 Exame dos Eventos Amostrados	2.2.1 Organização dos Eventos da Amostra
		2.2.2 Tabulação dos Dados
		2.2.3 Cálculo dos Índices
		2.2.4 Análise dos Dados
	2.3 Elaboração de Relatório	2.3.1 Organização dos Papéis de Trabalho
		2.3.2 Elaboração do Texto

2.1 Instalação da Auditoria

A instalação da auditoria é compreendida da apresentação às autoridades dos órgãos que compõem a estrutura da Superintendência e da ocupação do espaço destinado a realização dos trabalhos.

2.1.1 Apresentação as Autoridades

Consiste da apresentação pelo Coordenador da Equipe, ao Superintendente, ao chefe da Divisão Técnica e ao chefe do serviço de fiscalização de insumos agrícolas, das credenciais relativas à realização da auditoria. Quase sempre, o Superintendente convoca os seus subordinados e, nesse caso, a

apresentação se dá simultaneamente às três autoridades da hierarquia.

- Durante essa apresentação trata-se das seguintes questões:
- Relato dos objetivos da auditoria e necessidade da colaboração dos servidores.
- Esclarecimento de dúvidas sobre a auditoria.

- Solicitação de apoio logístico para os trabalhos (espaço físico, mobiliário, equipamentos).
- Lavratura do Termo de Instalação.

A declaração de que os trabalhos se iniciaram é formalizada por intermédio da Lavratura do Termo de Instalação da Auditoria cujo modelo é apresentado a seguir.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas



TERMO DE INSTALAÇÃO DA AUDITORIA

Às _____ horas, do dia ____ de _____ de _____, na Sede da Superintendência Federal de Agricultura – SFA-____ foi instalada a Auditoria e declarados iniciados os trabalhos de auditagem do serviço de fiscalização de insumos agrícolas conforme TERMO DE NOTIFICAÇÃO, nº ____ de ____ de _____ de _____.

Coordenador da Equipe

Superintendente

Chefe do SEFAG

Servidores Presentes			
Nome	Função	Órgão	Assinatura

2.1.2 Instalação da Equipe

Consiste da ocupação, pela Equipe de Auditoria, do espaço físico reservado para a realização dos trabalhos. É nesse momento que a equipe avalia as condições de trabalho, como suficiência do espaço físico e dos equipamentos disponibilizados.

2.2 Exame dos Elementos Amostrados

O procedimento de Auditoria pós - instalação é o de análise dos elementos amostrados. Antecede a ele, entretanto, a requisição desse elementos, o que é feito via **TERMO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES**, em que o Coordenador da Equipe requer a presença das pessoas para as entrevistas e o

material par análise (Processos e documentos) amostrados. De posse desses inicia-se o exame da adequação e conformidade dos Eventos objeto da auditoria.

Nessa fase são executadas as seguintes tarefas:

- Coleta de dados
- Tabulação
- Cálculo dos índices
- Análise dos índices
- O modelo usado para a solicitação da presença de servidores e para a disponibilização de documentos é Termo de Requisição de Informações, mostrado a seguir.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas



TERMO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ao Chefe do serviço de fiscalização de insumos agrícolas: _____ Coordenador da Equipe de Auditoria requer de V.Sa o agendamento de entrevistas com a equipe de auditoria do MAPA, lotados nesse serviço de fiscalização

O de insumos agrícolas e também a disponibilização dos documentos especificados, ambos constantes de relação anexa a este expediente.

Local e Data

Coordenador da Auditoria

2.2.1 - Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados e de informações é o primeiro procedimento de execução da auditoria operacional na sua fase local. O propósito da coleta de dados é de criar os fundamentos para a avaliação das condições de operação, para medição do desempenho operacional na execução da fiscalização e para a avaliação da qualidade de processos administrativos e de documentos elaborados pelos servidores que participam da atividade de fiscalização.

Nesta fase são passíveis de exame, os arquivos de dados, os sistemas de controle e as práticas gerenciais adotadas.

Os instrumentos competentes para o exame da qualidade dos serviços de fiscalização executados são os Papéis de Trabalho. Esses papéis, na sua maioria, são constituídos de listas de procedimentos definidos em normativos. É o caso do registro de estabelecimento, do registro de produtos, do credenciamento de agentes, do credenciamento de entidades, do licenciamento de importação, da autorização de importação e dos procedimentos administrativos de apuração de infração. Existem papéis cujo conteúdo é definido para captar a percepção das pessoas quanto à influência das condições estruturais na qualidade dos serviços que a instituição presta aos seus clientes.

Neste documento, os Papéis de Trabalho foram divididos considerando a existência de três grupos de “Eventos”. O primeiro grupo, constituído do formulário denominado de “Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional”, destinados a análise das condições da unidade de fiscalização de insumos agrícolas de prestar os serviços a que se propõe. O segundo grupo, constituído formulário denominado “Procedimento de Exame do Desempenho Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas” destinado ao análise dos Plano Operativos da três atividades de fiscalização. O terceiro grupo, composto de 14 formulários destinados a análise de conformidade de processos administrativos e de documentos usados na fiscalização. Os Papéis de Trabalho do terceiro grupo são constituídos essencialmente de procedimentos previstos em normativos legais.

Os nomes dos papéis de trabalho do terceiro grupo são formados do termo “Conformidade dos Procedimentos de ...” , seguido da denominação específica do instrumento legal que o criou. São exemplos desses Papeis de Trabalho: “Conformidade dos Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes; “Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento”; “Conformidade dos Procedimentos de Autorização Importação ...”; “Conformidade dos Procedimentos de Apuração de Infração”, entre outros.

Os dados relativos a cada um dos procedimentos constantes de um dado Papel de Trabalho são coletados observando conceitos estabelecidos. As denominações de “Adequado”, “Medianamente Adequado”, “Pouco Adequado”, “Inadequado”, “Conforme”, “Inconforme por Ausência” e “Inconforme por Erro”, são conceitos criados por convenção para medir a adequação/conformidade de um dado “Eventos” inerente a atividade de fiscalização de insumos agrícolas . Em todos os casos as letras iniciais do termo ou da expressão significam o tipo de ocorrência constatada.

A seguir são mostrados exemplares dos três grupos formulários destinados à coleta de dados. Esses formulários estarão disponíveis na Intranet em Manuais/Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas-Procedimentos/Anexos, para uso nas auditorias do DFIA. Os modelos são apresentados em Planilha Excel com instruções sobre multiplicação de formulários e também sobre procedimentos de coleta de dados.

2.2.1.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional		Coleta de Dados
Entrevistado			
Atividade			
SFA	Ano		
Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional		A / MA PA / I	Descrição do Motivo da Inadequação (MA, PA ou I)
I Em Relação às Referências			
I.1 Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)			
I.2 Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização			
I.3 Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização			
I.4 Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis			
I.5 A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)			
II Em Relação a Planos de Trabalho			
II.1 Os Planos Operativos (PO's)			
II.2 A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's			
II.3 Os Planos Mensais de viagem a serviço			
II.4 A programação mensal de recursos no SIOR			
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução			
III.1 Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo			
III.2 Os registros do executado por atividade			
III.3 O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização			
III.4 O monitoramento da aplicação dos recursos			
III.5 O monitoramento do registro das metas no SIPLAN			
III.6 A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe			
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade			
IV.1 Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas ...)			
IV.2 Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto			
IV.3 Meios de locomoção para a execução da fiscalização			
IV.4 Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)			
IV.5 Recursos financeiros para deslocamento			
IV.6 Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone			
IV.7 Sistema informatizado de apoio à fiscalização			
IV.8 Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc.)			
V Em Relação a Compatibilidade entre:			
V.1 A estrutura organizacional e as competências regimentais			
V.2 O Espaço físico e número de servidores			

2.2.1.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional (continuação)

V.3 Número de FFA e os serviços a executar		
V.4 Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar		
V.5 Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a executar		
V.6 Perfil dos servidores e as atribuições		
Adequado - A condição existe e mesmo não sendo a ideal permite o desenvolvimento dos trabalhos com qualidade		A
Medianamente Adequado - A condição existente causa prejuízos a produção de resultado em quantidade e qualidade -		MA
Pouco Adequado - A condição existe, mas as deficiências chegam a comprometer a qualidade do trabalho		PA
Inadequado - A condição existente compromete seriamente os trabalhos e inviabiliza os resultados		I
Nome do FFA-Auditor		Data

A questão relevante é: “O entrevistado considera que a condição atual afeta em grau a execução dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas. O conceito do grau de interferência consta do finaldo formulário.

2.2.1.2 Formulário de Coleta de Dados e de Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização/PI

PT 2	Procedimentos de Exame do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização Agrotóxicos e Afins					Coleta de Dados e Cálculo	
SFA	Ano			Ano			
I - Abrangência da Fiscalização	Universo	Cobertura	% Cobertura	Universo	Cobertura	% Cobertura	
I.1 - Unidades Fiscalizadas							
I.1.1 Empresas brasileiras (Produtor/Exportador/Importador)							
I.1.2 Produtos registrados							
I.1.3 Estabelecimento de Pesquisa e Experimentação							
II Produto da Fiscalização	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	Desempenho (%)	
II.1 Fiscalização (II.1+ II.2 + II.3)							
II.1.1 Fiscalização em Empresa							
II.1.2 Fiscalização em Produto							
II.1.3 Fiscalização em Estabelecimento de Pesquisa e Experimentação							
II.2 Autos de Infração Emitidos							
II.3 Processo Julgado em 1ª Instância							
II.4 Processos Julgados em 2ª Instância							
III - Execução Orçamentária/Financeira	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	Desempenho (%)	
III.1 Total do Orçamento (R\$)	Descentralizado	Empenhado	Desempenho (%)	Descentralizado	Empenhado	Desempenho (%)	
III.2 Recurso de Custeio	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	Desempenho (%)	
IV - Indicadores de Desempenho							
IV.1 Custo da Fiscalização							
IV.2 - Eficácia fiscal							
IV.3 - Eficácia na Execução da Fiscalização							
IV.4 - Eficiência na Execução da Fiscalização							
Nome do FFA-Auditor			Data				
Nota : Para a análise do desempenho consulte os Critérios de Decisão							

2.2.1.3 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT3.1 – Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes		Coleta de Dados	
Tipo de Estabelecimento			
SFA			Ano
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da
I Em Relação à Constituição do Processo			
I.1 Preenchimento do Requerimento			
I.2 Numeração de folhas e rubrica			
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo			
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência			
I.5 Autenticidade dos documentos			
I.6 Termos de Juntada			
II Em Relação à Documentação			
II.1 Documentos do Estabelecimento			
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente			
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal			
II.1.3 Licença do órgão ambiental			
II.1.4 Inscrição no conselho de classe			
II.2 Planta Baixa			
II.2.1 Instalações			
II.2.2 Equipamentos			
II.3 Descrição de Produtos			
II.3.1 Nome, tipo e natureza física			
II.3.2 Marcas			
II.3.3 Origem das matérias-primas			
II.4 Descrição de Procedimentos			
II.4.1 - Métodos ou processos de produção			
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos			
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta			
II.6 Identificação do Responsável Técnico			
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade			
III Tramitação do processo			
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo			
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo			
III.3 Parecer técnico			
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento			
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento			
C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de registro.			
IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.			

2.2.2 Instrumentos de Tabulação de Dados

A tabulação de dados é o segundo passo da análise da adequação/conformidade de processos e de outros instrumentos usados na fiscalização de insumos agrícolas.

A tabulação de dados nada mais é do que um procedimento prévio de agregação que descaracteriza a unidade (Pessoa, processo ou documento) para a formação de imagem de conjunto, passível de projeção para um todo. É esse procedimento que permite as inferências ou extrapolação de resultados obtidos de amostras para os universos de onde essas amostras foram retiradas.

A seguir são mostrados formulários de tabulação de dados relativos a “**Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional**”, o PT 1; Evento do grupo 1 e o formulário de tabulação de dados relativos ao “**Procedimento de Exame Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizante**”, o PT 3.1, Evento do grupo 3. No caso do grupo 2 não existe o formulário de tabulação de dados.

A seguir são mostrados exemplares dos dois grupos formulários destinados à tabulação de dados. Esses formulários estarão disponíveis na Intranet em Manuais/Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas-Procedimentos/Anexos,

para uso nas auditorias do DFIA. Os modelos são apresentados em Planilha Excel com instruções sobre transferência para eles dos dados registrados nos formulários de coleta de dados.

2.2.2.1 Formulário de Tabulação de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente	Tabulação de Dados																			
SFA	ANO																				
Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional		Frequência de A, MA, PA e I																			
I Em Relação as Referências		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1 Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)																					
I.2 Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização																					
I.3 Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização																					
I.4 Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis																					
I.5 A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)																					
II Em Relação a Planos de Trabalho																					
II.1 Os Planos Operativos (PO's)																					
II.2 A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's																					
II.3 Os Planos Mensais de viagem a serviço																					
II.4 A programação mensal de recursos no SIOR																					
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução																					
III.1 Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo																					
III.2 Os registros do executado por atividade																					
III.3 O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização																					
III.4 O monitoramento da aplicação dos recursos																					
III.5 O monitoramento do registro das metas no SIPLAN																					
III.6 A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe																					
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade																					
IV.1 Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos,																					
IV.2 Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto																					
IV.3 Meios de locomoção para a execução da fiscalização																					
IV.4 Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)																					
IV.5 Recursos financeiros para deslocamento																					
IV.6 Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone																					
IV.7 Sistema informatizado de apoio à fiscalização																					
IV.8 Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc)																					
V Em Relação a Compatibilidade entre:																					
V.1 A estrutura organizacional e as competências regimentais																					
V.2 O Espaço físico e número de servidores																					
V.3 Número de FFA e os serviços a executar																					
V.4 Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar																					
V.5 Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a executar																					
V.6 Perfil dos servidores e as atribuições																					

2.2.2.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre os Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT3. 1	Procedimento de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizante		Tabulação de Dados																			
	SFA	Ano	Frequência de C IA e IE																			
Itens de Verificação da Conformidade			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I Em Relação à Constituição do Processo																						
I.1 Preenchimento do Requerimento																						
I.2 Numeração de folhas e rubrica																						
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo																						
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência																						
I.5 Autenticidade dos documentos																						
I.6 Termos de Juntada																						
II Em Relação à Documentação																						
II.1 Documentos do Estabelecimento																						
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente																						
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal																						
II.1.3 Licença do órgão ambiental																						
II.1.4 Inscrição no conselho de classe																						
II. 2 Planta Baixa																						
II.2.1 Instalações																						
II.2.2 Equipamentos																						
II.3 Descrição de Produtos																						
II.3.1 Nome, tipo e natureza física																						
II.3.2 Marcas																						
II.3.3 Origem das matérias-primas																						
II.4 Descrição de Procedimentos																						
II.4.1 - Métodos ou processos de produção																						
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos																						
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta																						
II.6 Identificação do Responsável Técnico																						
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade																						
III Tramitação do processo																						
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo																						
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo																						
III.3 Parecer técnico																						
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento																						
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento																						

2.2.3 Instrumentos de Cálculo dos Índices de Conformidade

O cálculo dos índices é o terceiro passo da análise da adequação/conformidade de processos e documentos usados na fiscalização de insumos agrícolas. Consiste do tratamento dos dados obtidos segundo critérios previamente definidos de forma que as medidas de um mesmo Evento auditado, em períodos de tempos diferentes, possam ser comparada, entre si e também com medidas obtidas para Eventos equivalentes.

O cálculo dos índices de conformidade é feito para os três grupos de Eventos citados anteriormente, ou seja, para Adequação do Ambiente Institucional, para o Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Insumos Agrícolas e para Processos Administrativos e Documentos usados na Fiscalização. Este último, constituído de processos associados a serviços prestados pela fiscalização como: Registro, Credenciamento, Licenciamento de Importação e de Exportação, Processo Administrativo de Apuração de Infração, entre outros.

Os procedimentos de cálculo dos índices é feito utilizando Planilhas de Cálculo que contêm a lista de procedimentos que integra o Evento sob exame. A cada um dos procedimentos foi atribuído um peso relativo em função da sua importância para a concretização do "Evento".

A rotina para o cálculo dos índices é a seguinte:

Na planilha de cálculo, na célula onde se quer a soma do Conceito "C" registra-se formula:
=CONT.SE(Tabulação!F6:Y6;"c")

Da mesma forma, na célula onde se quer a soma do conceito "IA" registra-se formula:
=CONT.SE(Tabulação!F6:Y6;"IA").

E na célula onde se quer a soma do conceito "IE" registra-se formula: **=CONT.SE(Tabulação!F6:Y6;"IE").**

Somam-se os totais obtidos para as somas dos conceitos C, IA e IE obtendo o valor do divisor a ser usado na ponderação.

Os índices, para os conceitos C, IA e IE , relativos a cada um dado procedimento, são obtidos da seguinte forma:

Divide-se o valor total obtido para esse conceito pelo divisor; encontrado na operação do item 4.

Multiplica-se o resultado da divisão pelo respectivo peso (valor constante da tabela).

O índice para cada um dos Conceitos C, IA e IE é encontrado somando os índices obtidos para cada um dos procedimentos.

O índice relativo ao Evento é obtido pela soma dos índices obtido para os Conceitos.

Os elementos da fórmula são:

CONT.SE – função do Excel.

Tabulação - é o nome da planilha de onde os dados estão sendo buscado.

F6:Y6 – é o intervalo de células da planilha de tabulação onde estão registrados os conceito C, IA e IE.

“C, IA e IE” – conceitos de Conforme , Inconforme por Ausência e Inconforme por Erro, respectivamente.

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento” sob análise. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço a que se refere o Evento, inclusive a sua freqüência e a sua relevância.

Esse é o momento oportuno para formalização, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade audita, solicitando esclarecimentos para as inconformidades constatadas. É um procedimento que compete ao coordenador da equipe de auditoria.

2.2.3.1 Formulário de Cálculo de Índice de Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional			Cálculo								
SFA	-	Ano		Soma (A+MA+PA+I)								
Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional				Frequência				Peso	Índice			
				A	MA	PA	I		A	MA	PA	I
I Em Relação as Referências												
I.1 Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)								3				
I.2 Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização								1				
I.3 Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização								2				
I.4 Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis								2				
I.5 A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)								2				
II Em Relação a Planos de Trabalho												
II.1 Os Planos Operativos (PO's)								6				
II.2 A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's								6				
II.3 Os Planos Mensais de viagem a serviço								4				
II.4 A programação mensal de recursos no SIOR								4				
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução												
III.1 Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo								5				
III.2 Os registros do executado por atividade								5				
III.3 O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização								4				
III.4 O monitoramento da aplicação dos recursos								3				
III.5 O monitoramento do registro das metas no SIPLAN								3				
III.6 A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe								5				
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade												
IV.1 Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas ...)								3				
IV.2 Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto								2				
IV.3 Meios de locomoção para a execução da fiscalização								3				

2.2.3.1 Formulário de Cálculo de Índice de Adequação do Ambiente Institucional (Continuação)

IV.4 Retaguarda técnica à fiscalização de campo (Conhecimento e segurança)					2				
IV.5 Recursos financeiros para deslocamento					3				
IV.6 Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone					2				
IV.7 Sistema informatizado de apoio à fiscalização					2				
IV.8 Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc)					3				
V Em Relação a Compatibilidade entre:									
V.1 A estrutura organizacional e as competências regimentais					3				
V.2 O espaço físico e número de servidores					5				
V.3 Número de FFA e os serviços a executar					6				
V.4 Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar					4				
V.5 Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviço a executar					3				
V.6 Perfil dos servidores e as atribuições					4				
					100				
Nota : Para a análise da Adequação consulte os Critérios de Decisão									

2.2.3.2 Formulário de Cálculo dos Índices de Conformidade de Processos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT 3.1	Procedimento de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizante					Cálculo		
Atividade	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes				Soma (C+IA+IE)		-	
SFA	Frequência				Peso		Índice	
Itens de Verificação da Conformidade	C	IA	IE	Peso		C	IA	IE
I Em Relação à Constituição do Processo								
I.1 Preenchimento do Requerimento				4				
I.2 Numeração de folhas e rubrica				4				
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo				4				
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência				4				
I.5 Autenticidade dos documentos				4				
I.6 Termos de Juntada				4				
II Em Relação à Documentação								
II.1 Documentos do Estabelecimento								
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente				4				
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal				4				
II.1.3 Licença do órgão ambiental				5				
II.1.4 Inscrição no conselho de classe				4				
II.2 Planta Baixa								
II.2.1 Instalações				3				
II.2.2 Equipamentos				4				
II.3 Descrição de Produtos								
II.3.1 Nome, tipo e natureza física				4				
II.3.2 Marcas								
II.3.3 Origem das matérias-primas				4				
II.4 Descrição de Procedimentos								
II.4.1 - Métodos ou processos de produção				4				
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos				4				
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta				4				
II.6 Identificação do Responsável Técnico				5				
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade				4				
III Tramitação do processo								
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo				4				
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo				4				
III.3 Parecer técnico				4				
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento				5				
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento				6				
				100				
Nota: Para a análise da conformidade consulte os critérios de Decisão								

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhece as inconformidades e tem a medida da sua incidência no Evento sob análise. Portanto, conhece os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço executado, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

O modelo de expediente para esse fim é o TERMO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO mostrado a seguir.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas



TERMO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO

Ao Chefe do (SEFAG-SIFIA-SIFISV/SFA_____

Solicitamos de VS^a as providencias necessárias no sentido de esclarecer as razões das inadequações/inconformidades dos procedimentos relativos a (nome do Evento a que se refere) detectado por essa auditoria.

Os procedimentos inconformes e os respectivos motivos constam de relação anexa.

Atenciosamente

Local e data

Coordenador da Auditoria

2.2.4 Instrumentos de Análise da Adequação

A análise é o quarto passo no exame de adequação/conformidade do ambiente, de processos e de documentos relativos à prestação de serviços na área de fiscalização de insumos agrícolas. Consiste da explicitação de todos os passos ocorridos na realização da auditoria. Inicia com a descrição do motivo da inclusão do Evento entre os auditados, prossegue com a descrição dos procedimentos de amostragem, tais como, tamanho de universos e de amostras, e técnica de seleção de elementos das amostras.

Constitui objeto da análise a interpretação dos índices obtidos e do perfil das inconformidades constatadas e menção para a sua maior ou menor incidência em blocos de procedimentos ou em procedimentos isolados.

Para a interpretação dos índices de conformidade utilizam-se os critérios de decisão e os índices de referência estabelecidos pelo DFIA, mostrados nas tabelas 3 e 4.

Os Critérios de Decisão para a Interpretação dos Índices de Adequação do Ambiente Institucional

Adequado, se **A** igual ou superior a **75%**.

Medianamente adequado, se **A** igual ou superior **50% e inferior a 75%**.

Pouco adequado, se **A** igual ou superior **25 e inferior a 50%**.

Inadequado, se **A** inferior a **25%**.

Tabela 3 Critérios de Decisão para Interpretação dos Índices Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização

Custo da Fiscalização - Cf	
Cf (t) < Cf (t-1)	O custo da fiscalização inferior ao do ano anterior, para a mesma qualidade, o mesmo tempo e o mesmo espaço geográfico. Cf = Recursos de custeio gastos /nº de fiscalizações realizadas
Eficácia Fiscal - Ef	
Ecf > =1	Fiscalização eficaz. O nº de Processos Administrativos de Apuração de Infração julgados em 1ª instância, no ano, é igual ou superior aos Autos de Infração Lavrados, ou seja, passivo de processos zero ou em baixa. Isto, considerando o mesmo o padrão de qualidade, o mesmo intervalo de tempo e o mesmo espaço geográfico.
Eficácia Operacional – E _c	
E _c = 1	Desempenho operacional eficaz. Meta física realizada igual a prevista.
E _c < 1	Desempenho operacional ineficaz. Meta física realizada abaixo da prevista.
E _c > 1	Desempenho operacional de eficácia superior à prevista. Meta física realizada acima da prevista. Às vezes representa desperdícios.
Eficiência Operacional - Ef	
E _f =1	Desempenho operacional eficiente. Meta física realizada igual a prevista com orçamento previsto igual ao executado.
E _f < 1	Desempenho operacional ineficiente. Erros de previsão, para menos no físico ou no orçamentário ou em ambos.
E _f > 1	Desempenho operacional de eficiência superior à prevista. Previsão, para mais no físico ou no orçamentário ou em ambos.

Os critérios de decisão para a interpretação dos índices de conformidade de processos e documentos usados na fiscalização são:

Se C > 90 os serviços executados estão **Adequados**

Se C > 75 e < 90 os serviços executados estão **Medianamente Adequados**

Se C < 75 os serviços executados estão **Inadequados**

Integra o “bloco análise” a realização de comparação dos índices obtidos na auditoria com índices apurados anteriormente para o Evento na mesma instituição, caso existam, ou a realização de comparação com índices obtidos para Eventos da mesma categoria em outras instituições.

Tabela 4 Índices de Referência sobre o Desempenho Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas

Discriminação	Índices		
	Conforme (C)	Inconforme por Ausência (IA)	Inconforme por Erro (IE)
PT 3.1	81,07 a 92,63	3,38 a 13,87	4,00 a 5,07
PT 3.2	87,60 a 88,13	1,08 a 10,93	1,47 a 10,07
PT 3.3	82,73 a 91,30	1,20 a 7,40	2,00 a 9,87
PT 3.4	82,33 a 95,70	1,20 a 7,40	2,00 a 11,33
PT 3.5	88,00 a 96,57	1,57 a 3,67	1,86 a 14,50
PT 3.11	80,50 a 81,50	2,00 a 3,00	16,50
PT 3.14	97,00	1,00	2,00

Como último aspecto da análise, figura o tópico “Intervenções Corretivas” que consiste da citação dos procedimentos inconformes, seguidos da descrição dos motivos dessas inconformidades e dos esclarecimentos do auditado em resposta às indagações feitas pela auditoria quando da sua constatação.

Para todas as inconformidade são produzidos textos que evidenciam as recomendações de medidas preventivas e até mesmo corretivas.

A seguir são apresentados os exemplares dos formulários utilizados para a elaboração de textos analíticos relativos a Adequação do Ambiente Institucional, sobre o Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização e sobre a Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtos de Fertilizantes, no caso, dos três grupos de Papel de Trabalho, mencionado.

2.2.4.1 Formulário de Análise da Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional			Análise
Atividade				
SFA:		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

2.2.4.2 Formulário de Análise do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização

PT 2	Procedimentos de Exame do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização			Análise
PT 2.1	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes			
SFA		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

2.2.4.3 Formulário de Análise da Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT 3.1	Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes		Análise
Atividade	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes		
SFA	Ano		
Descrição dos Procedimentos			
Interpretação dos Índices			
Posição Relativa dos Índices			
Intervenções Corretivas			

2.3 Elaboração do Relatório de Auditoria

Esta é última tarefa da equipe em relação a uma auditoria e também a mais importante. Isto porque o seu conteúdo e a clareza dos seus demonstrativos é que irão determinar as atitudes de auditado e auditor no pós auditoria. O Relatório consiste da organização de todo o material produzido, compreendido dos expedientes; das consultas; dos procedimentos de amostragem; da obtenção e tratamento dos dados e das análises de todos os Eventos.

A auditoria conduzida com a disciplina necessária, observando as recomendações expressas neste documento terá ao final das análises dos diversos Eventos auditados a quase totalidade do seu relatório pronto. Isto porque os modelos usados nas análises individualizadas têm formato padrão e, dessa forma, todo material trabalhado pelos integrantes da equipe de auditoria poderá ser juntado e terá padrão de qualidade equivalente.

A partir das análises feitas para os diferentes Eventos a equipe define o formato do relatório, efetua as transferências de conteúdo das análises por Evento, segundo o formato de relatório definido e promove os acertos finais de redação.

O relatório de auditoria é finalizado com a definição dos pontos de maior relevância identificados no decorrer dos

trabalhos de auditoria e a elaboração, a partir deles, do Resumo Executivo.

Como ultimo procedimento de uma auditoria figura a **“Recomendação de Procedimento ao Auditado”** que pode fazer parte do tópico “Intervenções Corretivas”, mas que fica melhor posicionada se constar do resumo executivo. Essa recomendação é de que o auditado elabore um plano de medidas saneadoras e apresente ao DFIA num dado prazo, previamente estipulado.

Um modelo de relatório de auditoria é mostrado no tópico III deste documento e no tópico VII é apresentado um espelho relatório.

III EMPREGO DE PAPÉIS DE TRABALHO NA AUDITORIA

Papel de trabalho é o nome que se dá aos instrumentos usados na coleta de dados e informações necessárias ao exame do desempenho operacional do órgão auditado. No caso das auditorias operacionais na fiscalização esses papéis se destinam a verificação da conformidade de todos os Eventos de fiscalização de insumos agrícolas realizados pelas Superintendências Federais de Agricultura.

A auditoria é feita com base em Papéis de Trabalho quase sempre constituídos com os fundamentos das Leis que regulam as atividades de fiscalização de insumos agrícolas. Cada um dos papéis corresponde a um “Evento” inerente à fiscalização e nele estão relacionados todos os procedimentos exigidos para a sua concretização.

A discussão do uso dos Papéis de Trabalho é feita considerando que esses papéis estão distribuídos em três grupos. O primeiro grupo, é destinado ao exame das condições gerais de trabalho de fiscalização ou Ambiente Institucional. Este grupo é composto de quatro formulários, todos com a mesma relação de questões. O primeiro formulário é destinado a coleta de dados relativos às condições a que estão submetidos os

servidores atuantes no serviço de fiscalização auditado. O segundo formulário é destinado tabulação desses dados, o terceiro é destinado ao cálculo do índice de adequação e o quarto é destinado a elaboração do texto analítico.

O segundo grupo de Papéis de Trabalho é destinado ao exame do desempenho do serviço de fiscalização sob o ponto de vista do planejamento (Desempenho Operacional). Destina-se a verificação de como estão programados e executados os esforços de fiscalização. É composto de dois formulários, sendo o primeiro destinado a coletas de dados e cálculo e o segundo destinado à elaboração do texto analítico.

O terceiro grupo de Papéis de Trabalho é destinado ao exame da conformidade de processos e documentos usados na fiscalização. É composto de 14 Papéis de Trabalho distintos, com a denominação correspondente ao serviço executado e numerados de PT3.1, PT3.2, PT 3.3 a PT3.14, cada um desses composto de quatro formulários. Três dos quatro formulários de um mesmo PT tem a mesma relação de procedimento, sendo o primeiro destinado à coleta de dados, o segundo usado para a tabulação desses dados, o terceiro usado para o cálculo do índice de

conformidade do Evento e o quarto destinado à elaboração do texto analítico.

Todos os Papéis de Trabalho desenvolvidos pelo DFIA estão disponíveis em Planilha Excel com as instruções necessárias sobre:

- A criação de planilhas adicionais de Coleta de Dados.
- A tabulação dos dados coletados.
- O cálculo dos índices de conformidade.
- A elaboração do texto analítico dos índices.

Todo esse material estará disponível, para cópia e uso, no endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/>, com acesso via as opções: Manuais/ Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas – Procedimentos/Anexos.

A seguir são mostrados todos esses Papéis de Trabalho precedidos de esclarecimentos acerca do seu objetivo e dos procedimentos a serem adotados pelos FFAs-Audidores para o seu uso correto.

1 Procedimentos de Exame da Adequação do Ambiente Institucional

O PT1 é o instrumento usado para exame das condições de trabalhos de execução da fiscalização de insumos agrícolas. Tem o objetivo de proporcionar à equipe as condições de avaliar a compatibilidade das condições de trabalho com as competências do órgão e as atribuições dos servidores que atuam na fiscalização de insumos agrícolas. É constituído de questões que procuram avaliar os reflexos das condições de trabalho sobre o desempenho operacional na execução da fiscalização. A adoção desse procedimento ocorre por meio de entrevistas que se realiza com os servidores.

O PT1 é composto de quatro formulários, sendo um para a coleta de dados, outro para a tabulação dos dados obtidas nas entrevistas, o terceiro formulário é usado para o cálculos dos índices de Adequação e o quarto formulário destinado à elaboração do texto analítico relativo a todos os procedimentos de trabalho em relação ao Evento.

Constituem atitudes necessárias à verificação da adequação do ambiente institucional:

- Obtenção da relação de servidores atuantes na fiscalização de insumos agrícolas.
- Consulta a tabela de referência para definição do número de servidores a entrevistar.
- Elaboração da relação de servidores agendados para entrevista.
- Lavratura do Termo de Requisição de Informações.

- Entrega ao chefe do serviço Termo de Requisição de Informações lavrado acompanhado de relação de servidores agendados para entrevista.
- Realização das entrevistas.
- O processamento dos dados.
- Elaboração do texto analítico.

1.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimentos de Exame da Adequação do Ambiente Institucional	Ano	Coleta de Dados
SFA		A / MA / PA / I	Descrição do Motivo da Inadequação (MA, PA ou I)
	Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional		
	I Em Relação as Referências		
	I.1 Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)		
	I.2 Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização		
	I.3 Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização		
	I.4 Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis		
	I.5 A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)		
	II Em Relação a Planos de Trabalho		
	II.1 Os Planos Operativos (PO's)		
	II.2 A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's		
	II.3 Os Planos Mensais de viagem a serviço		
	II.4 A programação mensal de recursos no SIOR		
	III Em Relação ao Acompanhamento da Execução		
	III.1 Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo		
	III.2 Os registros do executado por atividade		
	III.3 O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização		
	III.4 O monitoramento da aplicação dos recursos		
	III.5 O monitoramento do registro das metas no SIPLAN		
	III.6 A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe		
	IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade		
	IV.1 Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas)		
	IV.2 Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto		
	IV.3 Meios de locomoção para a execução da fiscalização		
	IV.4 Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)		
	IV.5 Recursos financeiros para deslocamento		
	IV.6 Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone		
	IV.7 Sistema informatizado de apoio à fiscalização		
	IV.8 Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc.)		
	V Em Relação a Compatibilidade entre:		
	V.1 A estrutura organizacional e as competências regimentais		
	V.2 O Espaço físico e número de servidores		
	V.3 Número de FFA e os serviços a executar		
	V.4 Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar		
	V.5 Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a executar		
	V.6 Perfil dos servidores e as atribuições		
	Adequado - A condição existe e mesmo não sendo a ideal permite o desenvolvimento dos trabalhos com qualidade	A	
	Medianamente Adequado - A condição existente causa prejuízos a produção de resultado em quantidade e qualidade	MA	
	Pouco Adequado - A condição existe, mas as deficiências chegam a comprometer a qualidade do trabalho	PA	
	Inadequado - A condição existente compromete seriamente os trabalhos e inviabiliza os resultados-	I	

1.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional

PT1.2 Procedimentos de Exame da Adequação do Ambiente Institucional		Tabulação de Dados																			
SFA	Ano	Frequência de A, MA PA e I																			
Itens de Verificação da Conformidade		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I Em Relação as Referências																					
I.1 Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)																					
I.2 Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização																					
I.3 Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização																					
I.4 Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis																					
I.5 A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)																					
II Em Relação a Planos de Trabalho																					
II.1 Os Planos Operativos (PO's)																					
II.2 A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's																					
II.3 Os Planos Mensais de viagem a serviço																					
II.4 A programação mensal de recursos no SIOR																					
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução																					
III.1 Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo																					
III.2 Os registros do executado por atividade																					
III.3 O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização																					
III.4 O monitoramento da aplicação dos recursos																					
III.5 O monitoramento do registro das metas no SIPLAN																					
III.6 A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe																					
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade																					
IV.1 Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas ...)																					
IV.2 Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto																					
IV.3 Meios de locomoção para a execução da fiscalização																					
IV.4 Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)																					
IV.5 Recursos financeiros para deslocamento																					
IV.6 Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone																					
IV.7 Sistema informatizado de apoio à fiscalização																					
IV.8 Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc.)																					
V Em Relação a Compatibilidade entre:																					
V.1 A estrutura organizacional e as competências regimentais																					
V.2 O Espaço físico e número de servidores																					
V.3 Número de FFA e os serviços a executar																					
V.4 Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar																					
V.5 Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviço a executar																					
V.6 Perfil dos servidores e as atribuições		-																			

1.3 Formulário de Cálculo do Índice de Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional			Cálculo								
Atividade				Soma (A=MA+PA+I)								
SFA	Ano			Frequência				Peso	Índices			
Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional				A	MA	PA	I		A	MA	PA	I
I Em Relação as Referências												
I.1	Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)							3				
I.2	Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização							1				
I.3	Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização							2				
I.4	Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis							2				
I.5	A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)							2				
II Em Relação a Planos de Trabalho												
II.1	Os Planos Operativos (PO's)							6				
II.2	A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's							6				
II.3	Os Planos Mensais de viagem a serviço							4				
II.4	A programação mensal de recursos no SIOR							4				
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução												
III.1	Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo							5				
III.2	Os registros do executado por atividade							5				
III.3	O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização							4				
III.4	O monitoramento da aplicação dos recursos							3				
III.5	O monitoramento do registro das metas no SIPLAN							3				
III.6	A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe							5				
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade												
IV.1	Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas ...)							3				
IV.2	Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto							2				
IV.3	Meios de locomoção para a execução da fiscalização							3				
IV.4	Retaguarda técnica à fiscalização de campo (Conhecimento e segurança)							2				
IV.5	Recursos financeiros para deslocamento							3				
IV.6	Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone							2				
IV.7	Sistema informatizado de apoio à fiscalização							2				
IV.8	Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc)							3				
V Em Relação a Compatibilidade entre:												
V.1	A estrutura organizacional e as competências regimentais							3				
V.2	O espaço físico e número de servidores							5				
V.3	Número de FFA e os serviços a executar							6				
V.4	Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar							4				
V.5	Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a executar							3				
V.6	Perfil dos servidores e as atribuições							4				
								100				
Nota : Para a análise da Adequação consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria												

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Adequação do Ambiente Institucional**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço de fiscalização de insumos agrícolas, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de fiscalização de insumos agrícolas em termos da sua adequação.

A análise começa pela descrição, dos procedimentos de trabalho iniciados pela amostragem e finaliza com as recomendações de intervenções corretivas. Essa análise consiste da explicitação do que se apurou acerca da sintonia dos servidores com as referências necessárias à execução, com o

planejamento (elaboração do plano, uso e acompanhamento), com a logística e em relação a compatibilidade entre as competências e as condições de trabalho.

A clareza e objetividade dessa análise serão os fatores determinantes dos desdobramentos que as instituições auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação do ambiente de trabalho é classificada segundo os seguintes conceitos e critérios de decisão:

1. Se A igual ou superior a 75%, o ambiente institucional está Adequado.
2. Se A igual ou superior a 50% e inferior a 75%, o ambiente institucional está Medianamente adequado.
3. Se A igual ou superior a 25 e inferior a 50%, o ambiente institucional está Pouco adequado.
4. Se A inferior a 25%, o ambiente institucional está Inadequado.

1.4 Formulários de Análise da Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional			Análise
Atividade				
SFA:		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

2 Procedimentos de Exame do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Insumos Agrícolas

Constitui procedimento de verificação dos esforços de execução das atividades de fiscalização baseado em dados existentes nos arquivos e controles mantidos pela SFA. Inicia pela coleta de dados sobre as realizações nos períodos cobertos pela Auditoria e usa o formulário denominado PT 2 – Procedimento de Exame do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização.

A realização da coleta de dados é precedida dos seguintes procedimentos:

- Checagem dos dados coletados na pré auditoria com os arquivados do auditado.
- Análise dos índices apurados.

- Elaboração do texto analítico.

A análise das metas programadas para as atividades de fiscalização de insumos agrícolas é feita com base no conhecimento do universo relativo aos segmentos de fiscalização de agrotóxicos e afins; fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e fiscalização de sementes e mudas. Esses universos dizem respeito ao ambiente da produção, do comércio e do uso desses insumos.

A seguir são apresentados alguns dados de referência usados na programação das três atividades no ano civil de 2009.

Tabela 5 Referências para Definição de Metas para a Atividade de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Parâmetros	Universo	Amostra
1 - Fiscalizar 100% das empresas brasileiras	321	321
2 - Fiscalizar 20% dos produtos registrados	220	44
3 - Fiscalizar 100% das empresas credenciadas para pesquisa e experimentação	294	294
- Fiscalizações no ano (1)	xxxxxx	659

Tabela 6 Referências para de Metas para a Atividade de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Parâmetros	Universo	Amostra
Unidades da Federação executoras	27	27
Unidades Sujeitas a Fiscalização		
Estabelecimentos Produtores - EP (Fiscalizar 100%)	841	841
Estabelecimentos Produtores de fertilizante mineral (Simples/misto/complexo) – no mínimo três fiscalizações/ano.	223	---
Estabelecimentos Produtores de fertilizantes orgânicos e substrato (216 + 26) - no mínimo de uma fiscalizações/ano.	242	---
Estabelecimentos Importadores de mineral e de corretivos - no mínimo de uma fiscalização/ano.	374	374
Estabelecimentos importadores – Fiscalizar no mínimo de 2 por ano	342	684
100% dos Estabelecimentos Comerciais	4.329	4.329
Produto sujeito à Amostragem Volume		
Fertilizante sólido - mínimo duas fiscalizações por ano		
Fertilizante mineral misto - 3% do consumo médio dos três últimos anos		
Fertilizante mineral complexo - 2% do consumo médio dos três últimos anos		
Fertilizante mineral simples - 3% Capacidade de produção instalada		
Fertilizante fluído - 5% da produção do estado (considerar fertilizante fluído mineral e organomineral)		
Fertilizante orgânico sólido - : 3% da produção do estado		
Corretivo e condicionador de solo - 5% da produção do estado		
Substrato - Mínimo de 3 amostras por estabelecimento produtor/ano.		

Tabela 7 Referências para de Metas para a Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças

Parâmetros	Universo	Amostra
1 - Fiscalizar 10% dos estabelecimento inscritos no RENASEM	5.198	520
2 - Fiscalizar 10% dos credenciados no RENASEM	5.507	551
3 - Fiscalizar Campos de Sementes inscritos – Equivalente a 2% da área (ha)	1.698.704	2.397
4 - Analisar os requerimentos de Inscrição de Cultivar em 30 dias	Demanda	100%
5 - Amostrar e analisar 3% da semente de soja produzida	925.000	28.750
6 - Amostrar e analisar 3% da semente de forrageira produzida	110.505	3.300
7 – Vistoriar 100% dos campos de semente com produção sob as regras da OECD	Demanda	100%

Os formulários usados no exame de desempenho operacional das atividades de fiscalização, nas versões Coleta, Tabulação, Cálculo e Análise são mostrados a seguir. Esses modelos estarão disponíveis em planilha Excel no endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/>, com acesso via as opções Manuais/Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas/Anexos.

2.1.1 Formulários de Coleta de Dados e Cálculos do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Agrotóxico e Afins

PT 2.1	Procedimentos de Exame do Desempenho na Execução da Fiscalização Agrotóxicos e Afins					Coleta de Dados e	
SFA	Ano					Ano	
I - Abrangência da Fiscalização	Universo	Cobertura	% Cobertura	Universo	Cobertura	% Cobertura	
I.1 - Unidades Fiscalizadas							
I.1.1 Empresas brasileiras (Produtor/Exportador/Importador)							
I.1.2 Produtos registrados							
I.1.3 Estabelecimento de Pesquisa e Experimentação							
II Produto da Fiscalização	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho	
II.1 Fiscalização (II.1+ II.2 + II.3)							
I.1.1 Fiscalização em Empresa							
I.1.3 Fiscalização em Produto							
I.1.4 Fiscalização em Estabelecimento de Pesquisa e Experimentação							
II.2 Autos de Infração Emitidos							
II.3 Processo Julgado em 1ª Instância							
II.4 Processos Julgados em 2ª Instância							
III - Execução Orçamentária/Financeira	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho	
III.1 Total do Orçamento (R\$)	Descentralizado	Empenhado	Desempenho	Descentralizado	Empenhado	Desempenho	
	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho	
III.2 Recurso de Custeio							
IV - Indicadores de Desempenho							
IV.1 Custo da Fiscalização							
IV.2 - Eficácia fiscal							
IV.3 - Eficácia na Execução da Fiscalização							
IV.4 - Eficiência na Execução da Fiscalização							
Nome do FFA-Auditor			Data				
Nota : Para a análise do desempenho consulte os Critérios de Decisão							

2.1.2 Formulário de Análise do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Agrotóxico e Afins

PT 2.1	Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Agrotóxicos e Afins		Análise
SFA		Ano	
Descrição dos Procedimentos			
Interpretação dos Índices			
Posição Relativa dos Índices			
Intervenções Corretivas			

2.2.1 Formulário de Coleta de Dados e Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

PT 2.2	Procedimentos de Exame do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e					Coleta de Dados e Cálculo
SFA	Ano					
I - Abrangência da Fiscalização						
I.1 Estabelecimento	Ano			Ano		
	Universo	Cobertura	% Cobertura	Universo	Cobertura	% Cobertura
I.1.1 Estabelecimento Produtor						
I.1.2 Estabelecimento Importador						
I.1.3 Estabelecimento Comercial						
I.1.4 Estabelecimento Cadastrado						-
I.2 Produto	Volume de Produto			Volume de Produto		
	Consumido*1	Amostrado	% Cobertura		Amostrado	% Cobertura
I.2.1 Fertilizante Mineral Simples/Complexo Sólido*						-
I.2.2 Fertilizante Mineral Misto Sólido*						-
I.2.3 Fertilizante Orgânico/Organomineral Sólido**						-
I.2.4 Corretivo**						-
I.2.5 Inoculante** (Produção + Importação)						-
II Produto da Fiscalização	Ano			Ano		
	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	Desempenho (%)
II.1 Fiscalização (II.2 + II.3)	-					-
II.2 Fiscalização em Estabelecimento						-
II.3 Fiscalização em Produto						-
II.4 Autos de Infração Emitidos						-
II.5 Processo Julgado em 1ª Instância						-
II.5 Processo Julgado em 2ª Instância						-
III - Execução Orçamentária/Financeira	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	
III.1 Total do Orçamento (R\$)			-			-
	Descentralizado	Empenhado	Desempenho (%)	Descentraliz	Empenhado	Desempenho (%)
			-			-
III.2 Recurso de Custeio Executado	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	Desempenho (%)
						-
IV - Indicadores de Desempenho						
IV.1 Custo da Fiscalização						
IV.2 - Eficácia fiscal						
IV.3 - Eficácia na Execução da Fiscalização						
IV.4 - Eficiência na Execução da Fiscalização						
Nome do FFA-Auditor			Data			
Nota : Para a análise do desempenho consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria						

2.2.2 Formulário de Análise do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

PT 2.2	Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes		Análise
SFA		Ano	
Descrição dos Procedimentos			
Interpretação dos Índices			
Posição Relativa dos Índices			
Intervenções Corretivas			

2.3.1 Formulário de Coleta de Dados e Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Sementes e Mudas

PT 2.3	Procedimentos e Exame do Desempenho na Execução da Fiscalização de Sementes e Mudas						Coleta de Dados e
SFA	Ano						
I - Abrangência da Fiscalização	Ano			Ano			
	Universo	Cobertura	% Cobertura	Universo	Cobertura	% Cobertura	
I.1 Estabelecimentos inscritos no RENASEM							
I.2 Credenciados no RENASEM							
I.3 Campos de Produção de Sementes inscritos - (ha)							
I.4 Campos de Produção de Sementes inscritos sob regra							
I.2 Produto	Volume de Produto			Volume de Produto			
	Produzido	Amostrado	%Amostrado	Produzido	Amostrado	%Amostrado	
I.6 Amostra de Semente de Soja Produzida (*)							
I.7 Amostra de Semente de Forrageira Produzida (*)							
II - Produto da Fiscalização	Ano			Ano			
	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho	
II.1 Fiscalização (II.2 + II.3)							
II.2 Fiscalização em Estabelecimento							
II.3. Fiscalização em Produto							
II.4 Autos de Infração emitidos							
II.5 Processo Julgado em 1ª Instância							
II.6 Processo Julgado em 2ª Instância							
III - Execução Orçamentária/Financeira	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho	
III.1 Total do Orçamento (R\$)	Descentraliza	Empenhado	Desempenho	Descentraliza	Empenhado	Desempenho	
			-				
III.2 Recurso de Custeio Executado	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho	
IV - Indicadores de Desempenho							
IV.1 Custo da Fiscalização							
IV.2 - Eficácia fiscal							
IV.3 - Eficácia na Execução da Fiscalização							
IV.4 - Eficiência na Execução da Fiscalização							
Nome do FFA-Auditor		Data					
Nota : Para a análise do desempenho consulte os Critérios de decisão no Manual de							

2.3.2 Formulário de Análise de Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Semente e Mudas

PT 2.3	Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Sementes e Mudas	Análise
SFA	Ano	
Descrição dos Procedimentos		
Interpretação dos Índices		
Posição Relativa dos Índices		
Intervenções Corretivas		

As avaliações do custo da fiscalização, do passivo de processos administrativos de apuração de infração e dos índices de eficiência e de eficácia terão como critério de decisão os parâmetros constantes da tabela mostrada a seguir.

Tabela 8 - Critério de Decisão na Análise de Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização de Insumos Agrícolas

Custo da fiscalização - Cf	
$C_f(t) < C_f(t-1)$	O custo da fiscalização no ano inferior ao do ano anterior, considerados o mesmo o padrão de qualidade, o mesmo intervalo de tempo e o mesmo espaço geográfico. $C_f = \text{Recursos de custeio gastos} / \text{n}^\circ \text{ de fiscalizações executadas}$
Eficácia Fiscal - Ef	
$E_f \geq 1$	Fiscalização eficaz. O n° de Processo Administrativo de Apuração de Infração julgados em 1ª instância, no ano foi superior aos Autos de Infração Lavrados, demonstrando passivo de processos zero ou em baixa. Isto, considerando o mesmo o padrão de qualidade, o mesmo intervalo de tempo e o mesmo espaço geográfico.
Eficácia Operacional – E_c	
$E_c = 1$	Meta física executada dividida pela meta física prevista Desempenho operacional eficaz.
$E_c < 1$	Desempenho operacional ineficaz.
$E_c > 1$	Eficácia operacional superior à prevista.
Eficiência Operacional - Ef	
$E_f = 1$	Eficácia Operacional multiplicada pelo valor da divisão do orçamento previsto pelo orçamento executado. Eficiência operacional
$E_f < 1$	Ineficiência operacional
$E_f > 1$	Eficiência operacional superior à prevista

3 PT 3 – Procedimentos de Exame da Conformidade de Serviços de Fiscalização

Consiste da verificação da qualidade dos serviços executados no âmbito dos diversos Eventos inerentes a fiscalização de insumos agrícolas, compreendidos dos registros (estabelecimentos, produto e cultivar), dos credenciamentos, da fiscalização de campo, dos licenciamentos de importação e exportação e dos processos administrativos de apuração de infração.

O número de cada um dos diferentes elementos de um dado Evento a examinar, denominado Amostra, é calculado com base em critérios técnicos previamente definidos, conforme mostrado na Tabela 2 do Capítulo III deste Documento.

Os elementos de um dado Eventos relativos a uma dada amostra qualquer a examinar deverão ser retirados do universo obedecendo ao princípio da imparcialidade. Um exemplo de como proceder para ser imparcial é exemplificado a seguir.

- Divide o nº de elementos do universo pelo nº de elementos da amostra, obtendo o resultado = “X.”
- Retira-se, ao acaso, um dos elementos do Universo.

- A partir do elementos retirado, conta-se “X” elementos e retira o 2º, conta-se mais “X” e, retira-se o 3º e assim por diante até completar o tamanho da amostra.

3.1 Procedimentos de Exame de Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

O exame da conformidade do registro de estabelecimento consiste da verificação de todos os procedimentos administrativos de registro de estabelecimento previsto em Lei. A finalidade é de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos. Essa verificação é feita utilizando-se o formulário denominado PT3.1.

O formulário PT3.1, Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes contém o rol de exigências legais para que o MAPA conceda o registro ao requerente. É examinando um a um os documentos constantes de um processos e checando-os com os itens da lista do formulário PT3.1 que se apura a conformidade desse serviço.

O procedimento que constar do formulário PT3.1 e também do processo sob exame que estiver correto será assinalado no formulário PT3.1 com a letra “C” indicando que está “Conforme”. Quando o procedimento constar do PT3.1, mas não constar do processo sob exame ele será assinado com as iniciais “IA” para

indicar ele está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.1 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasura, sem assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes para fins de verificação de conformidade, na concepção da auditoria, só terá validade se precedida das providências relacionadas a seguir.

- Consulta o SIPE ou a outros cadastros de processos.
- Obtenção do número de registros concedidos e em análise, no período sob auditoria.
- Definição do tamanho da amostra, observando as referência definida pelo DFIA.
- Acesso aos processo mediante do Lavratura do Termo de Requisição de Informações.

- Separação, ao acaso, dos processos da amostra.
- Coleta de dados, tabulação e cálculo dos índices.
- Elaboração da lista de inconformidade a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração do texto analítico.

Os formulários para a apuração da conformidade de processos de registro de estabelecimentos, o PT3.1, são mostrados a seguir nas versões coleta de dados, tabulação de dados, cálculo e análise. Esses modelos estarão disponíveis em planilhas Excel e podem ser acessados na Intranet no endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/>, com acesso via as opções: Manuais/ Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas – Procedimentos/Anexos.

3.1.1 Formulário de Coleta de Dados Sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT3.1 – Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes		Coleta de Dados
Tipo de Estabelecimento		
SFA		Ano
Itens de Verificação da Conformidade	C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Em Relação à Constituição do Processo		
I.1 Preenchimento do Requerimento		
I.2 Numeração de folhas e rubrica		
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo		
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência		
I.5 Autenticidade dos documentos		
I.6 Termos de Juntada		
II Em Relação à Documentação		
II.1 Documentos do Estabelecimento		
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente		
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal		
II.1.3 Licença do órgão ambiental		
II.1.4 Inscrição no conselho de classe		
II.2 Planta Baixa		
II.2.1 Instalações		
II.2.2 Equipamentos		
II.3 Descrição de Produtos		
II.3.1 Nome, tipo e natureza física		
II.3.2 Marcas		
II.3.3 Origem das matérias-primas		
II.4 Descrição de Procedimentos		
II.4.1 - Métodos ou processos de produção		
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos		
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta		
II.6 Identificação do Responsável Técnico		
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade		
III Tramitação do processo		
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo		
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo		
III.3 Parecer técnico		
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento		
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento		

3.1.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT3.1	Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de										Tabulação de dados										
SFF	Ano			Frequência de C, IA e IE																	
Itens de Verificação da Conformidade	C /IA /IE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I Em Relação à Constituição do Processo																					
I.1 Preenchimento do Requerimento																					
I.2 Numeração de folhas e rubrica																					
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo																					
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência																					
I.5 Autenticidade dos documentos																					
I.6 Termos de Juntada																					
II Em Relação à Documentação																					
II.1 Documentos do Estabelecimento																					
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente																					
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal																					
II.1.3 Licença do órgão ambiental																					
II.1.4 Inscrição no conselho de classe																					
II.2 Planta Baixa																					
II.2.1 Instalações																					
II.2.2 Equipamentos																					
II.3 Descrição de Produtos																					
II.3.1 Nome, tipo e natureza física																					
II.3.2 Marcas																					
II.3.3 Origem das matérias-primas																					
II.4 Descrição de Procedimentos																					
II.4.1 - Métodos ou processos de produção																					
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos																					
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta																					
II.6 Identificação do Responsável Técnico																					
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade																					
III Tramitação do processo																					
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo																					
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo																					
III.3 Parecer técnico																					
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento																					
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento																					

3.1.3 Formulário de Cálculo de índices de Conformidade de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT3.1 – Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizante				Soma (C+IA+IE)			Cálculo		
SFA	Ano	Frequência			Peso	Índice			
		C	IA	IE		C	IA	IE	
Itens de Verificação da Conformidade									
I Em Relação à Constituição do Processo									
I.1 Preenchimento do Requerimento									
I.2 Numeração de folhas e rubrica									
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo									
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência									
I.5 Autenticidade dos documentos									
I.6 Termos de Juntada									
II Em Relação à Documentação									
II.1 Documentos do Estabelecimento									
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente									
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal									
II.1.3 Licença do órgão ambiental									
II.1.4 Inscrição no conselho de classe									
II.2 Planta Baixa									
II.2.1 Instalações									
II.2.2 Equipamentos									
II.3 Descrição de Produtos									
II.3.1 Nome, tipo e natureza física									
II.3.2 Marcas									
II.3.3 Origem das matérias-primas									
II.4 Descrição de Procedimentos									
II.4.1 - Métodos ou processos de produção									
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos									
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta									
II.6 Identificação do Responsável Técnico									
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade									
III Tramitação do processo									
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo									
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo									
III.3 Parecer técnico									
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento									
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento									
					100				
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de Decisão									

Realizados os cálculos a equipe de auditoria disporá dos dados sobre as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço de registro, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria lavre um TERMO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO, anexando a ele a relação das inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar as análises relativas ao serviço de registro de estabelecimento produtor de fertilizantes.

Essa análise nada mais é do que a explicitação de todos os procedimentos empregados na execução dos trabalho desde a

reunião pós-convocação até as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes é feita segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

1. **Se C > 90%**, o serviço de registro de estabelecimento produtor de fertilizantes está **Adequado**
2. **Se C < ou = 90% e > 75%**, o serviço de registro estabelecimento produtor de fertilizantes está **Medianamente Adequado**
3. **Se C < 75%**, o serviço de registro de estabelecimento produtor de fertilizantes está **Inadequado**

3.1.4 Formulário de Análise de Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT 3.1	Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes	Análise
Atividade	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	
SFA	Ano	
Descrição dos Procedimentos		
Interpretação dos Índices		
Posição Relativa dos Índices		
Intervenções Corretivas		

3.2 Procedimentos de Exame da Conformidade do Registro de Fertilizantes

Consiste do exame dos procedimentos de registro de produtos com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o formulário denominado PT3.2, Conformidade de Registro de Fertilizantes e Afins, que contém o rol de exigências legais para que o MAPA conceda o certificado de registro de um dado corretivo de solo.

A análise dos processos é feita observando os procedimentos relacionados no PT3.2 e os documentos que constam do processo de registro que está sendo examinado. Quando o procedimento constar dos dois instrumentos e estiver correto ele será assinalado, na tabela, com a letra “C” indicando que está conforme. Quando um procedimento constar do PT3.2, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais

“IA” para indicar que ele está “Inconforme por Ausência”. Quando um procedimento constar do PT3.2 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, ausência de assinatura, erro de citação) ele será

assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de processos de registro de um corretivo de solo para fins de verificação de conformidade deverá contemplar as seguintes providências:

- Consulta aos sistemas de controle de processos de registro de produto (Corretivo de solo), para conhecimento do universo.
- Consulta a tabela de referência e cálculo do tamanho da amostra de processos a examinar.
- Elaboração da relação de processo, requisição desses por meio da Lavratura do Termo de Requisição de Informações ou sua retirada do arquivo, ao acaso.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, segundo os procedimentos descritos acima.
- Elaboração de relação de inconformidades a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração de texto analítico.

3.2.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Registro de Fertilizantes

PT 3.2		Procedimentos de Registro de Fertilizantes e Afins		Coletas de Dados	
Tipo de Produto		Nº do Processo			
Atividade		Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes			
SFA		Ano			
Itens de Verificação da Conformidade			C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)	
I Em Relação à Constituição do Processo					
I.1 Requerimento e anexos adequados ao tipo de registro solicitado					
I.2 Numeração de folha e rubricas					
I.3 Anulação de folha em branco					
I.4 Obediência à ordem cronológica - sequência					
I.5 Autenticidade dos documentos					
II Habilitação da requerente para produzir ou importar					
III Em relação à Correção dos Itens do Requerimento					
III.1 Classificação e especificações técnicas de produtos coerentes entre si					
III.2 Indicação dos códigos SIPE					
III.3 Adequação das matérias-primas ao tipo de registro de produto					
III.4 Conformidade dos teores de nutrientes das matérias-primas					
III.5 Indicação das garantias obrigatórias					
III.6 Fechamento de fórmula					
IV Em Relação aos Documentos Anexos ao Requerimento					
IV.1 Certificado de registro no País de Origem ou de livre comércio					
IV.2 Certificado de análise no País de Origem					
IV.3 Descrição do método de fabricação e da origem das matérias-primas					
IV.4 Modelo de rótulo/etiqueta					
V Em Relação ao Certificado de Registro do Produto					
V.1 Comunicação das fases ao interessado					
V.2 Despacho de deferimento ou indeferimento					
V.3 Observação da hierarquia na tramitação do processo					
V.4 Emissão do certificado					
V.5 Arquivo dos certificados/Juntada do certificado ao processo					
Conforme	C	C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
Inconforme por ausência	IA	IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de registro.			
Inconforme por erro	IE	IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.			

3.2.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Registro de Fertilizantes

PT 3.2		Procedimentos de Registro de Fertilizantes e Afins																		Tabulação de Dados			
Atividade		Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e																					
SFA		Ano		Frequência de C, IA e IE																			
Itens de Verificação da Conformidade				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I Em Relação à Constituição do Processo																							
I.1 Requerimento e anexos adequados ao tipo de registro solicitado																							
I.2 Numeração de folha e rubricas																							
I.3 Anulação de folha em branco																							
I.4 Obediência à ordem cronológica - sequência																							
I.5 Autenticidade dos documentos																							
II Habilitação da requerente para produzir ou importar																							
III Em relação à Correção dos Itens do Requerimento																							
III.1 Classificação e especificações técnicas de produtos coerentes																							
III.2 Indicação dos códigos SIPE																							
III.3 Adequação das matérias-primas ao tipo de registro de produto																							
III.4 Conformidade dos teores de nutrientes das matérias-primas																							
III.5 Indicação das garantias obrigatórias																							
III.6 Fechamento de fórmula																							
IV Em Relação aos Documentos Anexos ao Requerimento																							
IV.1 Certificado de registro no País de Origem ou de livre comércio																							
IV.2 Certificado de análise no País de Origem																							
IV.3 Descrição do método de fabricação e da origem das matérias-																							
IV.4 Modelo de rótulo/etiqueta																							
V Em Relação ao Certificado de Registro do Produto																							
V.1 Comunicação das fases ao interessado																							
V.2 Despacho de deferimento ou indeferimento																							
V.3 Observação da hierarquia na tramitação do processo																							
V.4 Emissão do certificado																							
V.5 Arquivo dos certificados/Juntada do certificado ao processo																							
Nome do FFA-																				Data			

3.2.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade do Registro de Fertilizantes

PT 3.2 Procedimentos de Registro de Fertilizantes e Afins							Cálculo			
Atividade Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes										
SFA	Ano						Soma (C+IA+IE)			
Itens de Verificação da Conformidade				Frequência			Índice			
I Em Relação à Constituição do Processo				C	IA	IE	Peso	% C	% IA	% IE
I.1 Requerimento e anexos adequados ao tipo de registro solicitado							4			
I.2 Numeração de folha e rubricas							2			
I.3 Anulação de folha em branco							2			
I.4 Obediência à ordem cronológica - sequência							3			
I.5 Autenticidade dos documentos							4			
II Habilitação da requerente para produzir ou importar							8			
III Em relação à Correção dos Itens do Requerimento										
III.1 Classificação e especificações técnicas de produtos coerentes entre si							10			
III.2 Indicação dos códigos SIPE							3			
III.3 Adequação das matérias-primas ao tipo de registro de produto							7			
III.4 Conformidade dos teores de nutrientes das matérias-primas							5			
III.5 Indicação das garantias obrigatórias							10			
III.6 Fechamento de fórmula							10			
IV Em Relação aos Documentos Anexos ao Requerimento										
IV.1 Certificado de registro no País de Origem ou de livre comércio							4			
IV.2 Certificado de análise no País de Origem							4			
IV.3 Descrição do método de fabricação e da origem das matérias-primas							4			
IV.4 Modelo de rótulo/etiqueta							4			
V Em Relação ao Certificado de Registro do Produto										
V.1 Comunicação das fases ao interessado							3			
V.2 Despacho de deferimento ou indeferimento							4			
V.3 Observação da hierarquia na tramitação do processo							3			
V.4 Emissão do certificado							3			
V.5 Arquivo dos certificados/Juntada do certificado ao processo							3			
							100			
Nota: Para a análise do desempenho consulte os Critérios de Decisão										

Esses formulários estarão disponíveis no endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/>, com acesso via as opções: Manuais/ Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas – Procedimentos/Anexos.

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade do Registro de Fertilizantes e Afins**. Portanto, conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço de registro, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de registro de fertilizantes e afins.

Essa análise consiste da explicitação de todos os procedimentos empregados na execução do registro. Começa

pela descrição, um a um, dos procedimentos de trabalho desde a definição da amostra até as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituições auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da **Conformidade do Registro de Fertilizantes e Afins** é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

1. **Se C > 90%**, o serviço de registro de fertilizantes e afins está **Adequado**
2. **Se C < ou = 90% e > 75%**, o serviço de registro de fertilizantes e afins está **Medianamente Adequado**
3. **Se C < 75%**, o serviço de registro de fertilizantes e afins está **Inadequado**

3.2.4 Formulário de Análise da Conformidade do Registro de Fertilizantes

PT 3.2	Procedimentos de Registro de Fertilizantes e Afins			Análise
Atividade	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes			
SFA		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
4 Intervenções Corretivas				

3.3 Procedimentos de Exame de Conformidade de Processos Administrativos de Apuração de Infração

O exame da conformidade dos processos administrativos de apuração de infração consiste da certificação da veracidade dos elementos informativos e documentais constantes dos processos Instruídos, conforme exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o formulário denominado PT 3.3, Conformidade dos Procedimentos de Apuração de Infração.

A análise de conformidade é feita comparando os procedimentos que constam do PT3.3 com os documentos que constam do processo.

Quando o procedimento constar do PT3.3 e do processo e ele estiver elaborado corretamente este será anotado no formulário PT 3.3 com a letra “C” indicando que está conforme. Quando o procedimento constar do PT3.3, mas não constar do processo ele será assinalado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.3 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, ausência de assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

Para a análise de processos administrativos de apuração de infração com o fins de verificação de conformidade deverá ser feita observando as seguintes providências:

- Consulta o SICAR e outros sistema para conhecer o universo de processos.
- Consultar a tabela de referência para definição do tamanho da amostra de processos a examinar.
- Elaboração do Termo de Requisição de informações para acesso aos arquivos e processos.
- Retirada do universo, ao acaso, o número de processo correspondente a amostra.
- Coleta de dados, a tabulação e os cálculos, segundo os procedimentos acima descritos.
- Elaboração da lista de inconformidades a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração do texto analítico.

3.3.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração

PT 3.3	Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração		Coleta de Dados
Nº do Processo	Fase		
Atividade			
SFA	Ano		
Itens de Verificação da Conformidade			C/IA/IE
I Em Relação à Formalização			Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I.1 Protocolização			
I.2 Ordem dos documentos			
I.3 Numeração de folha e rubricas			
I.4 Anulação de folha em branco - Carimbo			
II Em Relação a Lavratura das Peças			
II.1 Auto de infração			
II.2 Termo de Fiscalização/ Termo de Inspeção e Fiscalização			
II.3 Termo de Coleta de Amostra			
II.4 Termo de Suspensão da Comercialização/Termo de Apreensão			
II.5 Termo de Interdição/ Termo de Embargo			
II.6 Boletim Oficial de Análise de Sementes e de Mudas/ Certificado de Análise			
II.7 Boletim Oficial de Análise de Sementes - Reanálise/Certificado de Análise			
II.8 Termo de Liberação			
II.9 Termo de Desinterdição/ Termo de Desembargo			
II.10 Termo de Revelia			
II.11 Termo Aditivo			
II.12 Consulta ao SICAR sobre reincidência			
II.13 Relatório de instrução em 1ª Instância			
II.14 Julgamento em 1ª Instância – Termo de Julgamento			
II.15 Termos de Juntada			
II.16 Despachos de tramitação			
III Em Relação à Condução do Processo			
III.1 Observância dos prazos de defesa			
III.2 Comunicação das fases ao interessado			
III.3 Observância dos prazos de tramitação			
III.4 Encaminhamento de Recurso para Decisão de 2ª Instância			
III.5 Confirmação de cumprimento da decisão			
III.6 Encaminhamento do processo para cobrança administrativa			
III.7 Arquivamento do processo concluído			
C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no legal.			
IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de registro.			
IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.			
Nome do FF-Auditor		Data	

3.3.2 Formulário de Tabulação de Dados Sobre os Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração

PT 3.3	Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração																			Tabulação de Dados
Atividade																				
SFA	Ano	Frequência de C, IA e IE																		
Itens de Verificação da Conformidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I Em Relação à Formalização																				
I.1 Protocolização																				
I.2 Ordem dos documentos																				
I.3 Numeração de folha e rubricas																				
I.4 Anulação de folha em branco - Carimbo																				
II Em Relação a Lavratura das Peças																				
II.1 Auto de infração																				
II.2 Termo de Fiscalização/ Termo de Inspeção e Fiscalização																				
II.3 Termo de Coleta de Amostra																				
II.4 Termo de Suspensão da Comercialização/ Termo de Apreensão																				
II.5 Termo de Interdição/ Termo de Embargo																				
II.6 Boletim Oficial de Análise de Sementes e de Mudanças/ Certificado de Análise																				
II.7 Boletim Oficial de Análise de Sementes - Reanálise/Certificado de Análise																				
II.8 Termo de Liberação																				
II.9 Termo de Desinterdição/ Termo de Desembargo																				
II.10 Termo de Revelia																				
II.11 Termo Aditivo																				
II.12 Consulta ao SICAR sobre reincidência																				
II.13 Relatório de instrução em 1ª Instância																				
II.14 Julgamento em 1ª Instância – Termo de Julgamento																				
II.15 Termos de Juntada																				
II.16 Despachos de tramitação																				
III Em Relação à Condução do Processo																				
III.1 Observância dos prazos de defesa																				
III.2 Comunicação das fases ao interessado																				
III.3 Observância dos prazos de tramitação																				
III.4 Encaminhamento de Recurso para Decisão de 2ª Instância																				
III.5 Confirmação de cumprimento da decisão																				
III.6 Encaminhamento do processo para cobrança administrativa																				
III.7 Arquivamento do processo concluído																				

3.3.3 de Índices de Conformidade de Processos Administrativos de Apuração de Infração

PT 3.3		Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração			Cálculo				
Atividade				Soma (C+IA+IE)					
SFA	Ano			Frequência		Peso	Índice		
Itens de Verificação da				C	IA	IE	C	IA	IE
I Em Relação à									
I.1 Protocolização						3			
I.2 Ordem dos documentos						3			
I.3 Numeração de folha e rubricas						3			
I.4 Anulação de folha em branco - Carimbo						3			
II Em Relação a Lavratura das Peças									
II.1 Auto de infração						8			
II.2 Termo de Fiscalização/ Termo de Inspeção e Fiscalização						4			
II.3 Termo de Coleta de Amostra						4			
II.4 Termo de Suspensão da Comercialização/ Termo de Apreensão						4			
II.5 Termo de Interdição/ Termo de Embargo						4			
II.6 Boletim Oficial de Análise de Sementes e de Mudas/ Certificado de Análise Fiscal						4			
II.7 Boletim Oficial de Análise de Sementes - Reanálise/Certificado de Análise Pericial						4			
II.8 Termo de Liberação						3			
II.9 Termo de Desinterdição/ Termo de Desembargo						3			
II.10 Termo de Revelia						3			
II.11 Termo Aditivo						2			
II.12 Consulta ao SICAR sobre reincidência						2			
II.13 Relatório de instrução em 1ª Instância						6			
II.14 Julgamento em 1ª Instância – Termo de Julgamento						5			
II.15 Termos de Juntada						2			
II.16 Despachos de tramitação						2			
III Em Relação à Condução do Processo									
III.1 Observância dos prazos de defesa						4			
III.2 Comunicação das fases ao interessado						4			
III.3 Observância dos prazos de tramitação						4			
III.4 Encaminhamento de Recurso para Decisão de 2ª Instância						4			
III.5 Confirmação de cumprimento da decisão						4			
III.6 Encaminhamento do processo para cobrança administrativa						4			
III.7 Arquivamento do processo concluído						4			
						100			
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de Decisão									

Após a realização dos cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”,

Conformidade de Processos Administrativos de Apuração de Infração. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos ao serviço de Análise de Processos Administrativos de Apuração de Infração.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria de todos os procedimentos empregados na execução do registro. Começa pela descrição, um a um, de todos os procedimentos de

trabalho desde a definição da amostra até as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade de **Processos Administrativos de Apuração de Infração** é classificada segundo os seguintes conceitos critério de decisão:

1. **Se $C > 90\%$** , o serviço de análise de Processos Administrativos de Apuração de Infração está **Adequado**
2. **Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de análise de Processos Administrativos de Apuração de Infração está **Medianamente Adequado**
3. **Se $C < 75\%$** , o serviço de análise de Processos Administrativos de Apuração de Infração está **Inadequado**

3.3.4 Formulário de Análise de Conformidade de Processos Administrativos de Apuração de Infração

PT 3.3	Procedimentos Administrativos de Apuração de Infração	Análise
Atividade		
SFA	Ano	
Descrição dos Procedimentos		
Interpretação dos Índices		
Posição Relativa dos Índices		
Intervenções Corretivas		

3.4 Procedimentos de Exame de Conformidade da Inscrição de Agentes no RENASEM

Consiste do exame de processos **de Inscrição Agentes no RENASEM** com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando formulário denominado PT3.4, Procedimentos de Inscrição Agentes no RENASEM.

Os procedimentos que constam do PT3.4 e do processo e estão corretos são assinalados, na tabela com a letra “C” indicando que estão conformes. Quando o procedimento constar do PT3.4, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.4 e também do processo, mas apresenta algum tipo de erro de elaboração (rasuras, ausência de assinatura, erro de citação) será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de processos de inscrição no RENASEM para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita observando as seguintes providências:

- Consulta o RENASEM para obter o universo de processos constituídos e em tramitação.

- Consultar a tabela de referência para definição do tamanho da amostra de processos a examinar.
- Elaboração do Termo de Requisição de informações para acesso aos arquivos e processos.
- Retirada do universo, ao acaso, o número de processo correspondente a amostra.
- Coleta de dados, a tabulação e os cálculos, segundo os procedimentos acima descritos.
- Elaboração da lista de inconformidades a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração do texto analítico.

Os formulários usados no exame da conformidade Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM é o PT 3.4, mostrados a seguir nas versões coleta, tabulação, cálculo e análise.

Eles estarão disponíveis na Intranet em planilha Excel no endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/>, com acesso via as opções: Manuais/ Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas – Procedimentos/Anexos.

3.4.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM

PT 3.4		Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM		Coleta De Dados
Entidades		Nº do Processo		
Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças				
SFA		Ano		
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)	
I Em Relação à Constituição do Processo				
I.1 Preenchimento do requerimento				
I.2 Numeração de folha e rubricas				
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo				
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência				
I.5 Autenticidade dos documentos				
II Em Relação à Documentos do Agente Inscrito				
II.1 Requerimento da inscrição no RENASEM				
II.2 Comprovante de pagamento da taxa correspondente				
II.3 Cópia do contrato social registrado na junta comercial ou equivalente, quando pessoa jurídica especificando a atividade				
II.4 Cópia do CNPJ ou CPF				
II.5 Cópia da inscrição estadual ou equivalente, quando for o caso				
II.6 Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA				
II.7 Relação de equipamentos e memorial descritivo da infra-estrutura, de que conste a capacidade operacional.				
II.8 Contrato de prestação de serviços de beneficiamento e armazenagem, quando estes serviços forem realizados por terceiros (Exceto comerciantes)				
II.9 Declaração de uso exclusivo da infra-estrutura durante o período de beneficiamento, armazenagem ou reembalagem de sementes para as espécies em que estiver inscrito conforme a atividade (Exceto produtor e comerciante)				
II.10 Termo de compromisso (Exceto comerciante)				
III Em Relação à Condução do Processo				
III.1 Observância dos prazos				
III.2 Vistoria prévia				
III.3 Comunicação das fases ao interessado				
III.4. Recursos				
III.5 Emissão do certificado				
Conforme	C	O procedimento foi executado corretamente , conforme definido no instrumento legal		
Inconforme por ausência	IA	O procedimento não consta do processo , conforme definido no instrumento legal		
Inconforme por erro	IE	O procedimento previsto consta do processo, conforme definido no instrumento legal, mas contém erro de		
Nome do FFA-Auditor			Data	

3.4.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM

PT 3.4	Procedimentos de Inscrição de Agentes no	Tabulação de Dados																		
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças																			
SFA	Ano	Frequência de C, IA e IE																		
Itens de Verificação da Conformidade		1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
I Em Relação à Constituição do Processo																				
I.1 Preenchimento do requerimento																				
I.2 Numeração de folha e rubricas																				
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo																				
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência																				
I.5 Autenticidade dos documentos																				
II Em Relação à Documentos do Agente Inscrito																				
II.1 Requerimento da inscrição no RENASEM																				
II.2 Comprovante de pagamento da																				
II.3 Cópia do contrato social registrado na junta comercial ou equivalente, quando pessoa jurídica especificando a atividade																				
II.4 Cópia do CNPJ ou CPF																				
II.5 Cópia da inscrição estadual ou equivalente, quando for o caso																				
II.6 Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA																				
II.7 Relação de equipamentos e memorial descritivo da infra-estrutura, de que conste a capacidade operacional.																				
II.8 Contrato de prestação de serviços de beneficiamento e armazenagem, quando estes serviços forem realizados por terceiros																				
II.9 Declaração de uso exclusivo da infra-estrutura durante o período de beneficiamento, armazenagem ou reembalagem de sementes para as espécies em que estiver inscrito conforme a atividade (Exceto produtor e comerciante)																				
II.10 Termo de compromisso (Exceto comerciante)																				
III Em Relação à Condução do Processo																				
III.1 Observância dos prazos																				
III.2 Vistoria prévia																				
III.3 Comunicação das fases ao interessado																				
III.4. Recursos																				
III.5 Emissão do certificado																				

3.4.3 Formulário de Cálculo dos Índices de Conformidade de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM

PT 3.4		Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM				Cálculo		
Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças								
SFA	Ano					Soma(C+IA+IE)		
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência			Peso	Índice		
I Em Relação à Constituição do Processo		C	IA	IE		C	IA	IE
I.1 Preenchimento do requerimento					5			
I.2 Numeração de folha e rubricas					5			
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo					5			
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência					5			
I.5 Autenticidade dos documentos					5			
II Em Relação à Documentos do Agente Inscrito								
II.1 Requerimento da inscrição no RENASEM					5			
II.2 Comprovante de pagamento da taxa correspondente					5			
II.3 Cópia do contrato social registrado na junta comercial ou equivalente, quando pessoa jurídica especificando a atividade					5			
II.4 Cópia do CNPJ ou CPF					5			
II.5 Cópia da inscrição estadual ou equivalente, quando for o caso					5			
II.6 Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA					5			
II.7 Relação de equipamentos e memorial descritivo da infra-estrutura, de que conste a capacidade operacional.					5			
II.8 Contrato de prestação de serviços de beneficiamento e armazenagem, quando estes serviços forem realizados por terceiros (Exceto comerciantes)					5			
II.9 Declaração de uso exclusivo da infra-estrutura durante o período de beneficiamento, armazenagem ou reembalagem de sementes para as espécies em que estiver inscrito conforme a atividade (Exceto produtor e comerciante)					5			
II.10 Termo de compromisso (Exceto comerciante)					5			
III Em Relação à Condução do Processo								
III.1 Observância dos prazos					5			
III.2 Vistoria prévia					5			
III.3 Comunicação das fases ao interessado					5			
III.4 Recursos					5			
III.5 Emissão do certificado					5			
					100			
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de Decisão								

Após a realização dos cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM**. Portanto, conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM.

Essa análise consiste da explicitação dos procedimentos empregados na execução da análise. Começa pela descrição, um

a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão os fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade da Inscrição de Agentes no RENASEM é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

1. **Se $C > 90\%$** , o serviço de Inscrição de Agentes no RENASEM está **Adequado**
2. **Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Inscrição de Agentes no RENASEM está **Medianamente Adequado**
3. **Se $C < 75\%$** , o serviço de Inscrição de Agentes no RENASEM está **Inadequado**.

3.4.4 Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM

PT 3.4	Procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM	Análise
Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudas		
SFA	Ano	
Descrição dos Procedimentos		
Interpretação dos Índices		
Posição Relativa dos Índices		
Intervenções Corretivas		

3.5 Procedimentos de Exame de Conformidade do Credenciamento de Agentes no RENASEM

Consiste do exame de processos administrativos de Credenciamento de Agentes no RENASEM com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o formulário denominado PT3.5, Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM.

Um procedimento que consta como procedimento do PT3.5 e que tem um documento correspondente no processo e que se verifica que está elaborado corretamente é assinalado no formulário (PT3.5) com a letra “C” indicando que estão conformes. Quando o procedimento constar do PT3.5, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.5 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, ausência de assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de processos de credenciamento no RENASEM para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita considerando as seguintes providências:

- Consulta ao RENASEM para obter o número de processos constituídos e em tramitação, no período.
- Consultar a tabela de referência para definição do tamanho da amostra de processos a examinar.
- Elaboração do Termo de Requisição de informações para acesso aos arquivos e processos.
- Retirada do universo, ao acaso, o número de processo correspondente a amostra.
- Coleta de dados, a tabulação e os cálculos, segundo os procedimentos acima descritos.
- Elaboração da lista de inconformidades a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração do texto analítico

3.5.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM

PT3.5	Procedimentos de Credenciament de Agentes no RENASEM	Coleta de Dados	
Tipo de			
Atividade	ação de Sementes e MudasFiscaliz		
SFA	Ano		
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Em Relação à Constituição do Processo			
I.1 – Preenchimento do Requerimento			
I.2 Numeração de folha e rubricas			
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo			
I.4 Obediência à Ordem Cronológica - Sequência			
I.5 Autenticidade dos Documentos			
II Em Relação à Documentos do Credenciado			
II.1. Requerimento do credenciamento			
II.2. Comprovante de pagamento da taxa correspondente			
II.3. Cópia do CPF ou CNPJ			
II.4. Comprovante do registro do RT no CREA			
II.5. Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA			
II.6. Contrato de prestação de serviços de análises quando esses serviços forem realizados por terceiros – No caso de certificador da produção própria			
II.7. Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico – No caso de certificador da produção própria			
II.8. Comprovação da existência de corpo técnico qualificado em tecnologia de produção de sementes ou mudas, compatível com as atividades. – No caso de			
II.9. Comprovante de qualificação técnica em amostragem reconhecida pelo MAPA– No caso de amostrador			
III - Em Relação à Condução do Processo			
III.1 Observância dos prazos			
III.2. Vistoria prévia			
III.3. Recursos			
III.4. Emissão de certificado			
C = Conforme, o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
IA = Inconforme por Ausência, o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
IE = Inconforme por Erro, o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
Nome do FFA-Auditor			

3.5.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM

PT 3.5		Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM										Tabulação de															
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudanças										Dados															
SFA		Ano		Frequência de C, IA e IE																							
Itens de Verificação da Conformidade				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
I Em Relação à Constituição do DfcWggc																											
I.1 – Preenchimento do Requerimento																											
I.2 Numeração de folha e rubricas																											
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo																											
I.4 Obediência à Ordem Cronológica - Sequência																											
I.5 Autenticidade dos Documentos																											
II Em Relação à Documentos do Credenciado																											
II.1. Requerimento do credenciamento																											
II.2. Comprovante de pagamento da taxa correspondente																											
II.3. Cópia do CPF ou CNPJ																											
II.4. Comprovante do registro do RT no CREA																											
II.5. Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA																											
II.6. Contrato de prestação de serviços de análises quando esses serviços forem realizados																											
II.7. Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico – No caso de certificador da produção própria																											
II.8. Comprovação da existência de corpo técnico qualificado em tecnologia de produção de sementes ou mudas, compatível com as atividades. No caso de certificador																											
II.9. Comprovante de qualificação técnica em amostragem reconhecida pelo MAPA– No caso de amostrador																											
III - Em Relação à Condução do Processo																											
III.1 Observância dos prazos																											
III.2. Vistoria prévia																											
III.3. Recursos																											
III.4. Emissão de certificado																											
Nome do FFA-Auditor				Data																							

3.5.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade dos Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM

PT 3.5	Procedimentos de Credenciamento de Agentes no					Cálculo		
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças							
SFA	Ano				Soma (C+IA+IE)			
Itens de Verificação da Conformidade de		Frequência			Peso	Índice		
		C	IA	IE		C	IA	IE
I Em Relação à Constituição do Processo								
I.1 – Preenchimento do Requerimento					5			
I.2 Numeração de folha e rubricas					5			
I.3 Anulação de folha em branco- Carimbo					5			
I.4 Obediência à Ordem Cronológica - Sequência					5			
I.5 Autenticidade dos Documentos					5			
II Em Relação à Documentos do Credenciado								
II.1. Requerimento do credenciamento					5			
II.2. Comprovante de pagamento da taxa correspondente					5			
II.3. Cópia do CPF ou CNPJ					5			
II.4. Comprovante do registro do RT no CREA					5			
II.5. Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA					5			
II.6. Contrato de prestação de serviços de análises quando esses serviços forem realizados por terceiros -No caso de certificador da produção					6			
II.7. Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico – No caso de retificador da produção própria					8			
II.8. Comprovação da existência de corpo técnico qualificado em tecnologia de produção de sementes ou mudas, compatível com as atividades. –No caso					8			
II.9. Comprovante de qualificação técnica em amostragem reconhecida pelo MAPA - No caso de amostrador					8			
III - Em Relação à Condução do Processo								
III.1 Observância dos prazos					5			
III.2. Vistoria prévia					5			
III.3. Recursos					5			
III.4. Emissão de certificado					5			
					100			
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de Decisão								

Após a realização dos cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM**. Portanto, conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua freqüência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de Credenciamento de Agentes no RENASEM.

Essa análise consiste da explicitação dos procedimentos empregados. Começa pela descrição, um a um, de todos os

procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão os fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM é classificada segundo os seguintes critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$** , o serviço de Credenciamento de Agentes no RENASEM está **Adequado**
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Credenciamento de Agentes no RENASEM está **Medianamente Adequado**
- 3. Se $C < 75\%$** , o serviço de Credenciamento de Agentes no RENASEM está **Inadequado**

3.5.4 Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM

PT 3.5	Procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM		Análise
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças		
SFA		Ano	
Descrição dos Procedimentos			
Interpretação dos Índices			
Posição Relativa dos Índices			
Intervenções Corretivas			

3.6 Procedimentos de Exame de Conformidade do Credenciamento de Entidades no RENASEM

Consiste do exame dos processos de Credenciamento de Entidades no RENASEM com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.6, Procedimentos de Credenciamento de Entidades no RENASEM.

O procedimento que constar do PT3.6 e do processo referente ao credenciamento e estiver correto será assinalado, na tabela com a letra “C” indicando que está Conforme. Quando o procedimento constar do PT3.6, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.6 e também do processo , mas apresenta algum tipo de erro de elaboração (rasuras, ausência de assinatura, erro de citação) será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de processos de credenciamento de entidades no RENASEM para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita adotando as seguintes providências:

- Consulta ao RENASEM para obter o número de processos constituídos e em tramitação.
- Consultar a tabela de referência para definição do tamanho da amostra de processos a examinar.
- Elaboração do Termo de Requisição de informações para acesso aos arquivos e processos.
- Retirada do universo, ao acaso, o número de processo correspondente a amostra.
- Coleta de dados, a tabulação e os cálculos, segundo os procedimentos acima descritos.
- Elaboração da lista de inconformidades a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração do texto analítico.

Os formulários correspondentes ao PT3.6 são mostrados a seguir nas versões coleta, tabulação, cálculo e análise. Eles estão disponíveis em planilha Excel na Intranet, em Manuais Técnicos/Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas/Anexos

3.6.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Entidades no RENASEM

PT 3.6	Procedimento de Credenciamento de Entidade no RENASEM			Coleta de Dados
Tipo de Entidade				
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças			
SFA	Ano			
Itens de Verificação da			C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I – Em Relação à Constituição do Processo				
I.1 – Preenchimento do Requerimento				
I.2 - Numeração de folha e rubricas				
I.3 - Anulação de folha em branco - Carimbo				
I.4 - Obediência à ordem cronológica - Seqüencial				
I.5 – Autenticidade dos documentos				
II - Em Relação à Documentação				
II.1. Requerimento do credenciamento de entidade certificadora				
II.2. Comprovante de pagamento da taxa correspondente				
II.3. Cópia do contrato social registrado na junta comercial ou equivalente constando a atividade de certificação de sementes ou de mudas				
II.4. Cópia do CNPJ				
II.5. Cópia da inscrição estadual ou equivalente, quando for o caso				
II.6. Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA				
II.7. Contrato de prestação de serviços de análises quando estes serviços forem realizados por terceiros				
II.8. Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico				
II.9. Comprovação da existência de corpo técnico qualificado em tecnologia de produção de sementes ou mudas, compatível com as atividades				
II.10. Relação de equipamentos - Laboratório				
II.11. Memorial descritivo da infraestrutura, constando a capacidade operacional - Laboratório				
II.12. Croquis de localização e planta baixa - Laboratório				
II.13. Croquis de localização e planta baixa				
II.14. Comprovação da implantação do sistema da qualidade				
III - Em Relação à Condução do Processo				
III.1. Observância dos prazos				
III.2. Vistoria prévia ou auditoria				
III.3. Recurso				
III.4. Comunicação das fases ao interessado				
III.5. Emissão do Certificado				

3.6.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Credenciamento de Entidades no RENASEM

PT 3.6	Procedimento de Credenciamento de Entidade no										Tabulação de Dados									
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças																			
SFA																				
Itens de Verificação da	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)																			
I – Em Relação à Constituição do Processo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1 – Preenchimento do Requerimento																				
I.2 - Numeração de folha e rubricas																				
I.3 - Anulação de folha em branco - Carimbo																				
I.4 - Obediência à ordem cronológica - Seqüência																				
I.5 – Autenticidade dos documentos																				
II - Em Relação à Documentação																				
II.1. Requerimento do credenciamento de entidade certificadora																				
II.2. Comprovante de pagamento da taxa correspondente																				
II.3. Cópia do contrato social registrado na junta comercial ou equivalente constando a atividade de certificação de sementes ou de mudas																				
II.4. Cópia do CNPJ																				
II.5. Cópia da inscrição estadual ou equivalente, quando for o caso																				
II.6. Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA																				
II.7. Contrato de prestação de serviços de análises quando estes serviços forem realizados por terceiros																				
II.8. Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico																				
II.9. Comprovação da existência de corpo técnico qualificado em tecnologia de produção de sementes ou mudas, compatível com as atividades																				
II.10. Relação de equipamentos - Laboratório																				
II.11. Memorial descritivo da infra-estrutura, constando a capacidade operacional - Laboratório																				
II.12. Croquis de localização e planta baixa - Laboratório																				
II.13. Croquis de localização e planta baixa																				
II.14. Comprovação da implantação do sistema de qualidade																				
III - Em Relação à Condução do Processo																				
III.1. Observância dos prazos																				
III.2. Vistoria prévia ou auditoria																				
III.3. Recurso																				
III.4. Comunicação das fases ao interessado																				
III.5. Emissão do Certificado																				

3.6.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade do Credenciamento de Entidades no RENASEM

PT 3.6	Procedimento de Credenciamento de Entidade no RENASEM		Cálculo					
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudras							
SFA	Ano	Soma (C+ IA +IE)						
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência			Peso	Índice		
I – Em Relação à Constituição do Processo		C	IA	IC		IA	IC	IC
I.1 – Preenchimento do Requerimento					4			
I.2 - Numeração de folha e rubricas					4			
I.3 - Anulação de folha em branco - Carimbo					4			
I.4 - Obediência à ordem cronológica - Seqüência					4			
I.5 – Autenticidade dos documentos					4			
II - Em Relação à Documentação								
II.1. Requerimento do credenciamento de entidade certificadora					4			
II.2. Comprovante de pagamento da taxa correspondente					4			
II.3. Cópia do contrato social registrado na junta comercial ou equivalente constando a atividade de certificação de sementes ou de mudras					4			
II.4. Cópia do CNPJ					4			
II.5. Cópia da inscrição estadual ou equivalente, quando for o caso					4			
II.6. Declaração do interessado de que está adimplente junto ao MAPA					4			
II.7. Contrato de prestação de serviços de análises quando estes serviços forem realizados por terceiros					4			
II.8. Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico					4			
II.9. Comprovação da existência de corpo técnico qualificado em tecnologia de produção de sementes ou mudras, compatível com as atividades					4			
II.10. Relação de equipamentos - Laboratório					4			
II.11. Memorial descritivo da infra-estrutura, constando a capacidade operacional - Laboratório					4			
II.12. Croquis de localização e planta baixa - Laboratório					4			
II.13. Croquis de localização e planta baixa					4			
II.14. Comprovação da implantação do sistema da qualidade					4			
III - Em Relação à Condução do Processo								
III.1. Observância dos prazos					5			
III.2. Vistoria prévia ou auditoria					5			
III.3. Recurso					4			
III.4. Comunicação das fases ao interessado					5			
III.5. Emissão do Certificado					5			
					100			
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de Decisão								

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Credenciamento de Entidades no RENASEM**. Portanto, conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Credenciamento de Entidades no RENASEM .

Essa análise consiste da explicitação de todos os procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Credenciamento de Entidades no RENASEM.

Começa pela descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Credenciamento de Entidades no RENASEM é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$** , o serviço de Credenciamento de Entidades no RENASEM está **Adequado**.
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Credenciamento de Entidades no RENASEM está **Medianamente Adequado**.
- 3. Se $C < 75\%$** , o serviço de Credenciamento de Entidades no RENASEM está **Inadequado**.

3.6.4 Formulário de Análise da Conformidade do Credenciamento de Entidade no RENASEM

PT 3.6	Procedimento de Credenciamento de Entidade no RENASEM			Análise
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças			
SFA		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

3.7 Procedimentos de Exame da Conformidade da Certificação de Sementes

Consiste do exame dos processos administrativos de Certificação de Sementes e Mudanças com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o formulário denominado PT 3.7.

O procedimento que consta do PT3.7 e do Processo Certificação de Sementes e Mudanças e está correto é assinalado, no formulário com a letra “C” indicando que está conforme. Quando o procedimento constar do PT3.7, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.7 e também do processo, mas apresenta algum tipo de erro de elaboração (rasuras, ausência de assinatura, erro de citação) será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Certificação de Sementes e Mudanças para fins de verificação de conformidade deverá ser feita considerando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria:

- Consulta ao cadastro para obter o número de processos constituídos e em tramitação, o universo de processos.
- Consultar a tabela de referência para definição do tamanho da amostra de processos a examinar.
- Elaboração do Termo de Requisição de informações para acesso aos arquivos e processos.
- Retirada do universo, ao acaso, o número de processo correspondente a amostra.
- Coleta de dados, a tabulação e os cálculos, segundo os procedimentos acima descritos.
- Elaboração da lista de inconformidades a esclarecer.
- Lavratura do Termo de Solicitação de Esclarecimentos e envio ao auditado com lista de inconformidade anexada.
- Elaboração do texto analítico.

O formulário para apuração da conformidade, o PT3.7, é mostrado a seguir nas versões coleta, tabulação, cálculo e análise. Eles estarão disponíveis em planilha Excel na Intranet, em Manuais Técnicos /Auditoria ... /Anexos.

3.7.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Certificação de Sementes

PT. 3.7	Procedimentos de Certificação de Sementes	Coleta de Dados
Tipo de Agente		
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças	
SFA	Ano	
Itens de Verificação da Conformidade	C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Em Relação à Constituição do Processo		
I.1 Preenchimento do requerimento		
I.2 Numeração de folha e rubricas		
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo		
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência		
I.5 Autenticidade dos documentos		
II Em Relação à Documentação		
II.1 Requerimento de inscrição de campos de produção de sementes		
II.2 Relação de campos para produção de sementes com as respectivas		
II.3 Roteiro detalhado de acesso à propriedade onde estão localizados os campos de produção		
II.4 Comprovante de recolhimento da taxa correspondente coordenadas geodésicas		
II.5 Anotação de responsabilidade técnica - ART relativa ao projeto		
II.6 Comprovação da Origem do Material de Propagação		
II.6.1 Nota fiscal em nome do produtor ou do cooperante, quando		
II.6.2 Atestado de Origem Genética (para a categoria genética);		
II.6.3 Laudo técnico elaborado por grupo designado pela Comissão de		
II.7 Autorização do detentor dos direitos da propriedade intelectual da Sementes e Mudanças - CSM para material de propagação sem origem		
II.8 Contrato com certificador, quando for o caso cultivar, no caso de cultivar protegida no Brasil		
III Em Relação à Condução do Processo		
III.1 Observância dos prazos		
III.2 Comunicação das fases ao interessado		
III.3 Vistoria de campos de sementes		
III.4 Amostragem de semente		
III.5 Análise de semente		
III.6 Emissão do Certificado		
<p>C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal. IA = Inconforme por Ausência, o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de certificação IE = Inconforme por Erro, o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.</p>		
Nome do FFA-Auditor		

3.7.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade dos Procedimentos de Certificação de Sementes

PT. 3.7.2		Procedimentos de Certificação de Sementes												Tabulação							
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudas																			
SFA		Ano																			
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência de C, IA e IE																			
I Em Relação à Constituição do Processo		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1	Preenchimento do requerimento																				
I.2	Numeração de folha e rubricas																				
I.3	Anulação de folha em branco - Carimbo																				
I.4	Obediência à ordem cronológica - Sequência																				
I.5	Autenticidade dos documentos																				
II Em Relação à Documentação																					
II.1	Requerimento de inscrição de campos de produção de sementes																				
II.2	Relação de campos para produção de sementes com as respectivas coordenadas geodésicas																				
II.3	Roteiro detalhado de acesso à propriedade onde estão localizados os campos																				
II.4	Comprovante de recolhimento da taxa correspondente																				
II.5	Anotação de responsabilidade técnica - ART relativa ao projeto técnico																				
II.6 Comprovação da Origem do Material de Propagação																					
II.6.1	Nota fiscal em nome do produtor ou do cooperante, quando adquirido de																				
II.6.2	Atestado de Origem Genética (para a categoria genética); Certificado de Semente (para as categorias básicas e certificadas) ou Termo de Conformidade																				
II.6.3	Laudo técnico elaborado por grupo designado pela Comissão de Sementes e																				
II.7	Autorização do detentor dos direitos da propriedade intelectual da cultivar, no caso de cultivar protegida no Brasil																				
II.8	Contrato com certificador, quando for o caso																				
III Em Relação à Condução do Processo																					
III.1	Observância dos prazos																				
III.2	Comunicação das fases ao interessado																				
III.3	Vistoria de campos de sementes																				
III.4	Amostragem de semente																				
III.5	Análise de semente																				
III.6	Emissão do Certificado																				
Nome do FFA-Auditor																					
		Data																			

3.7.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade da Certificação de Sementes

PT. 3.7		Procedimentos de Certificação de Sementes						Cálculo		
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudanças								
SFA		Ano					Soma (C+IA+IE)			
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência			Peso	Índice				
I Em Relação à Constituição do Processo		C	IA	IC		C	IA	IC		
I.1 Preenchimento do requerimento					5					
I.2 Numeração de folha e rubricas					5					
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo					5					
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência					5					
I.5 Autenticidade dos documentos					5					
II Em Relação à Documentação										
II.1 Requerimento de inscrição de campos de produção de sementes					4					
II.2 Relação de campos para produção de sementes com as respectivas coordenadas geodésicas					4					
II.3 Roteiro detalhado de acesso à propriedade onde estão localizados os campos de produção					4					
II.4 Comprovante de recolhimento da taxa correspondente					4					
II.5 Anotação de responsabilidade técnica - ART relativa ao projeto técnico					4					
II.6 Comprovação da Origem do Material de Propagação										
II.6.1 Nota fiscal em nome do produtor ou do cooperante, quando adquirido de terceiros					5					
II.6.2 Atestado de Origem Genética (para a categoria genética); Certificado de Semente (para as categorias básicas e certificadas) ou Termo de Conformidade (para a categoria de semente S1)					5					
II.6.3 Laudo técnico elaborado por grupo designado pela Comissão de Sementes e Mudanças – CSM para material de propagação sem origem genética comprovada										
II.7 Autorização do detentor dos direitos da propriedade intelectual da cultivar, no caso de cultivar protegida no Brasil					4					
II.7.1 Autorização do produtor ou do cooperante, quando for o caso					5					
III Em Relação à Condução do Processo										
III.1 Observância dos prazos					6					
III.2 Comunicação das fases ao interessado					6					
III.3 Vistoria de campos de sementes					6					
III.4 Amostragem de semente					6					
III.5 Análise de semente					6					
III.6 Emissão do Certificado					6					
					100					
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de Decisão										

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Certificação de Sementes**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Certificação de Sementes.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria de todos os procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Certificação de Sementes. Começa pela descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde

a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Certificação de Sementes é classificado segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$, o serviço de Certificação de Sementes está Adequado**
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$, o serviço de Certificação de Sementes está Medianamente Adequado**
- 3. Se $C < 75\%$, o serviço de Certificação de Sementes está Inadequado**

3.7.4 Formulário de Análise da Conformidade de Processos de Certificação de Sementes

PT. 3.7	Procedimentos de Certificação de Sementes	Análise
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças	
SFA	Ano	
Descrição dos Procedimentos		
Interpretação dos Índices		
Posição Relativa dos Índices		
Intervenções Corretivas		

3.8 Procedimentos de Exame de Conformidade da Autorização de Exportação Sementes e Mudanças

Consiste do exame dos processos administrativos de Apuração de Exportação de Sementes e Mudanças com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.8.

Um procedimento que consta do PT3.8 e do processo e está correto é assinalado, na tabela com a letra “C” indicando que está conforme. Quando o procedimento constar do PT3.8, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.8 e também do processo, mas apresenta algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Exportação de Sementes e Mudanças para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita considerando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria:

- Consulta o Cadastro para obter o número de processos constituídos e em tramitação, o universo de processos .
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição dos Processos de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos processo da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.8.1 Formulário de Coleta de Dados sobre os Procedimentos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças

PT 3.8		Procedimentos de Exportação Sementes e Mudanças		Coleta de Dados
Finalidade				
SFA	Ano			
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)	
I – Em Relação à Constituição do Processo				
I.1 Preenchimento do requerimento				
I.2 Numeração de folha e rubricas				
I.3 Anulação de folha em branco				
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência				
I.5 Autenticidade dos documentos				
II Em Relação à Documentação				
II.1 Requerimento de autorização para exportação de sementes e mudas				
II.2 Atestado de Origem Genética ou Certificado de Semente ou de Muda ou Termo de Conformidade de Semente ou de Muda: exceto quando a finalidade for				
II.3 Autorização do detentor do direito de proteção, específica para a exportação requerida, quando se tratar de cultivar protegida no Brasil				
II.4 Certificado Fitossanitário de Origem - CFO ou documento oficial equivalente, original e cópia				
II.5 Documentação exigida pela legislação ambiental, quando se tratar de espécies da flora brasileira				
II.6 - Cópia do Requerimento de Autorização para Importação de Sementes e de Mudanças constando a Autorização de Importação, quando se tratar de reexportação				
II.7 Mapa de produção contendo dados referentes à área plantada; área colhida; produção bruta e beneficiada de sementes (t) ou produção de mudas (unidade); quantidade e destino do descarte, quando se tratar de reexportação resultante de importação específica para este fim				
II.8 Informações que descrevam as operações realizadas, com a indicação das novas características de identidade; qualidade e quantidade; incluindo a quantidade e o destino do descarte, quando se tratar de reexportação resultante de importação de sementes ou de mudas internalizadas e submetidas a processo que tenha alterado suas características				
III Licença de importação - LI				
IV Parecer quanto à sanidade vegetal				
V Anuência / Autorização				
VI Em Relação à Condução do Processo				
VI.1 Observância dos prazos				
VI.2 Comunicação das fases ao interessado				

3.8.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças

PT 3.8		Procedimentos de Exportação Sementes e Mudanças																		Tabulação de Dados			
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudanças																					
SFA		Ano																					
Itens de Verificação da Conformidade				Frequência de C, IA e IE																			
I – Em Relação à Constituição do Processo				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1 Preenchimento do requerimento																							
I.2 Numeração de folha e rubricas																							
I.3 Anulação de folha em branco																							
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência																							
I.5 Autenticidade dos documentos																							
II Em Relação à Documentação																							
II.1 Requerimento de autorização para exportação de sementes e mudas																							
II.2 Atestado de Origem Genética ou Certificado de Semente ou de Muda ou Termo de Conformidade de Semente ou de Muda; exceto quando a finalidade for experimental																							
II.3 Autorização do detentor do direito de proteção, específica para a exportação requerida, quando se tratar de cultivar protegida no Brasil																							
II.4 Certificado Fitossanitário de Origem - CFO ou documento oficial equivalente, original e cópia																							
II.5 Documentação exigida pela legislação ambiental, quando se tratar de espécies da flora brasileira																							
II.6 - Cópia do Requerimento de Autorização para Importação de Sementes e de Mudanças constando a Autorização de Importação, quando se tratar de reexportação																							
II.7 Mapa de produção contendo dados referentes à área plantada; área colhida; produção bruta e beneficiada de sementes (t) ou produção de mudas (unidade); quantidade e destino do descarte, quando se tratar de reexportação resultante de importação específica para este fim																							
II.8 Informações que descrevam as operações realizadas, com a indicação das novas características de identidade; qualidade e quantidade; incluindo a quantidade e o destino do descarte, quando se tratar de reexportação resultante de importação de sementes ou de mudas internalizadas e submetidas a processo que tenha alterado suas características																							
III Licença de importação - LI																							
IV Parecer quanto à sanidade vegetal																							
V Anuência / Autorização																							
VI Em Relação à Condução do Processo																							
VI.1 Observância dos prazos																							
VI.2 Comunicação das fases ao interessado																							

3.8.3 Formulário de Cálculo de índices de Conformidade de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças

PT 3.8	Procedimentos de Exportação Sementes e Mudanças	Cálculo						
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças							
SFA	Ano				Soma (C+IA+IE)			
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência			Peso	Índice		
I – Em Relação à Constituição do Processo		C	IA	IE		C	IA	IE
I.1 Preenchimento do requerimento					4			
I.2 Numeração de folha e rubricas					4			
I.3 Anulação de folha em branco					4			
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência					4			
I.5 Autenticidade dos documentos					4			
II Em Relação à Documentação								
II.1 Requerimento de autorização para exportação de sementes e mudas					5			
II.2 Atestado de Origem Genética ou Certificado de Semente ou de Muda ou Termo de Conformidade de Semente ou de Muda; exceto quando a finalidade for experimental					5			
II.3 Autorização do detentor do direito de proteção, específica para a exportação requerida, quando se tratar de cultivar protegida no Brasil					5			
II.4 Certificado Fitossanitário de Origem - CFO ou documento oficial equivalente, original e cópia					5			
II.5 Documentação exigida pela legislação ambiental, quando se tratar de espécies da flora brasileira					5			
II.6 - Cópia do Requerimento de Autorização para Importação de Sementes e de Mudanças constando a Autorização de Importação, quando se tratar de reexportação					5			
II.7 Mapa de produção contendo dados referentes à área plantada; área colhida; produção bruta e beneficiada de sementes (t) ou produção de mudas (unidade); quantidade e destino do descarte, quando se tratar de reexportação resultante de importação específica para este fim					5			
II.8 Informações que descrevam as operações realizadas, com a indicação das novas características de identidade; qualidade e quantidade; incluindo a quantidade e o destino do descarte, quando se tratar de reexportação resultante de importação de sementes ou de mudas internalizadas e submetidas a processo que tenha alterado suas características					5			
III Licença de importação - LI					8			
IV Parecer quanto à sanidade vegetal					8			
V Anuência / Autorização					8			
VI Em Relação à Condução do Processo								
VI.1 Observância dos prazos					8			
VI.2 Comunicação das fases ao interessado					8			
					100			
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria								

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria de todos os procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças. Começa pela descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão os fatores determinantes dos desdobramentos que as instituições auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

1. **Se $C > 90\%$** , o serviço de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças está **Adequado**.
2. **Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças está **Medianamente Adequado**.
3. **Se $C < 75\%$** , o serviço de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças está **Inadequado**.

3.8.4 Formulário de Análise de Conformidade dos Processos de Autorização de Exportação de Sementes e Mudanças

PT 3.8	Procedimentos de Exportação Sementes e Mudanças			Análise
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças			
SFA	Ano			
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

3.9 Procedimentos de Exame de Conformidade da Autorização de Importação de Sementes e Mudanças

Consiste do exame dos processos de Importação e de Sementes e Mudanças com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.9.

O procedimento que constam do PT3.9 e do processo e está correto é assinalado, na formulário de coleta de dados com a letra “C” indicando que está “Conforme”. Quando o procedimento constar do PT3.9, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.9 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Importação de Sementes e Mudanças para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita após as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria:

- Consulta o cadastro para obter o número de processos constituídos e em tramitação, no período.
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição dos Processos de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos processo da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.9.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudanças

PT 3.9	Procedimentos de Importação de Semente e Mudanças		Coleta de Dados
Finalidade			
Atividade SFA	Fiscalização de Sementes e Mudanças		
	Ano		
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Em Relação à Constituição do Processo			
I.1 Preenchimento do requerimento			
I.2 Numeração de folha e rubricas			
I.3 Anulação de folha em branco			
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência			
I.5 Autenticidade dos documentos			
II Em Relação à Documentação			
II.1 Requerimento de autorização para importação			
II.1.1 Anexos ao requerimento de autorização :			
II.1.1.1 Procuração pública do importador, original ou cópia autenticada, quando o signatário da solicitação for preposto			
II.1.1.2 Comprovação de preço (CP) ou fatura pró-forma, original ou cópia			
II.1.1.3 Declaração de área para plantio com sementes ou mudas importadas para uso próprio, quando a importação tiver a finalidade de utilização, em modelo próprio (Anexo III)			
II.1.1.4 Projeto técnico, quando se tratar de cultivares ou linhagens não inscritas no RNC, para fins exclusivos de produção de sementes ou de mudas para reexportação			
II.2 Requerimento de autorização para importação de semente destinada a realização de ensaios de VCU			
II.2.1 Anexos ao requerimento de autorização			
II.2.2 Procuração pública do importador, original ou cópia autenticada, quando o signatário da solicitação for preposto			
II.2.3 Comprovação de Preço (CP) ou Fatura Pró-forma, original ou cópia			
II.2.4 Justificativa técnica contendo no mínimo:			
II.2.4.1 Histórico de introduções anteriores semelhantes			
II.2.4.2 Cronograma e número de introduções, quando mais de uma			
II.2.4.3 Demonstração da compatibilidade entre a quantidade importada e a necessidade para a aplicação (número de ensaios, número de repetições, tamanho da parcela e densidade de plantio)			
II.2.4.4 Locais de instalação dos ensaios, com endereço completo			
II.2.4.5 Datas prováveis de instalação.			

3.9.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudanças (continuação)

II.2.5 No caso de OGM, parecer conclusivo da CTNBio autorizando o evento e informar ainda:				
II.2.5.1 A classificação do organismo geneticamente modificado				
II.2.5.2 Os genes inseridos no organismo geneticamente modificado e suas funções				
II.2.5.3 A metodologia utilizada na transformação				
II.3 Declaração de área para plantio com sementes ou mudas importadas para uso próprio				
II.4 Requerimento de anuência para liberação aduaneira:				
II.4.1 Informações complementares				
4.1 Requerimento de Autorização para Importação de Sementes e de Mudanças constando a Autorização de Importação				
II.4.2 Fatura Comercial - FC, original e cópia				
II.4.3 Boletim de Análise de Sementes, original e cópia, emitido no país de origem ou de procedência				
II.4.4 Boletim de Análise de Mudanças ou documento equivalente, original e cópia, quando se tratar de mudanças				
II.4.5 Descritores da cultivar importada, quando se tratar de importação para fins de multiplicação específica para reexportação, nos casos em que esta não esteja inscrita no RNC				
II.4.6 Certificado. Fitossanitário, original e cópia, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país exportador				
II.4.7 Termo de Depositário, 2 vias, para o produto retirado da área alfandegária, quando a amostra for realizada no destino				
II.5 Licença de importação LI				
II.6 Parecer quanto à sanidade vegetal - Sedesa				
II.7 Anuência / Autorização				
III Em Relação à Condução do Processo				
III.1 Observância dos prazos				
III.2 Comunicação das fases ao interessado				
Conforme	C	O procedimento foi executado corretamente, conforme definido no instrumento legal		
Inconforme por	IA	O procedimento não consta do processo, conforme definido no instrumento legal		
Inconforme por erro	IE	O procedimento previsto consta do processo, conforme definido no instrumento legal		
Nome do FFA-Auditor		Data		

3.9.2. Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudanças

PT 3.9		Procedimentos de Importação de Semente e Mudanças																		Tabulação de Dados	
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudanças																			
SFA		-																		Ano	
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência de C, IA e IE																			
I Em Relação à Constituição do Processo		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1 Preenchimento do requerimento																					
I.2 Numeração de folha e rubricas																					
I.3 Anulação de folha em branco																					
I.4 Obediência à ordem cronológica - Seqüência																					
I.5 Autenticidade dos documentos																					
II Em Relação à Documentação																					
II.1 Requerimento de autorização para importação																					
II.1.1 Anexos ao requerimento de autorização :																					
II.1.1.1 Procuração pública do importador, original ou cópia autenticada, quando o signatário da solicitação for preposto																					
II.1.1.2 Comprovação de preço (CP) ou fatura pró-forma, original ou cópia																					
II.1.1.3 Declaração de área para plantio com sementes ou mudas importadas para uso próprio, quando a importação tiver a finalidade de utilização, em modelo próprio (Anexo III)																					
II.1.1.4 Projeto técnico, quando se tratar de cultivares ou linhagens não inscritas no RNC, para fins exclusivos de produção de sementes ou de mudas para reexportação																					
II.2 Requerimento de autorização para importação de semente destinada a realização de ensaios de VCU																					
II.2.1 Anexos ao requerimento de autorização																					
II.2.2 Procuração pública do importador, original ou cópia autenticada, quando o signatário da solicitação for preposto																					
II.2.3 Comprovação de Preço (CP) ou Fatura Pró-forma, original ou cópia																					
II.2.4 Justificativa técnica contendo no mínimo:																					
II.2.4.1 Histórico de introduções anteriores semelhantes																					
II.2.4.2 Cronograma e número de introduções, quando mais de uma																					
II.2.4.3 Demonstração da compatibilidade entre a quantidade importada e a necessidade para a aplicação (número de ensaios, número de repetições, tamanho da parcela e densidade de plantio)																					
II.2.4.4 Locais de instalação dos ensaios, com endereço completo																					
II.2.4.5 Datas prováveis de instalação.																					
II.2.5 No caso de OGM, parecer conclusivo da CTNBio autorizando o evento e																					

3.9.2. Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Autorização de Importação de Sementes e Mudanças (continuação)

II.2.5.1 A classificação do organismo geneticamente modificado																				
II.2.5.2 Os genes inseridos no organismo geneticamente modificado e suas funções																				
II.2.5.3 A metodologia utilizada na transformação																				
II.3 Declaração de área para plantio com sementes ou mudas importadas para uso																				
II.4 Requerimento de anuência para liberação aduaneira:																				
II.4.1 Informações complementares																				
4.1 Requerimento de Autorização para Importação de Sementes e de Mudanças																				
II.4.2 Fatura Comercial - FC, original e cópia																				
II.4.3 Boletim de Análise de Sementes, original e cópia, emitido no país de origem ou de procedência																				
II.4.4 Boletim de Análise de Mudanças ou documento equivalente, original e cópia, quando se tratar de mudanças																				
II.4.5 Descritores da cultivar importada, quando se tratar de importação para fins de multiplicação específica para reexportação, nos casos em que esta não esteja inscrita no RNC																				
II.4.6 Certificado Fitossanitário, original e cópia, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país exportador																				
II.4.7 Termo de Depositário, 2 vias, para o produto retirado da área alfandegária, quando a amostra for realizada no destino																				
II.5 Licença de importação LI																				
II.6 Parecer quanto à sanidade vegetal - Sedesa																				
II.7 Anuência / Autorização																				
III Em Relação à Condução do Processo																				
III.1 Observância dos prazos																				
III.2 Comunicação das fases ao interessado																				
Nome do																				
Data																				

3.9.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudanças

PT 3.9		Procedimentos de Importação de Semente e Mudanças					Cálculo		
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudanças							
SFA	Ano						Soma		
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência			Peso	Índice			
I Em Relação à Constituição do Processo		C	IA	IE		C	IA	IE	
I.1 Preenchimento do requerimento					3				
I.2 Numeração de folha e rubricas					3				
I.3 Anulação de folha em branco					2				
I.4 Obediência à ordem cronológica - Seqüência					2				
I.5 Autenticidade dos documentos					3				
II Em Relação à Documentação									
II.1 Requerimento de autorização para importação					3				
II.1.1 Anexos ao requerimento de autorização :					2				
II.1.1.1 Procuração pública do importador, original ou cópia autenticada, quando o signatário da solicitação for preposto					2				
II.1.1.2 Comprovação de preço (CP) ou fatura pró-forma, original ou cópia					2				
II.1.1.3 Declaração de área para plantio com sementes ou mudas importadas para uso próprio, quando a importação tiver a finalidade de utilização, em modelo próprio (Anexo III)					2				
II.1.1.4 Projeto técnico, quando se tratar de cultivares ou linhagens não inscritas no RNC, para fins exclusivos de produção de sementes ou de mudas para reexportação					2				
II.2 Requerimento de autorização para importação de semente destinada a realização de ensaios de VCU					2				
II.2.1 Anexos ao requerimento de autorização					2				
II.2.2 Procuração pública do importador, original ou cópia autenticada, quando o signatário da solicitação for preposto					2				
II.2.3 Comprovação de Preço (CP) ou Fatura Pró-forma, original ou cópia					2				
II.2.4 Justificativa técnica contendo no mínimo:					2				
II.2.4.1 Histórico de introduções anteriores semelhantes					2				
II.2.4.2 Cronograma e número de introduções, quando mais de uma					2				
II.2.4.3 Demonstração da compatibilidade entre a quantidade importada e a necessidade para a aplicação (número de ensaios, número de repetições, tamanho da parcela e densidade de plantio)					2				
II.2.4.4 Locais de instalação dos ensaios, com endereço completo					2				
II.2.4.5 Datas prováveis de instalação.					2				
II.2.5 No caso de OGM, parecer conclusivo da CTNBio autorizando o evento e informar ainda:					2				
II.2.5.1 A classificação do organismo geneticamente modificado					2				
II.2.5.2 Os genes inseridos no organismo geneticamente modificado e suas funções					2				
II.2.5.3 A metodologia utilizada na transformação					2				
II.3 Declaração de área para plantio com sementes ou mudas importadas para uso próprio					2				
II.4 Requerimento de anuência para liberação aduaneira:					2				
II.4.1 Informações complementares					2				

3.9.3... Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudanças (Continuação)

PT 3.9.3	Procedimentos de Importação de Semente e Mudanças	Cálculo					
4.1	Requerimento de Autorização para Importação de Sementes e de Mudanças constando a Autorização de Importação				2		
II.4.2	Fatura Comercial - FC, original e cópia				2		
II.4.3	Boletim de Análise de Sementes, original e cópia, emitido no país de origem ou de procedência				2		
II.4.4	Boletim de Análise de Mudanças ou documento equivalente, original e cópia, quando se tratar de mudas				2		
II.4.5	Descritores da cultivar importada, quando se tratar de importação para fins de multiplicação específica para reexportação, nos casos em que esta não esteja inscrita no RNC				2		
II.4.6	Certificado Fitossanitário, original e cópia, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país exportador				3		
II.4.7	Termo de Depositário, 2 vias, para o produto retirado da área alfandegária, quando a amostra for realizada. no destino				2		
II.5	Licença de importação LI				5		
II.6	Parecer quanto à sanidade vegetal - Sedesa				5		
II.7	Anuência / Autorização				5		
III Em Relação à Condução do Processo							
III.1	Observância dos prazos				5		
III.2	Comunicação das fases ao interessado				5		
					100		
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria							

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria de todos os procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas. Começa pela descrição, um a um, de todos os

procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

Convém lembrar que a clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas é classificada segundo os conceitos e critério de decisão:

1. **Se C > 90%**, o serviço de Autorização de Importação de Sementes e Mudas está **Adequado**.
2. **Se C < ou = 90% e > 75%**, o serviço de Autorização de Importação de Sementes e Mudas está **Medianamente Adequado**.
3. **Se C < 75%**, o serviço de Autorização de Importação de Sementes e Mudas está **Inadequado**.

3.9.4 Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Autorização de Importação de Sementes e Mudas

PT 3.9	Procedimentos de Importação de Semente e Mudas			Análise
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudas			
SFA		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

3.10 Procedimentos de Exame de Conformidade da Lavratura de Documentos Usado na Fiscalização

Consiste do exame dos documentos fiscais com a finalidade de verificar se os mesmos foram preenchidos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.10.

O procedimento que consta do PT3.10 e do processo e está correto é assinalado, na tabela com a letra “C” indicando que está “Conformes”. Quando o procedimento constar do PT3.10, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.10 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Documentos Fiscais lavrados para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita considerando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria.

- Consulta o arquivo de documentos fiscais das Atividades no SEFAG/SFA para obter o número de documentos lavrados no período.
- Consulta a tabela de referência e definir o tamanho da amostra ou número de documentos a examinar.
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos documentos da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.10.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade da Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização

PT 3.10	Procedimentos Exame Conformidade da Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização		Coleta de Dados
Nome do Documento Fiscal			
Atividade			
SFA	Ano		
Nº do Documento		C/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
C = Conforme	O Documento foi elaborado corretamente, conforme definido no instrumento legal.		
IE – Incoforme por erro	O Documento consta do processo, conforme definido no instrumento legal, mas contém erro de elaboração.		
Nome do FFA-Auditor			Data

Observe que nos formulário denominados PT1s de PT3.1 a PT3.9 e PT3.11 a PT3.14, todos os dados de um formulário de coleta são transcritos para uma única coluna da planilha de tabulação. No caso do formulário P3.10 os dados do formulário de coleta são transcritos para uma única linha do formulário de tabulação.

3.10.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre os Procedimentos de Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização

PT 3.10		Procedimentos Exame Conformidade da Lavratura de Documentos usados										Tabulação de Dados											
Atividade																							
SFA		Ano																					
Nome do Documento Fiscal				Frequência de C e IE																			
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I. Documentos																							
I.1 Termo de Fiscalização/ Termo de Inspeção e Fiscalização																							
I.2 Termo de Coleta de Amostra		-	-																				
I.3 Termo de Apreensão																							
I.4 Termo de Embargo																							
I.5 Boletim Oficial de Análise de Sementes e de Mudanças/ Certificado de Análise Fiscal																							
I.6 Boletim Oficial de Análise de Sementes - Reanálise/ Certificado de Análise Pericial																							
I.7 Termo de Liberação																							
I.8 Termo de Desembargo																							
I.9 Termo Aditivo																							
I.10 Termo de Intimação																							
I.11 Guia de Remessa de Amostra																							
II. Procedimentos de Arquivo de Amostra																							
Existência																							
Organização																							
Nome do FFA-Auditor												Data											

3.10.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade da Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização

PT 3.10	Procedimentos Exame Conformidade da Lavratura de Documentos Usados na Fiscalização							Cálculo			
Atividade											
SFA		Ano									
Nome do Documento Fiscal				Frequência		Soma	Peso	Índice		Índice por Documento	
I. Documentos				C	IE			C	IE	C	IE
I.1 Termo de Fiscalização/ Termo de Inspeção e Fiscalização							12				
I.2 Termo de Coleta de Amostra							12				
I.3 Termo de Apreensão							10				
I.4 Termo de Embargo							10				
I.5 Boletim Oficial de Análise de Sementes e de Mudanças/ Certificado de Análise Fiscal							8				
I.6 Boletim Oficial de Análise de Sementes - Reanálise/ Certificado de Análise Pericial							8				
I.7 Termo de Liberação							7				
I.8 Termo de Desembargo							7				
I.9 Termo Aditivo							5				
I.10 Termo de Intimação							7				
I.11 Guia de Remessa de Amostra							8				
II. Procedimentos de Arquivo de Amostra											
Existência							3				
Organização							3				
							100				
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria											

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, Conformidade da Lavratura de Documentos Fiscais. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de Lavratura de Documentos Fiscais.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria dos procedimentos empregados na execução da análise da Lavratura de Documentos Fiscais. Começa pela descrição, um a

um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade da Lavratura de Documentos Fiscais é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$, o serviço de Lavratura de Documentos Fiscais está **Adequado****
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$, o serviço de Lavratura de Documentos Fiscais está **Medianamente Adequado****
- 3. Se $C < 75\%$, o serviço de Lavratura de Documentos Fiscais está **Inadequado****

3.10.4 Formulário de Análise de Conformidade da Lavratura de Documentos Fiscais

PT 3.10	Procedimentos Exame Conformidade da Lavratura de Documentos usados na Fiscalização		Análise
Atividade			
SFA		Ano	
Descrição dos Procedimentos			
Interpretação dos Índices			
Posição Relativa dos Índices			
Intervenções Corretivas			

3.11 Procedimentos de Exame de Conformidade da Inscrição de Campos de Sementes, Viveiros e Áreas de Produção de Sementes

Consiste do exame dos processos de Inscrição de Campos e Viveiros com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.11.

O procedimento que consta do PT3.11 e do processo e está correto é assinalado, no formulário com a letra “C” indicando que está “Conforme”. Quando o procedimento constar do PT3.11, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.11 e também do processo, mas apresenta algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Inscrição de Campos e Viveiros para fins de verificação de conformidade só deverá ser feita considerando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria:

- Consulta o RENASEM para obter o número de processos constituídos e em tramitação, no período.
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição dos Processos de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos processo da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.11.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Inscrição Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes

PT 3.11	Procedimentos de Inscrição de Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de		Coleta de Dados
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças		
SFA	Tipo de Campo	Ano	
Itens de Verificação da Conformidade			C/IA/IE
I Em Relação à Constituição do Processo			Descrição do Motivo da Ocorrência da
I.1 Protocolização			
I.2 Numeração de folha e rubricas			
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo			
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência			
I.5 Autenticidade dos documentos			
II Em Relação à Documentação			
II.1 Requerimento da inscrição			
II.2 Comprovante de pagamento da taxa correspondente			
II.3 Relação dos campos de sementes ou caracterização dos viveiros			
II.4 Roteiro de acesso à propriedade e aos campos, viveiro, jardim clonal, borbulheira e plantas fornecedoras de material de propagação e áreas de produção de sementes			
II.5 Anotação da responsabilidade técnica			
II.6 Nota fiscal, no caso do material de propagação adquirido			
II.7 Atestado de Origem Genética/certificado ou Termo de Conformidade do material de propagação			
II.8 Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico			
II.9 Autorização do detentor dos direitos de propriedade intelectual da cultivar, caso			
II.10 Laudo técnico para material de propagação sem origem genética comprovada			
III Em Relação à Condução do Processo			
III.1 Observância dos prazos (Solicitação e emissão)			
III.2 Comunicação das fases ao interessado			
III.3 Recursos			
III.4 Homologação da inscrição			
III.5 Laudo de vistoria			
C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de inscrição			
IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.			

3.11.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Inscrição Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes

PT 3.11		Procedimentos de Inscrição de Campos de Sementes, Viveiro e Areas de Produção de Sementes										Tabulação de Dados									
Atividade		Fiscalização de Sementes e Mudas																			
SFA		Ano																			
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência d C, IA e IE																			
I Em Relação à Constituição do Processo		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1 Protocolização																					
I.2 Numeração de folha e rubricas																					
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo																					
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequência																					
I.5 Autenticidade dos documentos																					
II Em Relação à Documentação																					
II.1 Requerimento da inscrição																					
II.2 Comprovante de pagamento da taxa correspondente																					
II.3 Relação dos campos de sementes ou caracterização dos viveiros																					
II.4 Roteiro de acesso à propriedade e aos campos, viveiro, jardim clonal, borbulheira e plantas fornecedoras de material de propagação e áreas de produção de sementes																					
II.5 Anotação da responsabilidade técnica																					
II.6 Nota fiscal, no caso do material de propagação adquirido																					
II.7 Atestado de Origem Genética/certificado ou Termo de Conformidade do material de propagação																					
II.8 Termo de compromisso firmado pelo responsável técnico																					
II.9 Autorização do detentor dos direitos de propriedade intelectual da cultivar, caso																					
II.10 Laudo técnico para material de propagação sem origem genética																					
III Em Relação à Condução do Processo																					
III.1 Observância dos prazos (Solicitação e emissão)																					
III.2 Comunicação das fases ao interessado																					
III.3 Recursos																					
III.4 Homologação da inscrição																					
III.5 Laudo de vistoria																					

3.11.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade da Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes

PT 3.11	Procedimentos de Inscrição de Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes						Cálculo			
Atividade	Sinalização de Sementes e Mudanças									
SFA	Ano	Soma (C+IA+IE)								
Itens de Verificação da Conformidade				Frequência		Peso	Índice			
I Em Relação à Constituição do Processo				C	IA		IE	C	IA	IE
I.1 Protocolização							5			
I.2 Numeração de folha e rubricas							5			
I.3 Anulação de folha em branco - Carimbo							5			
I.4 Obediência à ordem cronológica - Sequencia							5			
I.5 Autenticidade dos documentos							5			
II Em Relação à Documentação										
II.1 Requerimento da inscrição							5			
II.2 Comprovante de pagamento da taxa correspondente							5			
II.3 Relação dos campos de sementes ou caracterização dos viveiros							5			
II.4 Roteiro de acesso à propriedade e aos campos, viveiro, jardim clonal, borbulheira e plantas fornecedoras de material de propagação e áreas de produção de sementes							5			
II.5 Anotação da responsabilidade técnica							5			
II.6 Nota fiscal, no caso do material de propagação adquirido							5			
II.7 Atestado de Origem Genética/certificado ou Termo de Conformidade do material de propagação							5			
II.8 Pagamento de compromisso firmado pelo responsável técnico							5			
II.9 Autorização do detentor dos direitos de propriedade intelectual da cultivar, caso							5			
II.10 Laudo técnico para material de propagação sem origem genética comprovada							5			
III Em Relação à Condução do Processo										
III.1 Observância dos prazos (Solicitação e emissão)							5			
III.2 Comunicação das fases ao interessado							5			
III.3 Recursos							5			
III.4 Homologação da inscrição							5			
III.5 Laudo de vistoria							5			
							100			
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria										

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço análise de Processos de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria de todos os procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de

Produção de Sementes. Começa pela descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes é classificada segundo os conceitos e critério de decisão:

1. **Se C > 90%**, o serviço de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes está **Adequado**.
2. **Se C < ou = 90% e > 75%**, serviço de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes está **Medianamente Adequado**.
3. **Se C < 75%**, serviço de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes está **Inadequado**.

3.11.4 Formulário de Análise de Conformidade de Processos de Inscrição de Campos, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes

PT 3.11	Procedimentos de Inscrição de Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes	Análise
Atividade	Fiscalização de Sementes e Mudanças	
SFA	Ano	
Descrição dos Procedimentos		
Interpretação dos Índices		
Posição Relativa dos Índices		
Intervenções Corretivas		

3.12 Procedimentos de Exame de Conformidade do Licenciamento de Importação de Fertilizantes

Consiste do exame dos processos administrativos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.10.

O procedimento que consta do formulário PT3.12 e do processo e está correto é assinalado no formulário com a letra “C” indicando que está “Conforme”. Quando o procedimento constar do PT3.12, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.12 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as letras as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Licenciamento de Importação para fins de verificação de conformidade deverá ser feita

observando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria.

- Consulta o cadastro para obter o número de processos constituídos e em tramitação, no período.
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição dos Processos de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos processo da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.12.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes

PT 3.12	Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes	Coleta de Dados
Nome do Produto		
Atividade	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	
SFA	Ano	
Itens de Verificação da Conformidade	C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Requerimento do Importador		
I.1 Preenchimento dos campos obrigatórios		
I.2 Assinatura do representante da empresa		
I.3 Indicação da data de recebimento		
I.4 Indicação data do registro no Siscomex		
I.5 Indicação do procedimento adotado		
II Coerência do Requerimento com a LI Registrada no Siscomex		
II.1 CNPJ, nome empresarial e endereço		
II.2 Nome do produto e quantidade		
II.3 Registro do produto e do estabelecimento		
II.4 Garantias e natureza física do produto		
II.5 Tipo de embalagem		
II.6 Ponto de ingresso, URL despacho e destino da mercadoria		
III Tramitação da LI pelo SEDESA		
IV Correção do Despacho do FFA no Siscomex		
C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.		
IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de licenciamento,		
IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.		
Nome do FFA-Auditor		

3.12.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes

PT 3.12	Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes																			Tabulação de Dados	
Atividade	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes																				
SFA	Ano																				
Itens de Verificação da Conformidade		Frequência de C, IA e IE																			
I Requerimento do Importador		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I.1 Preenchimento dos campos obrigatórios																					
I.2 Assinatura do representante da empresa																					
I.3 Indicação da data de recebimento																					
I.4 Indicação data do registro no Siscomex																					
I.5 Indicação do procedimento adotado																					
II Coerência do Requerimento com a LI Registrada no Gijvta Yl																					
II.1 CNPJ, nome empresarial e endereço																					
II.2 Nome do produto e quantidade																					
II.3 Registro do produto e do estabelecimento																					
II.4 Garantias e natureza física do produto																					
II.5 Tipo de embalagem																					
II.6 Ponto de ingresso, URL despacho e destino da mercadoria																					
III Tramitação da LI pelo SEDESA																					
IV Correção do Despacho do FFA no Siscomex																					
Nome do FFA-Auditor																					
Data																					

3.12.3 Formulário de Cálculo de Índices de Conformidade de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes

PT3.1 Procedimentos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes						Cálculo					
Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes											
SFA	Ano					Soma (C+IA+IE)					
Itens de Verificação da Conformidade					Frequência			Peso	Índice		
I Requerimento do Importador					C	IA	IE		C	IA	IE
I.1 Preenchimento dos campos obrigatórios								8			
I.2 Assinatura do representante da empresa								5			
I.3 Indicação da data de recebimento								8			
I.4 Indicação data do registro no Siscomex								8			
I.5 Indicação do procedimento adotado								8			
II Coerência do Requerimento com a LI Registrada no Siscomex											
II.1 CNPJ, nome empresarial e endereço								8			
II.2 Nome do produto e quantidade								8			
II.3 Registro do produto e do estabelecimento								8			
II.4 Garantias e natureza física do produto								8			
II.5 Tipo de embalagem								8			
II.6 Ponto de ingresso, URL despacho e destino da mercadoria								8			
III Tramitação da LI pelo SEDESA								5			
IV Correção do Despacho do FFA no Siscomex								10			
								100			
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria											

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes.

Essa análise consiste da explicitação dos procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes. Começa pela

descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$** , o serviço de Licenciamento de Importação de Fertilizantes está **Adequado**
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Licenciamento de Importação de Fertilizantes está **Medianamente Adequado**
- 3. Se $C < 75\%$** , o serviço de Licenciamento de Importação de Fertilizantes está **Inadequado**

3.12.4 Formulário de Análise de Conformidade de Fertilizantes
 Processos de Licenciamento de Importação de

PT 3.12	Procedimento de licenciamento de Importação de Fertilizantes			Análise
SFA		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

3.13 Procedimentos de Exame de Conformidade do Licenciamento de Importação de Agrotóxicos

Consiste do exame dos processos administrativos de Credenciamento de Prestadoras de Serviços Fitossanitários com Fins Quarentenários com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.13.

O procedimento que consta do PT3.13 e do processo e está correto é assinalado, na tabela com a letra “C” indicando que está “Conforme”. Quando o procedimento constar do PT3.13, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.13 e também do processo, mas apresentar algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) ele será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Credenciamento de Prestadores de Serviços Fitossanitários com Fins Quarentenários para fins de verificação de conformidade deverá ser feita observando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria:

- Consulta o cadastro para obter o número de processos constituídos e em tramitação, no período.
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição dos Processos de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos processo da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.13.1 Formulário de Coleta de Dados sobre a Conformidade de Procedimentos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos

PT 3.13	Procedimentos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos seus Componentes e Afins		Coleta de Dados
Tipo de Produto		Nº do Requerimento	
Atividade	Fiscalização Agrotóxicos seus Componentes e Afins		
SFA		Ano	
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Requerimento do Importador			
I.1 Preenchimento dos campos obrigatórios			
I.2 Assinatura do representante da empresa acompanhado de procuração quando for			
I.3 Indicação da data de recebimento			
I.4 Indicação data do registro no Siscomex			
I.5 Indicação do procedimento adotado			
II Coerência do Requerimento com a LI Registrada no Siscomex			
II.1 CNPJ, nome empresarial e endereço			
II.2 Nome do produto e quantidade			
II.3 Numero do registro do produto - verificar no AGROFIT			
II.4 Original do certificado do Registro ou cópia autenticada RET/REGISTRO			
II.5 Garantias e natureza física do produto			
II.6 Tipo de embalagem			
II.7 Origem do produto nome da empresa produtora e endereço completo			
II.8 Ponto de ingresso, URL despacho e destino da mercadoria			
III Tramitação da LI pelo SEFISA/SEFAG - Parecer Técnico			
IV Correção do Despacho do FFA no Siscomex			
C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal.			
IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de licenciamento.			
IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.			
Nome do FFA - Auditor		Data	

3.13.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre a Conformidade do Licenciamento de Importação de Agrotóxicos e Afins

PT 3.13	Procedimentos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos seus Componentes e Afins																			Tabulação de
Atividade	Fiscalização Agrotóxicos seus Componentes e Afins																			
SFA																				
Itens de Verificação da Conformidade	Frequência de C, IA e IE																			
I Requerimento do Importador	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
I.1 Preenchimento dos campos obrigatórios																				
I.2 Assinatura do representante da empresa acompanhado de procuração quando for o caso																				
I.3 Indicação da data de recebimento																				
I.4 Indicação data do registro no Siscomex																				
I.5 Indicação do procedimento adotado																				
II Coerência do Requerimento com a LI Registrada no Siscomex																				
II.1 CNPJ, nome empresarial e endereço																				
II.2 Nome do produto e quantidade																				
II.3 Numero do registro do produto - verificar no AGROFIT																				
II.4 Original do certificado do Registro ou cópia autenticada																				
II.5 Garantias e natureza física do produto																				
II.6 Tipo de embalagem																				
II.7 Origem do produto nome da empresa produtora e endereço																				
II.8 Ponto de ingresso, URL despacho e destino da mercadoria																				
III Tramitação da LI pelo SEFISA/SEFAG - Parecer Técnico																				
IV Correção do Despacho do FFA no Siscomex																				
Nome do FFA-								Data												

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes.

Essa análise consiste da explicitação dos procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes. Começa pela

descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Licenciamento de Importação de Fertilizantes é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$** , o serviço de Licenciamento de Importação de Fertilizantes está **Adequado**
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Licenciamento de Importação de Fertilizantes está **Medianamente Adequado**
- 3. Se $C < 75\%$** , o serviço de Licenciamento de Importação de Fertilizantes está **Inadequado**

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos.

Essa análise consiste da explicitação dos procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos. Começa pela

descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituição auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

1. **Se C > 90%**, o serviço de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos está **Adequado**.
2. **Se C < ou = 90% e > 75%**, o serviço de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos está **Medianamente Adequado**.
3. **Se C < 75%**, o serviço de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos está **Inadequado**.

3.13.4 Formulário de Análise de Conformidade de Processos do Licenciamento de Importação de Agrotóxicos

PT 3.13	Procedimentos de Licenciamento de Importação de Agrotóxicos seus Componentes e Afins			Análise
Atividade	Fiscalização Agrotóxicos seus Componentes e Afins			
SFA		Ano		
Descrição dos Procedimentos				
Interpretação dos Índices				
Posição Relativa dos Índices				
Intervenções Corretivas				

3.14 Procedimentos de Exame de Conformidade do Credenciamento de Estação Experimental de Agrotóxico

Consiste do exame dos processos administrativos de Registro/Credenciamento de Estação Experimental Agrotóxico com a finalidade de verificar se os mesmos foram constituídos e instruídos com todos os elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais. Essa verificação é feita utilizando-se o Papel de Trabalho de nº 3.14.

O procedimento que consta do PT3.14 e do processo e está correto é assinalado com a letra “C” indicando que está “Conforme”. Quando o procedimento constar do PT3.14, mas não constar do processo ele será assinado com as iniciais “IA” para indicar que está “Inconforme por Ausência”. Quando o procedimento constar do PT3.14 e também do processo, mas apresenta algum tipo de erro de elaboração (rasuras, sem assinatura, erro de citação) será assinalado com as iniciais “IE” indicando que está “Inconforme por Erro”.

A análise de Processos de Credenciamento de Estação Experimental de Agrotóxico para fins de verificação de conformidade deverá ser feita considerando as seguintes providências por parte da Equipe de Auditoria:

- Consulta o sistema de controle de para obter o número de processos constituídos e em tramitação, no período.
- Consulta a tabela de referência e definição do tamanho da amostra.
- Lavratura do Termo de Requisição dos Processos de Informações para acesso ao arquivo.
- Retirada, ao acaso, dos processo da amostra.
- Coleta dos dados, tabulação e cálculo, observando os procedimento enumerados acima.
- Elaboração da relação de inconformidades a esclarecer e envio por intermédio do Termo de Solicitação de Esclarecimentos.
- Elaboração de texto analítico.

3.14.1 Formulário de Coleta de Dados sobre Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos

PT 3.1 4		Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos		Coleta
Estabelecimento		Nº do processo		
Atividade		Fiscalização de Agrotóxicos e Afins		
SFA		Ano		
Itens de Verificação da Conformidade			C/IA/IE	Descrição do Motivo da Ocorrência da Inconformidade por Erro
I Em Relação à Constituição do Processo				
I.1 Preenchimento do Requerimento				
I.2 Numeração de folha e rubricas				
I.3 Anulação de folha em branco - carimbo				
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Seqüencial				
I.5 Autenticidade dos documentos				
I.6 Termos de Juntada				
II Em Relação a Documentação do Estabelecimento				
II.1 Organograma da estação experimental				
II.2 Registro da empresa no CREA				
II.3 Registro dos RTs no CREA e respectivas ARTs				
II.4 Currículo vitae dos RTs				
II.5 Licença ambiental do órgão estadual				
II.6 Mapa de acesso e croqui da área				
II.7 Relação das máquinas e equipamentos				
II.8 Contrato social				
II.9 Relatório sobre área, instalações, recursos tec. materiais, e ambiente				
II.10 Acervo bibliográfico ou acesso ao mesmo na Internet				
III Em Relação à Tramitação do processo				
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo				
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo				
III.3 Parecer técnico				
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento				
III.5 Emitiu o Certificado de Credenciamento de Estabelecimento				
C = Conforme , o procedimento foi executado corretamente, de acordo definido no instrumento legal				
IA = Inconforme por Ausência , o procedimento previsto no instrumento legal não consta do processo de credenciamento.				
IE = Inconforme por Erro , o procedimento previsto no instrumento legal foi executado, mas contém erro de elaboração.				
Nome do FFA-Auditor		Data		

3.14.2 Formulário de Tabulação de Dados sobre Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos

PT 3.1 4	Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de															Tabulação de Dados																							
Atividade	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins																																						
SFA																				Ano																			
Itens de Verificação da Conformidade			Frequência de C, IA e IE																																				
I Em Relação à Constituição do Processo			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																	
I.1 Preenchimento do Requerimento																																							
I.2 Numeração de folha e rubricas																																							
I.3 Anulação de folha em branco - carimbo																																							
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Seqüencial																																							
I.5 Autenticidade dos documentos																																							
I.6 Termos de Juntada																																							
II Em Relação a Documentação do Estabelecimento																																							
II.1 Organograma da estação experimental																																							
II.2 Registro da empresa no CREA																																							
II.3 Registro dos RTs no CREA e respectivas ARTs																																							
II.4 Currículo vitae dos RTs																																							
II.5 Licença ambiental do órgão estadual																																							
II.6 Mapa de acesso e croqui da área																																							
II.7 Relação das máquinas e equipamentos																																							
II.8 Contrato social																																							
II.9 Relatório sobre área, instalações, recursos tec. materiais, e ambiente																																							
II.10 Acervo bibliográfico ou acesso ao mesmo na Internet																																							
III Em Relação à Tramitação do processo																																							
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo																																							
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo																																							
III.3 Parecer técnico																																							
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento																																							
III.5 Emitiu o Certificado de Credenciamento de Estabelecimento																																							

3.14.3 Formulário de Cálculo de índices de Conformidade do Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos

PT 3.1 4		Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos					Cálculo				
Atividade	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					Soma (C+IA+IE)					
SFA											
Itens de Verificação da Conformidade						Frequência		Peso	Índice		
I Em Relação à Constituição do Processo						C	IA	IE	C	IA	IE
I.1 Preenchimento do Requerimento									3		
I.2 Numeração de folha e rubricas									3		
I.3 Anulação de folha em branco - carimbo									3		
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Seqüencial									3		
I.5 Autenticidade dos documentos									3		
I.6 Termos de Juntada									3		
II Em Relação a Documentação do Estabelecimento											
II.1 Organograma da estação experimental									5		
II.2 Registro da empresa no CREA									5		
II.3 Registro dos RTs no CREA e respectivas ARTs									5		
II.4 Curriculum vitae dos RTs									5		
II.5 Licença ambiental do órgão estadual									5		
II.6 Mapa de acesso e croqui da área									5		
II.7 Relação das máquinas e equipamentos									5		
II.8 Contrato social									5		
II.9 Relatório sobre área, instalações, recursos tec. materiais, e ambiente									6		
II.10 Acervo bibliográfico ou acesso ao mesmo na Internet									6		
III Em Relação à Tramitação do processo											
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo									6		
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo									6		
III.3 Parecer técnico									6		
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento									6		
III.5 Emitiu o Certificado de Credenciamento de Estabelecimento									6		
									100		
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria											

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhecerá as inconformidades e terá a medida da sua incidência no “Evento”, **Conformidade de Processos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos**. Portanto conhecerá os procedimentos que afetam negativamente a qualidade dos processos, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade auditada, a solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

De posse das respostas as indagações feitas a equipe de auditoria passa a elaborar a análise dos dados relativos a auditoria do serviço de análise de Processos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos.

Essa análise consiste da explicitação pela equipe de auditoria de todos os procedimentos empregados na execução da análise de Processos de Credenciamento de Estações

Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos. Começa pela descrição, um a um, de todos os procedimentos de trabalho desde a definição da amostra e encerra com as recomendações de intervenções corretivas.

A clareza e objetividade dessa análise serão fatores determinantes dos desdobramentos que as instituições auditadas, a SFA e auditora, o DFIA, imprimirão no sentido de prevenir, reduzir ou eliminar as causas das inconformidades constatadas.

A avaliação da conformidade dos Processos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos é classificada segundo os seguintes conceitos e critério de decisão:

- 1. Se $C > 90\%$** , o serviço de Credenciamento de Estações Experimentais de Agrotóxicos está **Adequado**.
- 2. Se $C < \text{ou} = 90\%$ e $> 75\%$** , o serviço de Credenciamento de Estações Experimentais de Agrotóxicos está **Medianamente Adequado**.
- 3. Se $C < 75\%$** , o serviço de Credenciamento de Estações Experimentais de Agrotóxicos está **Inadequado**.

3.14.4 Formulário de Análise de Conformidade do Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos

PT 3.14	Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos		Análise
Atividade	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins		
SFA		Ano	
Descrição dos Procedimentos			
Interpretação dos Índices			
Posição Relativa dos Índices			
Intervenções Corretivas			

IV RELATÓRIO DE AUDITORIA

O relatório é a essência da auditoria, portanto precisa ser elaborado e apresentado as autoridades num formato que desperte interesse pela sua leitura. Esse relatório precisa expressar todo o trabalho realizado pelos auditores de forma a propiciar toda a credibilidade que os procedimentos adotados procuram propiciar.

Um modelo de relatório com o conteúdo esperado de um relatório de auditoria é apresentado a seguir. O relatório é composto de quatro blocos, o primeiro bloco é um "Resumo Executivo", onde contam as linhas gerais da auditoria realizada e as questões mais relevância quanto a incidência de inconformidades, a sua significação e as medidas sugeridas. Os conteúdos do bloco "resumo executivo" expresso em tópicos didaticamente distribuídos são mostrados a seguir.

Relatório de Auditoria		
SFA Auditada		Ano
Atividades Auditadas		
1. Resumo Executivo		
Procedimentos da Auditoria (Fato motivador e base legal)		
<i>(Elabore texto com a descrição objetiva de todos os procedimentos de auditoria em termos gerais. Inicie pela consulta a legislação e encerre com citação de consulta a parâmetros de referência usados para análise dos dados)</i>		
Interpretação dos Índices (Análise dos Dados com destaque para as incidências de maior relevância)		
<i>(Copie e Insira neste espaço os conteúdos de maior relevância, relativos a interpretação dos índices contidas nas análises dos Eventos)</i>		
Intervenções Corretivas (Recomendações da auditoria)		
<i>(Copie e insira neste espaço os conteúdos relativos as intervenções propostas para os conteúdos relevância do item anterior.</i>		
Equipe Responsável		
<i>(Nome dos integrantes da Equipe de Auditoria)</i>		

O segundo bloco refere-se aos “Procedimentos de Auditoria”. O seu conteúdo consiste de todas as tarefas executadas desde a constituição da equipe pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas até a elaboração do Relatório pela equipe de auditoria.

Nesse bloco são tratadas as questões relativas à pré-auditoria como: o estudo do universo, a definição de amostras, a organização de papéis de trabalho e da execução da auditoria no local, compreendida de sorteios de elementos dos Eventos a examinar, a realização de coleta de dados, a interpretação de resultados e a elaboração de análise dos índices calculados. Os conteúdos do bloco “procedimentos da auditoria” expresso em tópicos didaticamente distribuídos são mostrados a seguir.

2 - Procedimentos da Auditoria

Inserir neste espaço os conteúdos “Descrição dos procedimentos” referentes as análises realizados dos diversos “Eventos” (Papeis de Trabalho, PT 1 , versão análise até PT 3.14, versão análise)

Proceda da seguinte forma:

- 1º - Digite o sub título (Ex: 2.1 – Procedimento de análise da Adequação do Ambiente Institucional)
- 2º - Copie neste espaço o texto correspondente ao Formulário de Análise de que trata o item 1º

O terceiro bloco refere-se a “Interpretação dos Índices”. O seu conteúdo consiste da citação dos valores encontrados para os índices de conformidade ou adequação acrescidos dos julgamentos segundo preconiza os procedimentos de Auditoria na Fiscalização de Insumos Agrícolas. Neste bloco são examinados os procedimentos por subconjuntos e posteriormente o exame um a um de forma a conhecer a relevância deles para a construção do índice, ou seja, o perfil do índice.

3 – Interpretação dos Índices

Inserir neste espaço todos os conteúdos “Interpretação dos Índices” referentes as análises realizados dos diversos Eventos (Papéis de Trabalho, PT 1, Papéis análise até PT 3.14, Papéis análise)

Proceda da seguinte forma:

1º - Digite o sub título (Ex: 2.1 – Índice de Adequação do Ambiente Institucional)

2º - Copie neste espaço o texto correspondente ao Formulário de Análise de que trata o item 1º

O quarto bloco refere-se a “Posição Relativa dos Índices”. O seu conteúdo consiste da comparação dos valores encontrados para os índices de conformidade ou adequação com índices de referência, sejam eles da própria unidade auditada ou de unidades executoras de serviços da mesma natureza. No caso precisam ser examinados os procedimentos por subconjuntos e posteriormente o exame um a um de forma a verificar semelhança de perfil do índice.

4 - Posição Relativa dos Índices

Inserir neste espaço todos os conteúdos “Posição Relativa dos Índices” referentes as análises realizados dos diversos Eventos (Papéis de Trabalho, PT 1, versão análise até PT 3.14, versão análise)

Proceda da seguinte forma:

1º - Digite o sub título (Ex: 2.1 – Posição Relativa dos índices de Adequação do Ambiente Institucional)

2º - Copie neste espaço o texto correspondente ao Formulário de Análise de que trata o item 1º

O quinto bloco refere-se a “Intervenções Corretivas”. O seu conteúdo consiste da citação dos motivos descritos para os procedimentos considerados inconformes. No caso os procedimentos precisam ser examinados um a um e posteriormente por subconjuntos de forma a definir as intervenções pertinentes a cada situação encontrada. Neste bloco cabe a recomendação ao auditado no sentido de que elabore um plano de ação para apresentação ao DFIA quanto as medidas corretivas que irá implementar.

5 - Intervenções Corretivas
<p>Inserir neste espaço todos os conteúdos “Intervenções Corretivas” referentes as análises realizados dos diversos Eventos (Papeis de Trabalho, PT 1, versão análise até PT 3.14, versão análise)</p> <p>Proceda da seguinte forma:</p> <p>1º - Digite o sub título (Ex: 2.1 – Intervenções Corretivas para a Adequação do Ambiente Institucional)</p> <p>2º - Copie neste espaço o texto correspondente ao Formulário de Análise de que trata o item 1º</p>

O sexto bloco refere-se a “Pessoas Contatadas” e Documentos Consultados O seu conteúdo consiste da citação de todos os meios de obtenção de dados e informações.

6 – Fontes de Consulta	
6.1 - Pessoas Contatadas	6.2 - Documentos Consultados

V INSTRUMENTOS LEGAIS

Decreto Nº 7.127, de 4 de Março de 2010

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

Art. 11. Ao Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a fiscalização e garantia de qualidade de insumos agrícolas, com vistas a contribuir para a formulação da política agrícola;

II - programar, coordenar e promover a execução das atividades de:

a) inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;

b) inspeção e fiscalização da produção, certificação e da comercialização de sementes e mudas; e

c) fiscalização da produção e da comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes;

III - promover auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência;

IV - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas

relativos à qualidade dos insumos agrícolas, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Ministério; e

PORTARIA SDA Nº 46 DE 13 DE FVEREIRODE 2009.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 9º e 42, do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Portaria Ministerial nº 45, de 22 de março de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.009571/2008-45, resolve:

Art. 1º Instituir as auditorias técnico-fiscais e operacionais no âmbito da atividade de fiscalização de insumos e serviços agrícolas com as seguintes finalidades:

I – examinar o desempenho operacional das unidades descentralizadas do Ministério no cumprimento das atribuições regimentais;

II – examinar os procedimentos no desenvolvimento das atividades de fiscalização de insumos e serviços agrícolas; e

V - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

III – propor as medidas necessárias à correção das irregularidades identificadas.

Art. 2º As Auditorias de que trata esta Portaria serão desenvolvidas por Equipes indicadas pelo Diretor do DFIA e designadas pelo Secretário de Defesa Agropecuária.

§ 1º As Equipes de Auditoria serão integradas por Fiscais Federais Agropecuários, devidamente capacitados mediante Curso de Formação específico promovido pelo DFIA.

§ 2º Em casos de auditorias que requeiram conhecimento técnico específico, poderão ser convidados a participar das Equipes servidores de órgãos setoriais do MAPA ou das SFA, com notável conhecimento da matéria.

§ 3º As Equipes deverão ao final de cada auditoria apresentar relatório conclusivo ao titular da Superintendência Federal de Agricultura e ao chefe da Unidade auditada, ao Diretor do DFIA e ao Secretário de Defesa Agropecuária.

§ 4º A auditoria será realizada seguindo os procedimentos definidos em ato normativo a ser proposto pelo DFIA e publicado pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

Art. 3º Constatada qualquer irregularidade por ocasião da respectiva auditoria, o titular da Superintendência Federal da Agricultura auditada será responsável pela elaboração e apresentação, ao DFIA, de um plano de ação, no prazo de 30 (trinta) dias, após a data do recebimento do relatório de que trata o § 3º, do art. 2º, desta Portaria.

Parágrafo único. O plano de ação estabelecerá as medidas necessárias à correção das irregularidades apontadas no relatório e deverá ser executado segundo o cronograma nele estabelecido.

Art. 4º O plano de ação de que trata o art. 3º será objeto de verificação e acompanhamento pelo DFIA/SDA.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

INÁCIO AFONSO KROETZ

PORTARIA Nº 271, DE 30 DE JULHO DE 2009

O SECRETARIO DE DEFESA AGROPECUARIA, DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, no uso das suas atribuições que lhe confere o disposto na Portaria nº 45, de 22 de março de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.001375/2009-11, resolve:

Art. 1º. Estabelecer os procedimentos de auditoria técnico fiscal e operacional das atividades de fiscalização de insumos e serviços agrícolas, instituídos pela Portaria nº 46, de 13 de fevereiro de

2009, na forma do Manual de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, disponibilizado na pagina intranet do MAPA, <http://agronet.agricultura.gov.br/>

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INÁCIO AFONSO KROETZ

Publicada no Boletim de Pessoal Nº 21, de 31 de Julho de 2009 -
PÁGINA 28

VI INSTRUÇÕES DE USO PAPÉIS DE TRABALHO – PT

1 Atitudes Facilitadoras

I – Organização dos Papéis de trabalho

a) Providencie 20 cópias da formulário de ColetaDeDados de cada um dos Papéis de Trabalho a ser utilizados. No Excel isto é feito observando as instruções no rodapé da 1ª Planilha, conforme passos a seguir: Editar-Mover ou copiar planilha-Planilha a copiar-Criar uma cópia.

b) as planilhas criadas são numeradas como ColetaDeDados (2); ColetaDeDados (3) ColetaDeDados (20)

II – Na Planilha, Tabulação de Dados, relativa cada um dos Papéis de Trabalho, registre as formulas de transferência dos dados das Planilhas ColetaDeDados para ela conforme orientação no rodapé da planilha.

III – Nas Planilhas de Cálculo confira aos fórmulas de cálculos dos índices e certifique-se de estão corretas.

IV – Salve os Papéis de Trabalho numa pasta e grave nos computadores dos integrantes da Equipe de Auditoria.

V – Distribuição do trabalho de Coleta de Dados:

V.1 Em termos operacionais a distribuição da equipe por tipo de Evento (Um evento usa um Papel de Trabalho) é a mais aconselhada;

V.2 A coleta de dados deve ser feita em dupla. Um examina o elemento verificando se ele contempla o Procedimento constante do Papel de Trabalho e dita o que constatou (C, IA ou IE). O outro integrante da dupla checa e registra na planilha Excel o conceito. No caso de inconformidade, registra o motivo, que a dupla acordou como correto para o caso.

Instruções de Uso do PT 1, Adequação do Ambiente Institucional

Propósito: - Verificar a compatibilidade das competências regimentais do órgão de fiscalização com as condições gerais para a execução dessas competências.

1.1 – A Coleta de Dados é feita usando o PT1

1.2 - Forma de coleta dos dados: - Entrevista / Preenchimento orientado

1.3 - Responde ou preenche o PT 3.1 – o Servidor do MAPA lotado na SFA e que tenha relação direta com a execução da fiscalização de insumos agrícolas.

Campos a preencher:

I - Entrevistado — Registrar a categoria de servidor FFA / NS; Agente de Atividades Agropecuárias / NI; Técnico de Laboratório NI e Auxiliar de Laboratório/NA

II - SFA – Registrar a sigla da Unidade da Federação onde se localiza a Superintendência

III - Ano – Registrar o ano de realização da auditoria

IV - Itens de Verificação da Adequação Institucional:- A indagação é: **Em função do que você observa ou conhece em que grau o fator sob exame afeta o**

funcionamento do SEFAG/SIFIA/SISFIV em termos da execução dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas?

IV.1 - Verifique os conceitos no rodapé da planilha e registre no espaço correspondente a opção que julga mais adequada - A, MA, PA ou

IV.2 – Se no seu julgamento o conceito foi: MA / PA ou I, portanto, de que o fator interfere negativamente no rendimento dos trabalhos, descreva na mesma linha, qual o motivo da inadequação ou o que constatou como incorreto.

Formulário de Coleta de Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Adequação do Ambiente Institucional	Ano	Coleta de Dados
SFA	X	2010	
Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional		A / MA / PA / I	Descrição do Motivo da Inadequação (MA, PA ou I)
I Em Relação as Referências			
I.1 Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)		A	
I.2 Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização		MA	
I.3 Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização		MA	
I.4 Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis		MA	
I.5 A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)		A	
II Em Relação a Planos de Trabalho			
II.1 Os Planos Operativos (PO's)		A	
II.2 A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's		MA	
II.3 Os Planos Mensais de viagem a serviço		MA	
II.4 A programação mensal de recursos no SIOR		A	
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução			
III.1 Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo		A	
III.2 Os registros do executado por atividade		MA	
III.3 O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização		A	
III.4 O monitoramento da aplicação dos recursos		MA	
III.5 O monitoramento do registro das metas no SIPLAN		A	
III.6 A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe		MA	
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade			
IV.1 Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas ...)		PA	
IV.2 Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto		I	
IV.3 Meios de locomoção para a execução da fiscalização		A	
IV.4 Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)		A	
IV.5 Recursos financeiros para deslocamento		A	
IV.6 Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone		PA	
IV.7 Sistema informatizado de apoio à fiscalização		MA	
IV.8 Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc.)		A	
V Em Relação a Compatibilidade entre:			
V.1 A estrutura organizacional e as competências regimentais		MA	
V.2 O Espaço físico e número de servidores		PA	
V.3 Número de FFA e os serviços a executar		PA	
V.4 Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar		A	
V.5 Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a executar		I	
V.6 Perfil dos servidores e as atribuições		A	
A condição existe e mesmo não sendo a ideal permite o desenvolvimento dos trabalhos com qualidade - Adequado		A	
A condição existente causa prejuízos a produção de resultado em quantidade e qualidade - Medianamente Adequado		MA	
A condição existe, mas as deficiências chegam a comprometer a qualidade do trabalho - Pouco Adequado		PA	
A condição existente compromete seriamente os trabalhos e inviabiliza os resultados - Inadequado		I	

Instrução sobre a Tabulação dos Dados relativos Adequação do Ambiente Institucional

Propósito – Organizar em uma única tabela os dados relativos a adequação do ambiente institucional.

Descrição de como preencher a Planilha Tabulação de Dados constante do Excel

1. Clique na célula formada pela intercessão da linha 6 com a coluna C e digite " = ".
2. Abra a Planilha "ColetaDeDados" e clique na célula formada pela intercessão da linha 7 com a coluna C e clique em Enter.

3. Repita esses procedimentos para as demais células da linha 6.
4. Encerrada essa fase clique na 1ª célula da Planilha de Tabulação (L6xCc), sombreie toda a linha. Posicione o mouse no canto inferior direito da última célula sombreada. Espere aparecer uma cruz preta (+) clique no lado esquerdo do mouse, segure e arraste até a última linha da Planilha.
5. Certifique-se de que a fórmula que transfere os dados da Planilha ColetaDeDados para Planilha, Tabulação está em todas as células e de que está correta.

Os valores registrados/tabulados na planilha Excel serão transferidos para outra planilha onde são calculados **os índices de conformidade**.

Formulário para Tabulação dos Dados sobre a Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Adequação do Ambiente Institucional														Tabulação de Dados							
SFA	X	Ano	2010																			
			Frequência de C IA e IE																			
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I Em Relação as Referências																						
I.1	Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)		A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	-	A	A	A	A	A	A	A
I.2	Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização		A	M	A	A	A	A	A	A	A	M	A	-	M	A	A	M	M	A	M	M
I.3	Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização		A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	-	PA	A	A	M	A	A	A	A
I.4	Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis		A	M	A	A	A	A	A	A	A	A	A	-	A	A	A	M	A	A	A	A
I.5	A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)		M	A	A	A	PA	M	M	M	M	M	M	-	A	A	M	A	A	A	M	M
II Em Relação a Planos de Trabalho																						
II.1	Os Planos Operativos (PO's)		A	I	M	A	A	A	PA	A	A	A	A	-	A	A	A	A	A	A	A	A
II.2	A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's		A	A	A	M	A	A	M	A	A	A	A	-	A	M	M	M	A	A	A	A
II.3	Os Planos Mensais de viagem a serviço		A	A	A	A	A	A	A	A	M	A	A	-	A	PA	A	M	A	A	A	A
II.4	A programação mensal de recursos no SIOR		A	M	A	A	A	A	A	A	A	A	A	-	A	A	A	A	A	A	A	A
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução																						
III.1	Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo		A	M	A	M	A	A	A	A	A	A	A	-	A	A	A	A	M	M	M	A
III.2	Os registros do executado por atividade		M	A	A	A	A	A	M	A	M	M	A	-	A	A	A	M	A	A	A	A
III.3	O registro no SICAR do andamento dos processos de		M	M	M	A	A	M	PA	A	A	M	A	-	I	M	M	A	M	A	A	M
III.4	O monitoramento da aplicação dos recursos		A	PA	A	A	A	A	A	A	A	A	A	-	A	A	A	M	M	A	A	A
III.5	O monitoramento do registro das metas no SIPLAN		A	PA	PA	A	A	A	A	A	A	A	A	-	A	A	A	A	A	A	A	A
III.6	A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela		M	A	PA	M	A	A	A	A	A	M	A	-	A	A	M	M	A	A	A	A
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade																						
IV.1	Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos,		A	A	PA	M	M	I	PA	M	M	M	M	-	I	PA	I	PA	PA	A	M	M
IV.2	Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto		A	PA	PA	A	A	A	M	A	PA	A	A	-	I	A	I	I	M	A	A	A
IV.3	Meios de locomoção para a execução da fiscalização		A	A	A	A	A	A	M	A	PA	A	A	-	A	A	M	A	A	A	A	A
IV.4	Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)		A	A	A	A	PA	A	A	A	A	A	A	-	A	A	M	A	A	A	A	A
IV.5	Recursos financeiros para deslocamento		A	A	A	A	A	A	M	A	A	A	A	-	A	A	A	A	A	A	A	A
IV.6	Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e		PA	A	A	A	M	PA	PA	A	M	M	A	-	A	M	I	PA	A	A	A	A
IV.7	Sistema informatizado de apoio à fiscalização		PA	M	M	PA	A	PA	PA	PA	M	PA	PA	-	A	PA	M	M	M	A	M	M
IV.8	Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores,		A	A	A	A	A	A	M	A	M	A	A	-	M	M	I	A	A	A	A	A
V Em Relação a Compatibilidade entre:																						
V.1	A estrutura organizacional e as competências regimentais		A	A	A	A	M	A	A	A	M	A	A	-	A	A	A	M	A	M	A	M
V.2	O Espaço físico e número de servidores		M	M	PA	PA	A	A	M	M	I	A	M	-	I	A	A	PA	A	I	M	A
V.3	Número de FFA e os serviços a executar		PA	M	M	A	M	PA	M	M	A	M	M	-	PA	I	I	PA	M	I	A	A
V.4	Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a		I	A	A	A	PA	PA	A	M	M	A	M	-	I	A	I	A	PA	A	A	A
V.5	Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a		M	A	PA	PA	PA	PA	PA	M	PA	M	M	-	I	A	A	I	PA	M	M	M
V.6	Perfil dos servidores e as atribuições		M	A	A	A	M	A	M	M	A	A	M	-	A	A	A	A	A	A	A	A

Adequação do Ambiente Institucional – Formulário de Cálculo

O cálculo da conformidade é feito para os três grupos de Eventos citados anteriormente, ou seja, para Adequação do Ambiente Institucional, para o Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização e para Processos Administrativos constituídos e documentos usados na fiscalização. Para este último grupo o cálculo se aplica aos processos de Registro, de Credenciamento, de Importação, de Exportação, e a Processo Administrativo de Apuração de Infração e outros documentos, como Auto de Infração, por exemplo.

Os cálculos dos índices são feitos utilizando a Planilha de Cálculo, contendo a lista de procedimentos relativos ao Evento sob exame com pesos relativos desses procedimentos. A rotina de cálculo é a seguinte:

1. - somam-se os conceitos dos procedimentos de execução do Evento registrados na Planilha de Tabulação de Dados. Isto é feito para cada um dos conceitos.
2. O índice relativo a cada um dos conceitos e para cada um dos procedimentos é calculado assim:

2.1 Somam-se os valores obtidos para todos os conceitos desse procedimento;

2.2 divide-se o valor total obtido para esse conceito pelo valor encontrado no procedimento do item 2.1 e multiplica pelo seu peso, constante da tabela.

3. Somam-se dos valores dos índices encontrados para os procedimentos e obtém-se o índice relativo ao Evento.

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhece as inconformidades e tem a medida da sua incidência no Evento sob análise. Portanto conhece os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço a que se refere o Evento, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade audita da solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

Formulário para Cálculo do Índice de Adequação do Institucional

PT 1	Procedimento de Exame da Adequação do Ambiente Institucional	Cálculo									
Atividade	Fiscalização de Insumos Agrícolas	Ano	2010				Soma (A+MA+PA+I)				19
SFA:	0	Frequência				Peso	Índices				
		A	MA	PA	I		A	MA	PA	I	
Itens de Verificação da Adequação do Ambiente Institucional											
I Em Relação às Referências											
I.1	Conhecimento do universo de atuação (Nº de fiscalizáveis)	19	-	-	-	3	3,00	-	-	-	
I.2	Uso de parâmetros para estimativa de custos da fiscalização	12	7	-	-	1	0,63	0,37	-	-	
I.3	Uso de critérios para priorização das ações de fiscalização	17	1	1	-	2	1,79	0,11	0,11	-	
I.4	Conhecimento da distribuição geográfica dos fiscalizáveis	17	2	-	-	2	1,79	0,21	-	-	
I.5	A regulação da atividade fiscal (Lei, IN, Portaria)	8	10	1	-	2	0,84	1,05	0,11	-	
II Em Relação a Planos de Trabalho											
II.1	Os Planos Operativos (PO's)	16	1	1	1	6	5,05	0,32	0,32	0,32	
II.2	A distribuição de tarefas previstas no PO's entre os FFA's	14	5	-	-	6	4,42	1,58	-	-	
II.3	Os Planos Mensais de viagem a serviço	16	2	1	-	4	3,37	0,42	0,21	-	
II.4	A programação mensal de recursos no SIOR	18	1	-	-	4	3,79	0,21	-	-	
III Em Relação ao Acompanhamento da Execução											
III.1	Sintonia da execução das tarefas com o Plano Operativo	14	5	-	-	5	3,68	1,32	-	-	
III.2	Os registros do executado por atividade	14	5	-	-	5	3,68	1,32	-	-	
III.3	O registro no SICAR do andamento dos processos de fiscalização	8	9	1	1	4	1,68	1,89	0,21	0,21	
III.4	O monitoramento da aplicação dos recursos	16	2	1	-	3	2,53	0,32	0,16	-	
III.5	O monitoramento do registro das metas no SIPLAN	17	-	2	-	3	2,68	-	0,32	-	
III.6	A avaliação da execução das atividades de fiscalização pela equipe	13	5	1	-	5	3,42	1,32	0,26	-	
IV Em Relação à Logística de Execução, Disponibilidade e Oportunidade											
IV.1	Sistema de cadastro para consulta (SICAR, estabelecimentos, produtos, multas ...)	3	8	5	3	3	0,47	1,26	0,79	0,47	
IV.2	Respaldo laboratorial para a análise de amostras de produto	11	2	3	3	2	1,16	0,21	0,32	0,32	
IV.3	Meios de locomoção para a execução da fiscalização	16	2	1	-	3	2,53	0,32	0,16	-	
IV.4	Retaguarda técnica à fiscalização de campo (FFA de plantão com conhecimento e segurança)	17	1	1	-	2	1,79	0,11	0,11	-	
IV.5	Recursos financeiros para deslocamento	18	1	-	-	3	2,84	0,16	-	-	
IV.6	Recursos de informática e de comunicação – Micro, software e telefone	10	4	4	1	2	1,05	0,42	0,42	0,11	
IV.7	Sistema informatizado de apoio à fiscalização	3	8	8	-	2	0,32	0,84	0,84	-	
IV.8	Equipamentos necessário à fiscalização (EPI, GPS, Medidores, etc.)	14	4	-	1	3	2,21	0,63	-	0,16	
V Em Relação a Compatibilidade entre:											
V.1	A estrutura organizacional e as competências regimentais	14	5	-	-	3	2,21	0,79	-	-	
V.2	O Espaço físico e número de servidores	7	6	3	3	5	1,84	1,58	0,79	0,79	
V.3	Número de FFA e os serviços a executar	4	8	4	3	6	1,26	2,53	1,26	0,95	
V.4	Número de Agente de Atividade Agropecuária e os serviços a executar	10	3	3	3	4	2,11	0,63	0,63	0,63	
V.5	Número de Agentes de Apoio Administrativo e os serviços a executar	3	7	7	2	3	0,47	1,11	1,11	0,32	
V.6	Perfil dos servidores e as atribuições	14	5	-	-	4	2,95	1,05	-	-	
						100	65,58	22,05	8,11	4,26	
Nota: Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria							100,00				

Adequação de Ambiente Institucional - Instrução sobre a Análise dos Dados

Propósito

Realizar a análise dos indicadores do desempenho operacional e produzir recomendações de atitudes administrativas na área de planejamento e de operação relativas à atividade de fiscalização de insumos agrícolas.

I - Descrição dos Procedimentos

Espaço destinado à descrição de quais foram as realizações do DFIA para que auditoria se realizasse e quais foram os esforços realizados pela equipe de auditoria. Inclui-se neste item citação da base legal e todos os demais procedimentos, incluindo, a amostragem, coleta dos dados, tabulação e processamento.

II - Interpretação dos Índices

Espaço destinado à apresentação dos valores dos índices encontrados, à descrição do seu significado e julgamento dos índices, tendo com referência aos parâmetros de comparação estabelecidos neste documento.

III -Posição relativa dos Índices

Espaço destinado à análise da evolução ocorrida nos índices ou a comparação desses índices com outros da mesma natureza.

IV. Intervenções Corretivas

Espaço destinado à citação dos procedimentos inconformes constatados para os elementos examinados e as proposições de medidas para a correção ou prevenção de cada um dos motivos de inconformidade constatada pela auditoria.

Formulário de Análise da Adequação do Ambiente Institucional

PT 1	Condições Gerais de Operação dos Serviços de Fiscalização de Insumos Agrícolas	Análise
Atividade	Fiscalização de Insumos Agrícolas	
SFA	X	Ano 2010
Descrição dos Procedimentos		
<p>Os FFAs foram todos convocados a prestarem informações acerca do ambiente de trabalho. O papel de trabalho PT1 foi entregue a esses os fiscais que preencheram espontaneamente, sob a supervisão da Equipe de Auditoria. A equipe de auditoria acompanhou os fiscais prestando os esclarecimentos necessário ao pleno entendimento do conteúdo do formulário de coleta de dados.</p>		
Interpretação dos Índices		
<p>A classificação do ambiente institucional da unidade de fiscalização de insumos agrícolas da SFA X, adotando a classificação segundo os conceitos e critérios de decisão estabelecidos pelo DFIA, foi de Medianamente Adequado ($75\% > A \geq 50\%$) uma vez que o valor encontrado para o índice de Adequação foi "A" = 65,58%.</p> <p>Foram identificadas inadequações em todos os temas abordados no levantamento, conforme apresentado no PT1, versão cálculo. As medidas das inadequações são: Medianamente Adequado, MA com 22,05%, Pouco Adequado, - PA com 8,11% e Inadequado, I com 4,26%. O fato de existirem inadequações para a totalidade dos aspectos abordados, aliado a percentual relativamente alto, cerca de 35%, deve ser motivo de alerta para os gestores do MAPA, da sede e da SFA X.</p> <p>É preciso considerar que os dados estão mostrando que os serviços na área de fiscalização de insumos agrícolas não terão como melhorar em quantidade nem em qualidade se não forem tomadas medidas que corrijam as deficiências apontadas no ambiente de trabalho.</p> <p>A pequena incidência de inadequações nas questões que tratam dos recursos financeiros, sugere que grande parte do problema pode ser resolvido com atitudes gerenciais já que predomina inconformidades aspectos relativos a logística e a pessoal.</p>		
Posição Relativa dos Índices		
<p>A unidade está sendo auditada pela primeira vez e por isso não tem parâmetro próprio para comparação do índice de adequação do seu ambiente de trabalho. Em relação a índices de conhecidos de serviço da mesma natureza os valores encontrados apresentam pequenas diferenças. Os valores de referencia são 63% para A; 22% para MA ; 9% para PA e 6 %para I.</p>		
Intervenções Corretivas		
<p>Medidas corretivas atribuídas ao DFIA e/ou ao MAPA: Revisão da legislação (sementes e mudas/ fertilizantes); no caso de mudas, agilização da normatização dos padrões; realização de concursos públicos para novos fiscais, agentes de atividade agropecuária e agentes administrativos; ampliação da rede laboratorial; implementação de sistemas informatizados de apoio à fiscalização; disponibilizar recursos financeiros para adequação da estrutura física do SEFIA-X. Medidas corretivas atribuídas ao SEFIA e/ou à SFA-X: otimizar os fiscais existentes na SFA; verificar a possibilidade de readequação do espaço físico; remanejamento dos servidores existentes (fiscais, agentes de atividade agropecuária e agentes administrativos); adequação da distribuição das atividades ao perfil de cada servidor.</p>		

Instruções de Uso do PT 2, Desempenho Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas

Propósito - Verificar a Eficiência, a Eficácia Operacional das ações de fiscalização em toda a sua extensão e medir, em particular, o desempenho no relato de processos administrativos de apuração das infrações fiscais.

Campos do PT 2 a Preencher

1 - Atividade – O nome da Atividade está registrado nos formulários (Fiscalização de Agrotóxicos e Afins / Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes / Fiscalização de Sementes e Mudanças).

2 - SFA – Registrar a sigla da Unidade da Federação onde se localiza a Superintendência

3 - Ano – Registrar o ano de realização da auditoria

4 Item I - Abrangência da Fiscalização – refere-se ao que é fiscalizável

4.1 Itens I.1 – Estabelecimentos (Produtor e/ou comercial). Verifique no Plano Operativo da Atividade – P O, quais e quantos são os agentes do agronegócio registrados/cadastrados/credenciados no MAPA e que atuam na atividade na UF e registre no espaço próprio esses dados.

Registre também o percentual de cada um deles que é objeto da fiscalização.

4.2 – Item I.2 – Produto. Verifique no Plano Operativo da Atividade – P O se o Serviço de Fiscalização/SFA atua na fiscalização de produto. Se o Serviço atua, então identifique esses produtos e registre o nome dos cinco (5) principais. Para cada um deles registre a produção/consumo, o volume que se previu amostrar e o percentual em volume que se previu fiscalizar

5 – Item II - Execução da Fiscalização

5.1 – Itens II.2 a II.5 - Execução Física – Registre no espaço próprio os valores programados e executados.

5.2– Item III Execução Orçamentária/Financeira - Registre no espaço próprio os valores programados e executados relativos aos itens III.1 e II.2

6 - Os dados do item IV são calculados

7 - Nome do FFA-auditor – Registre o nome do FFA – auditor responsável pelo registro dos dados.

8 - Data : Registre a data de realização da entrevista/coleta dos dados.

Formulário para Coleta de Dados e Cálculo do Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização

PT 2	Desempenho na Execução da Fiscalização					Coleta e Cálculo e Cálculo	
PT 2.2	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes						
SFA	x	Ano	2010				
I – Abrangência da Fiscalização							
I.1 Estabelecimento	Ano 2009			Ano 2008			
	Universo	Cobertura	% Cobertura	Universo	Cobertura	% Cobertura	
I.1.1 Estabelecimento Produtor	147	73	49,66	140	118	84,29	
I.1.2 Estabelecimento Importador	20	4	20,00	15	8	53,33	
I.1.3 Estabelecimento Comercial	220	20	9,09	216	38	17,59	
I.1.4 Estabelecimento Cadastrado	8	1	12,50	3	2	66,67	
I.2 Produto	Volume de Produto			Volume de Produto			
	Consumido*/	Amostrado	% Cobertura	Consumido*/ Produzido**	Amostrado	% Cobertura	
I.2 Fertilizante Mineral Simples/Complexo Sólido*	6.000.000	25.440,97	0,42	6.000.000	105.323	1,76	
I.2 Fertilizante Mineral Misto Sólido*	2.800.000	206,61	0,01	2.800.000	259.782	9,28	
I.2 Fertilizante Orgânico/Organomineral Sólido**	180.000	1.497,00	0,83	180.000	3.824	2,12	
I.2 Corretivo**	2.540.000	63.550,00	2,50	2.540.000	25.338	1,00	
I.2 Inoculante** (Produção + Importação)	13.000.000	7.800,00	0,06	13.000.000	4.922.694	37,87	
II - Execução da Fiscalização							
Produto - Programado/Executado	Ano 2009			Ano 2008			
	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho (%)	
II.1 Fiscalização (II.2 + II.3)	475	285	60,00	854	959	112,30	
II.2 Fiscalização em Estabelecimento	184	90	48,91	350	270	77,14	
II.3 Fiscalização em Produto	291	195	67,01	504	689	136,71	
II.4 Autos de Infração Emitidos		153	53,68		120		
II.5 Processo Julgado em 1ª Instância		128	83,66		193	160,83	
II.5 Processo Julgado em 2ª Instância		10	7,81		37	19,17	
III - Execução Orçamentária/Financeira	Programado	Realizado	Desempenho	Programado	Realizado	Desempenho (%)	
	72.430,00	35.710,05	49,30	172.970,08	139.515,99	80,66	
III.1 Total do Orçamento (R\$)	Descentralizado	Empenhado	Desempenho (%)	Descentralizado	Empenhado	Desempenho (%)	
		33.455,00	-		133.000,00	-	
III.2 Recurso de Custeio Executado	Programado	Realizado	Desempenho (%)	Programado	Realizado	Desempenho (%)	
	72.430,00	33.455,00	46,19	159.970,08	120.000,00	75,01	
IV - Indicadores de Desempenho							
IV.1 Custo da Fiscalização (R\$)			371,72			444,44	
IV.2 - Eficácia fiscal (%)			53,68			12,51	
IV.3 - Eficácia operacional fiscalização			0,60			1,12	
IV.4 - Eficiência operacional			1,30			1,50	

Desempenho Operacional - Instrução sobre a Análise

O Propósito é realizar a análise dos indicadores do desempenho Operacional e produzir recomendações de atitudes administrativas na área de planejamento relativas a atividade de fiscalização de insumos e serviços agrícolas.

I - Descrição dos procedimentos

Espaço destinado à descrição de como a amostra foi calculada e como os dados foram coletados, tabulados e processados.

II - Interpretação dos índices

Espaço destinado à apresentação dos valores dos índices encontrados, à descrição do seu significado e julgamento dos índices, tendo com referência aos parâmetros de comparação estabelecidos no Manual de Auditoria.

III - Posição relativa dos índices

Espaço destinado à análise da evolução ocorrida nos índices ou a comparação desses índices com outros da mesma natureza.

IV. Intervenções corretivas

Espaço destinado às proposições de medidas para a correção de cada um dos motivos de inconformidade constatada pela auditoria.

Formulário para a Análise Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização

PT 2	Desempenho na Execução da Fiscalização		Análise
PT 2.2	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes		
SFA	x	Ano	2010
Descrição dos Procedimentos			
Consulta a sistema de acompanhamento mantido pela CFIC/DFIA para a coleta dos dados. Em seguida foram realizados os cálculos dos índices.			
Interpretação dos Índices			
Ano de 2009, o custo da fiscalização foi inferior ao do período anterior demonstrando uma melhoria na aplicação dos recursos. A eficácia fiscal, com valor calculado de 53,68% indica que o passivo de processo de fiscalização está aumentando, apesar do índice ter melhorado em relação ao ano anterior que foi de 12,51%. O desempenho operacional foi ineficaz dado que o valor $E_c = 0,60$, além de ter sido inferior ao do ano anterior. A eficiência operacional encontrada foi superior ao previsto, $E_f = 1,30$ o que corresponde a uma previsão de despesas muito superior à realizada. É uma situação peculiar porque a baixa execução orçamentária é acompanhada de uma baixa execução física em valores muito aproximados.			
Posição Relativa dos Índices			
O custo da fiscalização em 2009 foi inferior ao de 2008; entretanto. A eficácia da fiscalização caiu em 2009 quando comparada a do ano de 2008, significando um passivo de processos maior. Os índices de eficácia de 2009, $E_c = 0,6$ e de eficiência, $E_f = 1,3$ caíram em relação a 2008 Quando os índices encontrados foram de $E_c = 1,12$ e $E_f = 1,5$.			
Intervenções Corretivas			
Com relação ao passivo de processos, a realização de esforços concentrados para a relatoria de processos autuados no sentido de zerar o passivo e normalizar o serviço de fiscalização é uma das medidas. A outra é alertar os FFAs quanto ao fato de que uma fiscalização de campo que dá origem a um Auto de Infração só termina com o arquivamento do processo que este Auto gerou. Esse alerta ajudará, com certeza na melhoria dos procedimentos de fiscalização de campo e facilitará os procedimentos posteriores. Com relação aos índices de eficácia e de eficiência é preciso aprofundar a análise no sentido de esclarecer onde estão as razões do descompasso da programação com execução, tanto física quanto financeira.			

Instruções de Uso do PT 3.1, Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

Propósito - Verificar conformidade dos procedimentos de registro de estabelecimentos identificando os motivos de eventuais inconformidades constatadas.

Campos do PT3.1 a Preencher (Aplicável ao PT3.1 ao PT3.9 e PT3.11 ao PT3.16. O PT 3.10 não tem a opção IA)

0 – Tipo de Estabelecimento/Nº do Processo/Nome do Estabelecimento – Assinale com “X” o tipo e registre os dados relativos ao nº e nome

I - Atividade – Registre o nome da Atividade que está sendo objeto de análise (Fiscalização de Agrotóxicos e Afins / Fiscalização de Serviços Agrícolas / Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes / Fiscalização de Sementes e Mudanças).

II - SFA – Registrar a sigla da Unidade da Federação onde se localiza a Superintendência

III - Ano – Registrar o ano de realização da auditoria

IV - Itens de Verificação da conformidade do registro de estabelecimento produtor de fertilizantes

1 – Verifique se o procedimento a que se refere o item do PT 3.1 está no documento e proceda da seguinte forma:

1.1 Está. Neste caso examine o seu conteúdo.

1.2 - Não está. Neste caso registre IA (Inconforme por Ausência) na linha/coluna correspondente

1.3 – Está no documento e está correto. Neste caso, registre C (Conforme) na linha/coluna correspondente

1.4 – Está no documento, mas contém erro de elaboração. Neste caso registre IE (Inconforme por Erro) na linha/coluna correspondente e descreva o motivo da inconformidade constatada.

V - Nome do FFA-auditor – Registre o nome do FFA – auditor que analisou o documento/processo e preencheu o PT 3.1 Coleta

VI - Data : Registre a data de realização da entrevista

A lógica para exame dos demais procedimentos fiscais é a mesma do Registro de fertilizantes

Formulário para a Coleta de Dados sobre Procedimento de Registro de Estabelecimentos Produtor de Fertilizantes (Um exemplo)

PT3.1 Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes		Coleta de Dados	
Tipo de Estabelecimento		Produtor de Fertilizantes e Afins	
SFA	X	Ano	2010
Itens de Verificação da Conformidade		C/IA/IE	Descrição do Motivo da Inconformidade por Erro (IE)
I Em Relação à Constituição do Processo			
I.1 Preenchimento do Requerimento	IE	Sem figurar a atividade de produtor de fertilizante	
I.2 Numeração de folhas e rubrica	IE	Folhas sem nº, numeração rasurada e erro de numeração	
I.3 Anulação das folhas em branco - Carimbo	IA		
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequência	C		
I.5 Autenticidade dos documentos	C		
I.6 Termos de Juntada	C		
II Em Relação à Documentação			
II.1 Documentos do Estabelecimento			
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente	IE	Ausência de objeto de produção de fertilizantes no Contrato Social	
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal	C		
II.1.3 Licença do órgão ambiental	C		
II.1.4 Inscrição no conselho de classe	C		
II. 2 Planta Baixa			
II.2.1 Instalações	IE	Ausência de croqui das instalações	
II.2.2 Equipamentos	IA		
II.3 Descrição de Produtos			
II.3.1 Nome, tipo e natureza física	C		
II.3.2 Marcas	C		
II.3.3 Origem das matérias-primas	C		
II.4 Descrição de Procedimentos			
II.4.1 - Métodos ou processos de produção	C		
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade/manutenção e calibração de equipamentos	C		
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta	IA		
II.6 Identificação do Responsável Técnico	C		
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade	C		
III Tramitação do processo			
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo	C		
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo	C		
III.3 Parecer técnico	C		
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento	C		
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento	C		
Nome do FFA-Auditor	Data		

Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes - Tabulação de Dados

Propósito – Organizar em uma única tabela os dados relativos ao registro

Descrição de Como Preencher a Tabela - Este procedimento é válido para formulários, PT 1, PT 3.1 a PT 3.9 e PT 3.11 a PT 3.16

1º - Numere o formulário de coleta de dados no seu **canto superior direito com o nº 1**. Feito isto transcreva os dados desse formulário para a coluna de nº 1 do

formulário de tabulação de dados. No caso observe as seguintes recomendações:

2º - Transcreva os dados do formulário de coleta (C, IA ou IE) para uma única coluna do formulário de tabulação.

No caso do O PT 3.10 os dados de uma coluna do formulário de coleta são transcritos para uma linha do formulário de tabulação.

Nota:

Os valores registrados/tabulados na planilha Excel serão transferidos automaticamente para outra planilha onde são calculados os índices de conformidade.

Dados sobre Procedimentos de Registro de Estabelecimentos Produtor de Fertilizantes

PT. 3.1	Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes										Tabulação de Dados	
Atividade	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes											
FFA	X					Ano					2010	
Itens de Verificação da Conformidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
I Em Relação à Constituição do Processo												
I.1 Preenchimento do Requerimento	C	C	C	C	C	IE	C	C	C	C	IE	
I.2 Numeração de págnas e rubrica	IE	IE	C	C	IE	IE	C	C	C	C	IE	
I.3 Anulação das páginas em branco - Carimbo	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	C	
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Sequencial	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
I.5 Autenticidade dos documentos	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
I.6 Termos de Juntada	C	C	C	C	C	C	C	C	C	IA	C	
II Em Relação à Documentação												
II.1 Documentos do Estabelecimento												
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente	C	C	C	C	IE	C	C	C	C	C	C	
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.1.3 Licença do órgão ambiental	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.1.4 Inscrição no conselho de classe	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.2 Planta Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
II.2.1 Instalações	C	C	C	C	C	IE	C	C	C	C	C	
II.2.2 Equipamentos	C	C	C	C	IA	C	C	C	C	C	C	
II.3 Descrição de Produtos												
II.3.1 Nome, tipo e natureza física	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.3.2 Marcas	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.3.3 Origem das matérias-primas	C	C	C	C	C	C	C	C	C	IA	C	
II.4 Descrição de Procedimentos												
II.4.1- Métodos ou processos de produção	C	C	C	C	C	C	IA	C	IA	C		
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta	C	C	C	C	IA	C	C	C	C	C	C	
II.6 Identificação do Responsável Técnico	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	IE	
III Tramitação do processo												
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
III.3 Parecer técnico	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	

Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes – Formulário para Cálculo dos Índices

O cálculo da conformidade é feito para os três grupos de Eventos citados anteriormente, ou seja, para Adequação do Ambiente Institucional, para o Desempenho Operacional na Execução da Fiscalização e para Processos Administrativos constituídos e documentos usados na fiscalização. Para este último grupo o cálculo se aplica aos processos de Registro, de Credenciamento, de Importação, de Exportação, e a Processo Administrativo de Apuração de Infração e outros documentos, como Auto de Infração, por exemplo.

Os cálculos dos índices são feitos utilizando a Planilha de Cálculo, contendo a lista de procedimentos relativos ao Evento sob exame com os pesos relativos desses procedimentos. A rotina de cálculo é a seguinte:

- 1 - somam-se os conceitos dos procedimentos de execução do Evento registrados na Planilha de Tabulação de Dados. Isto é feito para cada um dos conceitos.

- 2 O índice relativo a cada um dos conceitos e para cada um dos procedimentos é calculado assim:
 - 2.1 – Somam-se os valores obtidos para todos os conceitos desse procedimento;
 - 2.2 - divide-se o valor total obtido para esse conceito pelo valor encontrado no procedimento do item 2.1 e multiplica pelo seu peso , constante da tabela.
- 3 Somam-se dos valores dos índices encontrados para os procedimentos e obtém-se o índice relativo ao Evento.

Após a realização desses cálculos a equipe de auditoria conhece as inconformidades e tem a medida da sua incidência no Evento sob análise. Portanto conhece os procedimentos que afetam negativamente a qualidade do serviço a que se refere o Evento, inclusive a sua frequência e a sua relevância.

É este o momento oportuno para que o coordenador da equipe de auditoria formalize, por meio de expediente escrito, dirigido ao chefe da unidade audita da solicitação de esclarecimentos para as inconformidades constatadas.

Formulário de Cálculo do Índice de Conformidade do de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT. 3.1		Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes			Cálculo							
Atividade					Soma (C+IA+IE)			10				
SFA	X	Ano	-		Frequência		Peso	Índice				
Itens de Verificação da Conformidade					C	I A	IE	C	I A	IE		
I Em Relação à Constituição do Processo												
I.1 Preenchimento do Requerimento					8	-	2	4	3,20	0,00	0,80	
I.2 Numeração de páginas e rubrica					5	-	5	4	2,00	0,00	2,00	
I.3 Anulação das páginas em branco - Carimbo					1	9	-	4	0,40	3,60	0,00	
I.4 Obediência à ordem cronológica dos fatos - Seqüência					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
I.5 Autenticidade dos documentos					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
I.6 Termos de Juntada					9	1	-	4	3,60	0,40	0,00	
II Em Relação à Documentação												
II.1 Documentos do Estabelecimento												
II.1.1 Contrato ou Instrumento Social ou equivalente					9	-	1	4	3,60	0,00	0,40	
II.1.2 Inscrições: Federal, Estadual e Municipal					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
II.1.3 Licença do órgão ambiental					10	-	-	5	5,00	0,00	0,00	
II.1.4 Inscrição no conselho de classe					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
II.2 Planta Baixa												
II.2.1 Instalações					9	-	1	3	2,70	0,00	0,30	
II.2.2 Equipamentos					9	1	-	4	3,60	0,40	0,00	
II.3 Descrição de Produtos												
II.3.1 Nome, tipo e natureza física					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
II.3.2 Marcas					10	-	-					
II.3.3 Origem das matérias-primas					9	1	-	4	3,60	0,40	0,00	
II.4 Descrição de Procedimentos												
II.4.1 Métodos ou processos de produção					8	2	-	4	3,20	0,80	0,00	
II.4.2 Sistemas de controle de qualidade / manutenção e calibração de equipamentos					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
II.5 Marcação de Embalagem /Rótulo /Etiqueta					9	1	-	4	3,60	0,40	0,00	
II.6 Identificação do Responsável Técnico					10	-	-	5	5,00	0,00	0,00	
II.7 Laboratório para Controle de Qualidade					9	-	1	4	3,60	0,00	0,40	
III Tramitação do processo												
III.1 Comunicou corretamente as fases do processo					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
III.2 Observou a hierarquia na tramitação do processo					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
III.3 Parecer técnico					10	-	-	4	4,00	0,00	0,00	
III.4 Laudo de vistoria do estabelecimento					10	-	-	5	5,00	0,00	0,00	
III.5 Emitiu o Certificado de Registro de Estabelecimento					10	-	-	6	6,00	0,00	0,00	
								100	90,10	6,00	3,90	
Nota : Para a análise da Conformidade consulte os Critérios de decisão no Manual de Auditoria									100			

Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizante – Instrução sobre a Análise

Propósito – Realizar a análise dos indicadores do desempenho Operacional e produzir recomendações de atitudes administrativas na área de registro/cadastro relativas à atividade de fiscalização de insumos agrícolas.

Preenchimento do PT.3.1

I - Descrição dos procedimentos

Espaço destinado à descrição de como a amostra foi calculada e como os dados foram coletados, tabulados e processados.

II - Interpretação dos índices

Esse espaço destina-se à apresentação dos valores dos índices encontrados, à descrição do seu significado. É nesse espaço que se julga os índices tendo como referência aos parâmetros de comparação estabelecidos por convenção no Manual de Auditoria..

III - Posição relativa dos índices

Espaço destinado à análise da evolução ocorrida nos índices ou a comparação desses índices com outros da mesma natureza.

IV - Intervenções corretivas

Espaço destinado às proposições de correção para as inconformidades constatadas pela auditoria.

Análise da Conformidade do Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes

PT. 3.1	Procedimentos de Registro de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes			Análise
SFA	X	Ano	2010	
Descrição dos procedimentos				
Do universo de 35 processos de registro de estabelecimentos produtores de fertilizantes na SFA “X”, segundo consulta prévia realizada no SIPE, definiu-se uma amostra de 10 processos, conforme definido nos “Procedimentos de Auditoria” definido pelo DFIA. A partir daí lavrou-se Termos de Requisição de Informações dirigido ao auditado. De posse desses processos foi realizada a coleta e processamento dos dados usando as versões do formulários PT3.1 de análise de conformidade.				
Interpretação dos índices				
O serviço de registro de estabelecimento produtor de fertilizantes obtiveram a classificação de Adequado, segundo os conceitos e critérios de referência, uma vez que o índice de conformidade “C” encontrado foi de 90,10%. A Inconformidade por Ausência foi de 6,0% e a Inconformidade por Erro foi 3,9%. As inconformidade ocorreram na quase totalidade no bloco de procedimentos referentes a constituição de processos com 17 ocorrência e no bloco referente à documentação, portanto, existem inconformidades em dois dos três blocos.				
Posição relativa dos índices				
O índices de conformidade encontrado para o serviço de registro de estabelecimento produtor de fertilizantes da SFA X no valor de 90,10% além da classificação de Adequado encontra-se próximo ao limite superior dos índices encontrados para outras Superintendências auditadas.				
Intervenções corretivas				
As questões que necessitam de intervenções corretivas por parte dos órgão competentes da Superintendência são: I.1 Preenchimento do Requerimento; I.2 Numeração de páginas e rubricas; I.3 Atenção quanto a documentos que necessariamente teriam que estar no processo e que não estão. Há necessidade de orientar todos os servidores do setor sobre a exigência de correto preenchimento do formulário de requerimento estabelecido pelo MAPA e quanto a instrução dos processos. Atentar para a correta numeração de páginas, rubricas e uso do carimbo “BRANCO” para a anulação de páginas que estão em branco. Recomenda-se responsabilizar um FFA pela revisão geral dos Processos antes da emissão do certificado ao requerente. No caso só se emite o certificado com a constituição e instrução correta do processo, ou seja, 100% dos documentos apresentados, já que o requerente tem de apresentar 100% dos documentos exigidos.				

5 Providências Finais

Encerrados os trabalhos de levantamento de dados e análise dos resultados, restam os seguintes procedimentos:

1- A elaboração, apresentação e entrega, pelo Coordenador da Equipe de Auditoria, do relatório de auditoria ao responsável pelo órgão auditado

O conteúdo desse relatório deve refletir o que foi produzido pela equipe de auditoria. Precisa ser objetivo, mas sem omitir elementos informativos que auxiliem o auditado na compreensão do que foi feito e dos resultados na sua essência.

O relatório de auditoria deve explicitar as inconformidades e as correspondentes medidas a serem adotadas pelo auditado no sentido de eliminá-las.

2 – As recomendações ao auditado podem ser atitudes corretivas ou recomendações de que seja elaborado e apresentado, ao DFIA, um plano de gestão nesse sentido.

3 – Entrega, ao Diretor do DFIA do relatório final de auditoria, com recomendações de procedimentos.

VII RELATÓRIO DE AUDITORIA - Um exemplo

Este tópico foi introduzido nesta edição por recomendação de participantes dos cursos de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas promovido pelo DFIA em junho e julho de 2010. Participaram dos cursos Fiscais Federais Agropecuários de diversas Superintendência Federais de Agricultura, todos eles indicados pelas coordenações técnicas. Em cada um dos dois foram produzidas recomendações de melhoria do texto, sendo uma delas a de que fosse incorporado um tópico que servisse de referência para os iniciantes no momento de elaboração de um relatório de auditoria.

Este tópico é reprodução do texto produzido por um dos 12 Grupos de Trabalho constituídos durante os cursos de auditoria citados anteriormente, com a ressalva de que os nomes dos integrantes foram excluídos. Esses cursos foram desenhados de forma que a sua quase totalidade fosse dedicada ao desenvolvimento de trabalhos prático de execução de auditorias onde cada grupo representava um Equipe de Auditoria.

Cada um dos grupos realizou todas as etapas de uma auditoria tendo por referência a versão anterior deste documento e os expedientes de comunicação e papéis de trabalho, disponibilizados na forma impressa e em meio eletrônico. Simulou-se entrevistas entre os participantes para exame da Adequação do Ambiente Institucional e foram distribuídos cópias de exemplares de Eventos (Processos) para a simulação dos diversos segmentos de uma auditoria.

Entre os 12 trabalhos produzidos nos cursos elegeu-se, ao acaso um deles. Este figura como espelho nesta versão dos Procedimento de Auditoria, com a ressalva de que as auditorias que resultaram nos Relatórios foram simuladas, mas apenas em relação a figura do auditado, porque todos os Eventos auditados constituem procedimentos executados por uma unidade de fiscalização de insumos agrícolas, portanto, os dados reais.

Espelho de Relatório de Auditoria MAPA nº 01/2010

Relatório elaborado por um dos GTs
do Curso “Auditoria Operacional na Fiscalização
de Insumos Agrícolas”, promovidos pelo DFIA no ano de 2010.

I. Fato Motivador e Base Legal

Conforme estabelece o Decreto nº 7.127, art. 11 de 14/03/2010, compete ao DFIA promover auditorias técnico fiscal e operacional das atividades de sua competência.

A Portaria SDA nº 46, de 13/02/2009 instituiu a auditoria técnico e operacional no âmbito das atividades de fiscalização de insumos e serviços agrícolas.

A Portaria SDA nº 271, de 30/07/2009 estabeleceu os procedimentos de auditoria técnica fiscal e operacional das atividades de fiscalização de insumos agrícolas, instituída pela Portaria SDA nº 46/2009.

O Termo de Constituição da Auditoria DFIA/SDA/MAPA nº 01/2010 designou a equipe de auditoria abaixo apresentada, coordenada pelo primeiro, no Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) da Superintendência Federal de Agricultura do Estado de X. O mesmo Termo estabeleceu o período de 19 a 31/07/2010 para a realização da auditoria, sendo a pré-auditoria estabelecida para ser realizada no período de 19 a 24/07/10 em Brasília.

A realização de auditoria operacional de rotina no SEFIA/X se faz necessária uma vez que a auditoria nos Serviços de Fiscalização de Insumos Agrícolas é uma das prioridades estabelecidas pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) para o ano de 2010.

O Termo de Notificação da Auditoria nº 01/2010 informou ao Chefe do SEFIA/X e ao Superintendente de Agricultura/X da realização da auditoria no SEFAG/X no período de 26 a 31 de julho de 2010.

II. Pré-auditoria

No período de 19 a 21/07/10, em Brasília, foi realizada pré-auditoria no GAB/DFIA/SDA.

Inicialmente o Diretor do DFIA deu boas vindas aos auditantes nomeados, informando os objetivos da auditoria. Iniciou-se os trabalhos de auditoria com a emissão do Termo de Abertura dos Trabalhos DFIA/SDA/MAPA nº 03/2001” assinado pelo Coordenador da Equipe, o FFA ..Foi adotado como Plano de Auditoria o seguinte cronograma de trabalho:

1. Nivelamento, Organização de dados – período de 19 a 21/07/2010, em Brasília;
2. Instalação e abertura - dia 22/07/2010, na SFA;
3. Exame dos eventos amostrados (tabulação, índice e cálculo) – período de 23 a 27/07/2010, na SFA;
4. Elaboração do Relatório de Auditoria – período de 28 e 29/07/2010, na SFA;
5. Apresentação do Relatório à autoridade da SFA e reunião de encerramento - dia 30/07/2010, na SFA;

As planilhas relativas ao desempenho na execução foram preenchidas tendo por base os sistemas de acompanhamento mantidas pelas áreas técnicas do DFIA, como o SICAR.

A análise das metas programadas para as atividades de fiscalização de insumos agrícolas foi realizada com base no conhecimento do universo relativo às três áreas afins: sementes e mudas, fertilizantes, corretivos e inoculantes e agrotóxicos.

Durante a pré-auditoria foram selecionados os seguintes eventos:

a) Adequação do Ambiente Institucional

Do universo de 50 (cinquenta) FFA’s que estão lotados na sede do SEFIA/X foram selecionados ao acaso 13 (treze) FFA’s que atuam na área de sementes e mudas, 13 (treze) FFA’s que trabalham na área de agrotóxicos e afins e 13 (treze) FFA’s que trabalham na área de fertilizantes, corretivos e inoculantes totalizando uma amostra de 36 FFA’s.

b) Desempenho Operacional na execução das atividades de fiscalização- (PI’s –FISCALSEM; FISFECOI e FISAGROTOX)

- ✓ Universo: 3

- ✓ Amostra: 3

c) Processos de Registro de Estabelecimento- Fertilizantes, corretivos e Inoculante

- ✓ Consulta realizado no SIPE, resultou nos seguintes dados:
 - ✓ Universo: 150
 - ✓ Amostra: 10*

d) Processos de Registro de Produto - Fertilizantes, corretivos e Inoculantes

Definiu-se que os processos seriam obtidos de forma aleatória nos arquivos da SFA-MG. Previamente foi realizado consultas no SICAR para definição do tamanho da amostra.

- ✓ Universo: 300
- ✓ Amostra: 10*

e) Processos Administrativos de Apuração de Infração

- ✓ Universo: 230
- ✓ Amostra: 36* (12 sementes, 12 agrotóxicos e 12 fertilizantes)

f) Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM

- ✓ Universo: 144
- ✓ Amostra: 11*

g) Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM

- ✓ Universo: 111
- ✓ Amostra: 10*

h) Processos de Inscrição de Campos de Sementes

- ✓ Universo: 55
- ✓ Amostra: 11*

i) Processos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos

- ✓ Universo: 223
- ✓ Amostra: 10*

III. Procedimentos de Execução da Auditoria

A auditoria foi realizada nos dias 26 a 31/07/10. No dia 26/07/10 os auditores se apresentaram ao Superintendente de Agricultura da SFA-X, o Sr., e à sua equipe conforme citado abaixo:

- a. **Diretor de Defesa Agropecuária:**
- b. **Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas:**
- c. **Responsável Técnico do PI-FISFECOI:**
- d. **Responsável Técnico do PI-FISAGROTOX:**
- e. **Responsável Técnico do PI-FISCALSEM:**

Na oportunidade foi emitido o Termo de Requisição de Informação nº 02/2010 para do Chefe do SEFIA/X, solicitando a presença de 36 FFA's para responder pesquisa no dia 30/07/10 pela manhã, assim como solicitou os processos e dados que serão analisados.

Inicialmente foi realizada uma breve explanação sobre os objetivos e procedimentos da auditoria para os servidores presentes na abertura dos trabalhos de auditoria.

Durante a auditoria foram analisados os seguintes eventos para auditoria:

III.1. Interpretação dos índices

a) Adequação do Ambiente Institucional:

A pesquisa foi realizada através do preenchimento individual do papel de trabalho 1 (PT1) sob a supervisão da Equipe de Auditoria. Quando solicitado, os Auditores prestaram esclarecimentos sobre os itens questionados.

Quanto a distribuição dos resultados, os índices ficaram distribuídos da seguinte forma: adequado = 65,46%; medianamente adequado = 22,14%; pouco adequado = 9,00%; inadequado = 3,40%.

O exame da adequação do ambiente institucional é interpretado como medianamente adequada, pois os dados apontam adequação inferior a 75% e superior a 50%.

Verificou-se um aumento na adequação do ambiente institucional em relação aos índices de referência anteriores, que registraram 63% de adequação.

Embora se encontre fora do índice estatístico de adequação (65,46%) vale também observar que os índices de medianamente adequado se distribui por todos os blocos auditados, sendo que os índices de pouco adequado e inadequado têm suas concentrações nos itens de verificação em relação à logística de execução, disponibilidade e oportunidade, bem como naqueles referente a relação da Compatibilidade entre a estrutura física, os recursos humanos, o perfil dos servidores e os serviços a executar. A principal deficiência está relacionada ao número de Fiscais Federais Agropecuários, seguidos de Agentes de Apoio Administrativo. Essa limitação de recursos humanos causa prejuízos à produção de resultado em quantidade e qualidade.

b) Desempenho Operacional na execução das atividades de fiscalização- (PI's –FISCALSEM; FISFECOI e FISAGROTOX)

- Agrotóxicos e Afins:

A análise do índice de eficácia fiscal (1,23) permite concluir que o desempenho operacional da unidade foi acima do previsto, significando que foram realizados mais julgamentos de processos do que instaurados novos no período considerado e que o passivo está sendo reduzido. Em relação à eficácia operacional (1,10), o desempenho operacional ficou acima do previsto, ou seja, o realizado superou a programação inicial. Em relação à eficiência da fiscalização, o índice de 0,89, indica que o desempenho operacional da unidade auditada foi ineficiente, podendo ter havido aumento nos custos da fiscalização ou alocação de recursos desnecessários.

- Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos:

O custo da fiscalização no período de 2009 foi inferior ao do período anterior. A análise do índice de eficácia fiscal (0,84) permite concluir que o desempenho operacional da unidade foi abaixo do ano anterior, significando que aumentou o número de processos a serem julgados.

A eficácia operacional foi de 0,6 indicando desempenho operacional ineficaz, com esforço executado abaixo do previsto.

A eficiência operacional foi de 1,30, o que indica desempenho operacional acima do previsto, procedimentos corretos, mas dispensáveis.

- Sementes e Mudas:

Devido a ausência de dados referentes à execução orçamentária e financeira a análise se restringiu ao indicador de eficácia fiscal e eficácia da fiscalização do ano de 2010. A análise do índice de eficácia fiscal (0,78) permite concluir que o desempenho operacional da unidade foi ineficaz, com esforço executado abaixo do previsto, significando que foram julgados menos processos do que instaurados novos, no período considerado e que o passivo está sendo aumentado. Em relação a eficácia operacional (1,23), o desempenho operacional ficou acima do previsto, ou seja, o realizado superou a programação inicial. No entanto, não é possível a análise da eficiência por indisponibilidade de dados financeiros/orçamentários, não permitindo concluir se os recursos foram utilizados adequadamente. Portanto, não se pode concluir pela adequação ou não deste índice.

c) Análise de Processos de Registro de Estabelecimento- Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

A avaliação da conformidade dos processos administrativos de registro de estabelecimento área de fertilizantes, corretivos e inoculantes resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 90,10% conforme;
- ✓ 6,0% inconformidade por ausência; e
- ✓ 3,9% inconformidade por erro.

Conclui-se que os procedimentos de registro de estabelecimentos são considerados adequados. Os pontos de inadequação observados foram: a ausência de anulação das páginas em branco na maioria dos processos analisados e erro na numeração de páginas em 50% dos processos analisados.

d) Análise de Processos de Registro de Produto - Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Foi realizada a retirada aleatória dos processos do arquivo.

A avaliação da conformidade dos processos administrativos de registro de produtos da área de fertilizantes, corretivos e inoculantes resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 83,9% conforme;
- ✓ 9,3% inconformidade por ausência; e
- ✓ 3,8% inconformidade por erro.

Conclui-se que os procedimentos de registro de produtos são considerados medianamente adequados. Os pontos de inadequação observados foram: a ausência de anulação das páginas em branco e erro na numeração de páginas; falta de comunicação de fases processuais ao interessado; e a falta de juntada dos Certificados de Registro de Produto ao processo.

e) Análise de Processos Administrativos de Apuração de Infração

Foram amostrados de forma aleatória e analisados 36 processos que estavam presentes no arquivo da SFA-MG.

O exame dos processos administrativos consistiu da verificação da constituição e instrução, da veracidade dos elementos informativos e documentais exigidos nas normas legais.

A avaliação da conformidade dos processos administrativos de apuração de infração fiscais resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 81,31% conforme;
- ✓ 9,40% inconformidade por ausência; e
- ✓ 9,29% inconformidade por erro.

O índice de conformidade de 81,31% caracteriza-se como medianamente adequado, segundo os critérios de avaliação definidos no manual de auditoria operacional.

Verificou-se que as inconformidades se concentraram na elaboração de peças processuais no que diz respeito ao preenchimento do Auto de Infração, Termo de Fiscalização, a ausência do relatório do SICAR e elaboração do relatório de instrução em 1ª instância. Quanto à condução do processo constatou-se a não observância dos prazos de defesa e de tramitação, além da falta de arquivamento dos processos concluídos.

f) Análise de Processos de Inscrição de Agentes no RENASEM

A avaliação dos procedimentos de Inscrição de Produtores no RENASEM resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 81,5% conforme;
- ✓ 14,0% inconformidade por ausência; e

- ✓ 4,5% inconformidade por erro.

O valor de conformidade 81,5% traduz os procedimentos de Inscrição de Agentes no RENASEM, na referida SFA são considerados medianamente adequados. Desse modo vale admitir que o Índice por ausência (IA) ficou estabelecido em 14,0% e a inconformidade por erro resultou em 4,5%. Observa-se que a inconformidade por erro ficou mais evidentemente no item referente ao Requerimento de Inscrição, enquanto que a inconformidade por ausência ficou evidentemente concentrada nos seguintes itens: Anulação de páginas em branco - Carimbo e Vistoria prévia.

g) Análise de Processos de Credenciamento de Agentes no RENASEM

A avaliação dos procedimentos de Credenciamento de Agentes no RENASEM resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 88,00% conforme;
- ✓ 5,00% inconformidade por ausência; e
- ✓ 7,00% inconformidade por erro.

Tomando como base o critério de decisão estabelecido para o evento verificou-se que os procedimentos de credenciamento de RT no RENASEM estão medianamente adequados, segundo os critérios de avaliação definidos no manual de auditoria operacional.

Verificou-se que as inconformidades se concentraram na constituição do Processo no que diz respeito ao preenchimento do Requerimento, Numeração de folhas e rubricas, Anulação de folhas em branco, Obediência à Ordem Cronológica - Sequencial e Autenticidade dos Documentos. Quanto à Relação à Documentos do Credenciado, constatou-se erro no Requerimento do credenciamento e a falta de Comprovante de pagamento da taxa correspondente.

h) Análise de Processos de Inscrição de Campos de Sementes

A avaliação dos Procedimentos de Inscrição de Campos de Sementes, Viveiro e Áreas de Produção de Sementes resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 79,55% conforme;
- ✓ 14,09% inconformidade por ausência; e
- ✓ 6,36% inconformidade por erro.

O índice de conformidade dos processos examinados, de 79,55% caracteriza-se como medianamente adequado, segundo os critérios de avaliação definidos no manual de auditoria operacional.

Verificou-se que as inconformidades se concentraram na constituição do Processo no que diz respeito ao preenchimento do Requerimento, Numeração de folhas e rubricas e Anulação de folhas em branco. Quanto à Condução do Processo, constatou-se erro na homologação da inscrição dos campos de sementes, pela falta de registro do local e data.

i) Análise de Processos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos

A avaliação dos Procedimentos de Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos resultou nos seguintes índices de conformidade:

- ✓ 99,14% conforme;
- ✓ 0,43% inconformidade por ausência; e
- ✓ 0,43% inconformidade por erro.

Em vista dos resultados obtidos verificou-se que os procedimentos administrativos adotados em relação aos processos de Credenciamento de Empresas Públicas e Privadas para realização de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica para fins de registros estão adequados, uma vez que o

Índice encontrado atingiu 99,14% de conformidade. As inconformidades por ausência e por erro somaram 0,86% e referem-se a falta de numeração de folhas do processo.

III.2. Recomendações

Indicamos as seguintes atitudes corretivas dos problemas detectados para prevenir a sua reincidência:

a) Quanto ao Ambiente Institucional:

- ✓ Alimentação de dados nos sistemas SIPE e SICAR e descentralizar o acesso pelos FFAs que analisam os processos;
- ✓ Atualização de softwares com conectividade entre os diferentes sistemas e acessibilidade aos usuários através de extranet/internet; e
- ✓ Realocação e contratação de FFAs e servidores administrativos.

b) Quanto ao Desempenho Operacional na Execução das Atividades de Fiscalização:

- Agrotóxicos e Afins:

Verificar a ocorrência de desperdícios de recursos em relação a execução da fiscalização;

Manter registro atualizado dos dados referentes a execução de fiscalizações que permitam realizar análises comparativas entre períodos subsequentes.

- Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos:

Esforços concentrados para relatoria do passivo de processos autuados em 2009 e para execução das metas programadas. Otimizar a aplicação de recursos objetivando reduzir o custo de fiscalização realizada, com vistas ao aumento de eficiência.

- Sementes e Mudas:

Manter os sistemas e relatórios relativos aos dados financeiros e orçamentários (programado e executado) atualizados; Analisar se a programação das metas de execução física está adequada a capacidade operacional da área de sementes e mudas deste SEFIA, vez que o índice de eficácia indica que podem as metas programadas estarem subestimadas; e Manter registro atualizado dos dados referentes a execução de fiscalizações que permitam realizar análises comparativas entre períodos subsequentes.

c) Quanto ao Registro de Estabelecimento- Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes:

Quanto a instrução dos processos, atentar para a correta numeração de páginas e rubricas e anulação de páginas em branco - carimbo.

d) Quanto ao Registro de Produto - Fertilizantes, corretivos e Inoculantes:

Orientação aos servidores envolvidos para adequação dos seguintes procedimentos:

- ✓ numeração e rubrica de folhas;
- ✓ anulação de folhas em branco;
- ✓ comunicação das fases do processo aos interessados;
- ✓ juntada dos certificados aos processos.

e) Quanto aos Processos Administrativos de Apuração de Infração:

- ✓ Instruir devidamente os processos de AI, quanto a observação das normas estabelecidas referente a constituição dos processos administrativos com relação a numeração de folhas, rubricas, prazos e tramitação.
- ✓ Incluir no processo o relatório do SICAR referente a reincidência.
- ✓ Realizar o encerramento do processo, incluindo despacho ao chefe, recomendando o seu arquivamento.

f) Quando a Inscrição de Agentes no RENASEM:

Quanto a constituição do processo, recomendamos atenção especial pelos servidores da SFA, para o aprimoramento dos seguintes itens: numeração de páginas e rubricas, anulação de páginas em branco (carimbo) e requerimento da inscrição no RENASEM. Incluir no processo o Termo de Vistoria Prévia.

g) Quanto ao Credenciamento de Agentes no RENASEM:

- ✓ Obedecer a ordem cronológica dos documentos na instrução dos processos.
- ✓ Colocar carimbo "em branco" no verso das folhas.
- ✓ Conferir com maior rigor a documentação apresentada pelo requerente (preenchimento do requerimento, comprovante do pagamento da GRU, entre outros)

h) Quanto a Inscrição de Campos de Sementes:

- ✓ Adotar as orientações do Manual de Procedimento de Processo Administrativo, disponível na intranet/MAPA; e
- ✓ Quanto à homologação dos campos de sementes, incluir a informação de local e data no documento competente.

i) Quanto ao Credenciamento de Estações Experimentais para Teste de Eficácia Agronômica de Agrotóxicos:

Deverá ser dada maior atenção quanto aos aspectos de ordenamento de documentos, numeração de folhas e rubricas.

Por fim, o coordenador da equipe de auditoria declara encerrados os trabalhos da presente auditoria e passa a mãos do Sr Superintendente Federal de agricultura/ SFA X uma cópia deste relatório.

(Data e assinatura dos integrantes da Equipe de Auditoria)

